

Luiz Fernando Ferrari

**A INTRUSAGEM E DESINTRUSAGEM
NAS TERRAS DA COMPANHIA
TERRITORIAL SUL BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do professor Dr. João Carlos Tedesco.

Passo Fundo

2014

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer às pessoas que fizeram parte desta minha trajetória. Aos meus familiares, pelo apoio e incentivo.

Ao meu orientador professor Doutor João Carlos Tedesco, agradeço a dedicação que prestou a este trabalho, sempre prestativo em sanar as dúvidas e angústias.

Agradeço às professoras Doutora Ironita Policarpo Machado e Rosane Márcia Neumann, pelo olhar e sugestões à pesquisa, sempre dispostas a ajudar.

Aos colegas de trabalho, pelo incentivo de enfrentar e galgar esta conquista.

Aos meus colegas do mestrado, pelos momentos divididos juntos.

A todas as pessoas que colaboraram com a pesquisa, a história das pessoas relatadas, aos nomes ocultos da história.

Agradeço à Universidade de Passo Fundo (UPF), aos professores, colegas e profissionais do mestrado em História, pelo apoio e incentivo.

À minha companheira Adriane, por ser tão importante na minha vida. A seu companheirismo, amizade, paciência, compreensão e apoio. Obrigado por ter feito parte deste sonho!

Aos filhos Sabrina e Felipe, pela ausência, distância e compreensão.

Obrigado pela confiança!

RESUMO

Este estudo tem como proposta discorrer acerca da intrusão e desintrusão nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil nas décadas de 1960-1970 na região Oeste catarinense. Pretende-se discutir sobre a construção da propriedade privada, como o caboclo entendia seus territórios, como concebia o uso comum da terra, e como definia a sua organização comunitária. Discutiu-se o entendimento que o caboclo tinha sobre seu território onde ocorreu a destruição de seu espaço, e porque esse espaço passa a ter uma funcionalidade racional do capitalismo, a partir das relações de poder que se estabelece entre o Estado e as individualidades. Neste trabalho discutiu-se também a nova emigração do colono e das companhias colonizadoras na região, compreendendo assim, a atuação dessas companhias colonizadoras no Oeste catarinense, bem como entender de que maneira a região se tornou palco de disputas no processo de construção. No cenário de colonização ocorre a normatização dos territórios agrários, através das políticas de ação do Estado, que regulamenta as políticas da colonização. Portanto, o estudo visa analisar a constituição da Companhia Territorial Sul Brasil, suas ações, os métodos e estratégias, a política de atuação e as estratégias de mercantilização das terras na região Oeste catarinense. Ao longo da atuação da companhia, ocorre um maior número de caboclos e de colonos na condição de intrusos, pois não possuía um documento de legalidade da posse da terra, o que gerou uma série de conflitos nas concessões de terras da companhia. Este trabalho tem como proposta analisar as estratégias, os meios pelo qual esses intrusos utilizavam para permanecer na posse da terra e como ocorreu os embates entre os considerados intrusos e a companhia. A intensa presença de grupo em desacordo com a proposta racional do capitalismo, resultou numa das principais dificuldades da companhia na região, a intrusão e desintrusão de caboclos e colonos.

Palavras-chave: Colonização. Caboclo. Colono. Intrusão. Despejo.

ABSTRACT

This study is to discuss about the proposal and intrusagem desintrusagem on the grounds of the Territorial Company South Brazil in the decades of 1960-1970 in Western Santa Catarina region. The aim is to discuss the construction of private property, as the caboclo understand their territories, as conceived of common land use, and as defined their community organization. Discussed the understanding that the caboclo had on its territory which was the destruction of your space, and because this space is replaced by a rational feature of capitalism, from the power relations established between the state and individuals. This work also discussed up the new emigration settler and colonizing companies in the region and comprising the actions of these colonizing companies in Western Santa Catarina, as well as understand how the region became the scene of disputes in the construction process. In colonization scenario is the standardization of agricultural territories, through state action policies, regulating the colonization policies. Therefore, the study aims to analyze the constitution of the Territorial Company South Brazil, their actions, methods and strategies, business policy and commercialization strategies of land in Western Santa Catarina region. Throughout the company's performance, there is a greater number of caboclos and settlers provided intruders, for he had not a legal document of land ownership, which generated a series of conflicts in the company's land concessions. This work is to analyze the strategies, the means by which these intruders used to stay on land tenure and how did the clashes between the considered intruders and the company. The intense presence of group at odds with the rational proposal of capitalism resulted in the company's main difficulties in the region, and intrusagem desintrusagem of caboclos and settlers.

Keywords: Colonization. Caboclo. Settler. Intrusion. Dump.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Família de caboclo da região Oeste catarinense.....	24
Ilustração 2: Uma das corredeiras do rio Uruguai.....	60
Ilustração 3: Exploração de madeira na região Oeste catarinense.....	61
Ilustração 4: Balsas de toras conduzidas pelo rio Uruguai, década de 1940, aproximadamente.....	63
Ilustração 5: Imagem de Cascalho em Palmitos sede da Companhia Territorial Sul Brasil em 1929.....	64
Ilustração 6: Logotipos da Companhia Territorial Sul Brasil.....	78
Ilustração 7: Propaganda divulgada no jornal <i>O Regional</i> , de 6/4/1927.....	87
Ilustração 8: Propaganda da companhia H. Hacker & Cia. Porto União, na colônia Bom Retiro	89
Ilustração 9: Jornal <i>O Estado</i> – Florianópolis, domingo, 3 de junho de 1962.....	107
Ilustração 10: Documento da Companhia Territorial Sul Brasil, de 28 de maio de 1962.....	122
Ilustração 11: Levantamento da área de terra de Adolfo Rintzel na seção Araçá	146
Ilustração 12: Levantamento da área de terra de Gregório Nunes Machado na seção Araçá.....	148

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Região Oeste de Santa Catarina, que será palco de estudo	13
Mapa 2: Mapa representando o processo de colonização, 1910-1920, no Oeste catarinense	41
Mapa 3: Ocupação do médio e extremo oeste de Santa Catarina	48
Mapa 4: Localização da região denominada de Velho Xapecó.....	51
Mapa 5: Mapa projeta o roteiro da excursão do presidente Adolpho Konder ao extremo oeste catarinense.....	67
Mapa 6: Mapa de terras da Companhia Territorial Sul Brasil, compreendendo as colônias de Palmitos, São Carlos, Passarinhos, São Domingos, Iraceminha e Ilha Redonda.....	77
Mapa 7: Mapa geral de terras da Ca CIS. Territorial Sul Brasil, situando os municípios de Chapecó, Mondaí, Palmitos e São Carlos, estado de Santa Catarina	79
Mapa 8: Mapa geral de terras da Ca CIS. Territorial Sul Brasil, situando os municípios de Chapecó, Mondaí, Palmitos e São Carlos, estado de Santa Catarina.....	110
Mapa 9: Planta das glebas Mundo Novo, Roncador e Cafundó, de 31/7/1967.....	130
Mapa 10: Mapa do município de Pinhalzinho-SC, representando a área dos Bigolin.	154

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação dos vendedores de sítios em 1966	117
Tabela 2: Relação das casas, plantação, criação de animais e não criação de animais nas seções Cafundó, Roncador, Araçá e Sargento	136
Tabela 3: Temporalidade nas seções Cafundó, Roncador, Araçá e Sargento	137
Tabela 4: Relação de cadastro do INCRA e o interesse de compra de terra nas seções Cafundó, Roncador, Araçá e Sargento	140
Tabela 5: Relação Hectares nas seções Cafundó, Roncador, Araçá e Sargento	141
Tabela 6: Relação Hectares de interesse de compra nas seções Cafundó, Roncador, Araçá e Sargento	143

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Relação das culturas de milho e feijão nas seções Cafundó, Roncador, Araçá e Sargento.....	132
Gráfico 2: Relação de outras culturas nas seções Cafundó, Roncador, Araçá e Sargento	133
Gráfico 3: Relação das etnias intrusas nas seções Cafundó, Roncador, Araçá e Sargento	139

LISTA DE SIGLAS

CEOM – Centro de Memória do Oeste Catarinense

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INIC– Instituto Nacional da Imigração e Colonização

IRASC – Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
1 A CONSTRUÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA E A COLONIZAÇÃO DA TERRA NO OESTE CATARINENSE	21
1.1 - CABOCLO: DO TERRITÓRIO À CONSTRUÇÃO DE SEU COTIDIANO	22
1.2 - DO ESPAÇO CONSTRÓI-SE O TERRITÓRIO	28
1.3 - A DESTRUÇÃO MATERIAL E SIMBÓLICA DO TERRITÓRIO	30
2 A REMIGRAÇÃO DO COLONO E DAS COLONIZADORAS PARA O OESTE DE SANTA CATARINA	39
2.1 - A PRESENÇA DAS COLONIZADORAS NO OESTE CATARINENSE	39
2.2 - OESTE CATARINENSE – UM PALCO DE DISPUTAS	50
2.3 - COLONO: A SERVIÇO DA COLONIZAÇÃO	56
2.4 - AS POLÍTICAS DE AÇÕES DO ESTADO - NORMATIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS AGRÁRIOS	64
3 A ATUAÇÃO DA COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL	73
3.1 – A ATUAÇÃO DA COLONIZADORA TERRITORIAL SUL BRASIL	73
3.2 - A PUBLICIDADE E A MERCANTILIZAÇÃO DA TERRA NO OESTE CATARINENSE	85
4 A INTRUSAGEM E DESINTRUSAGEM NAS TERRAS DA COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL	99
4.1- O PROBLEMA QUE PERDUROU POR DÉCADAS	99
4.2 - A COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL E INSTITUTO DE REFORMA AGRÁRIA DE SANTA CATARINA (IRASC)	106
4.3 - O INTRUSO E A COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL	112
4.4 - PERFORMANCE SOCIOECONÔMICA E CULTURAL DAS SEÇÕES CAFUNDÓ, RONCADOR, ARAÇÁ E SARGENTO EM 1974	129
4.5 - A DESINTRUSAGEM NAS TERRAS DA COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL	149
4.6 - O CASO DA ÁREA BIGOLIN	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
OBRAS CONSULTADAS	169
ENTREVISTADOS	174

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho discorre sobre a intrusão nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil no período de 1960-1970 na região Oeste catarinense. A delimitação do tema e a construção do problema de pesquisa foram se desenvolvendo num confronto de fontes documentais que no decorrer da pesquisa se construíram. Assim, procurou-se investigar o processo de intrusão e desintrusão nas terras da companhia, tornando o objetivo principal do trabalho. A assiduidade de grupos, como os caboclos e os colonos, “intrusados” nas terras da companhia deu origem a vários conflitos no decorrer da atuação da companhia na região, pois esses grupos não possuíam a titulação da posse da terra. O Mapa 1 traz em destaque a região Oeste de Santa Catarina, que será o palco do estudo.



Mapa 1: Região Oeste de Santa Catarina que será o palco de estudo

Fonte: http://wikitravel.org/pt/Santa_Catarina

As experiências de pesquisas com caboclos advêm da colaboração e da contribuição nos projetos desenvolvidos pelo Museu Histórico de Pinhalzinho-SC. O primeiro projeto desenvolvido foi “Casa de Chão Batidas–representações da história dos caboclos do Oeste de Santa Catarina”.¹ O segundo projeto foi “Onde nasce nossa identidade – registrando saberes: o palavreado, as crenças e as tradições relacionadas à cultura dos caboclos do Oeste de Santa Catarina”.² Por meio desses ensaios, entrou-se no universo dos caboclos, aguçando a curiosidade em pesquisar mais sobre esta temática. Assim, começou a se justificar o porquê do tema proposto. A primeira ideia era pesquisar algo relacionado ao despejo na área “Bigolin” nos municípios de Pinhalzinho e Modelo-SC. Sabendo que o Museu Histórico Padre Fernando Nagel, em Maravilha- SC possuía documentos relacionados à Companhia Territorial Sul Brasil, nos debruçamos a fazer várias incursões ao museu e assim encontrar uma vasta documentação. Foi aí que se deparou com documentos que relacionavam a intrusão e desintrusão em várias seções da companhia. A partir do tema delimitado, buscou-se fazer uma análise a partir da documentação, examinando e averiguando quais poderiam ser pertinentes ao tema proposto. Justifica-se ainda a pesquisa pelo fato de não haver um estudo significativo nessa área desenvolvido na região Oeste catarinense.

O recorte temporal de 1960 a 1970 corresponde a uma escolha que objetiva compreender se a intrusão nas terras da companhia era significativa e relevante se realmente foi um “problema” que a companhia teve que enfrentar.

¹“Casa de Chão Batido: representações da história dos caboclos do Oeste de Santa Catarina” é um projeto contemplado pelo edital Elizabete Anderle e viabilizado pela Fundação Catarinense de Cultura, com finalidade de representar e tornar conhecida, por meio de uma exposição itinerante, a história, os costumes, a cultura e o modo de vida dos caboclos. O projeto identificou, por meio de pesquisa de campo, documental e objetos, como viviam e quais as principais tradições, festas, brincadeiras e os costumes caboclos.

²“Registrando saberes: o palavreado, as crenças e as tradições relacionadas à cultura popular dos caboclos do Oeste de Santa Catarina” é uma iniciativa que teve como objetivo mapear, registrar, historicizar e documentar os saberes, as crenças e o modo de vida dos caboclos, também conhecidos como brasileiros, que vivem na região Oeste catarinense. A pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevista, registrada e filmada, com os descendentes de brasileiros que participam de grupos formais ou informais, localizados em seis municípios do Oeste de Santa Catarina: Pinhalzinho, Modelo, Saltinho, Saudades, Chapecó e Campo Erê. O projeto teve como principal premissa reconhecer e valorizar os detentores de saberes, fazeres e formas de demonstrações tradicionais, bem como organizar um acervo de informações audiovisuais, fotográficas e bibliográficas a fim de documentar e disponibilizar à comunidade local, regional e do país materiais e registros das expressões e manifestações culturais de natureza imaterial relacionada aos caboclos. A proposta do projeto foi apresentada no edital nº 001/2011, Mapeamento e Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, disponibilizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A busca por respostas exigiu conhecer e discutir sobre a presença dos caboclos e colonos, e como eles interagem com a posse da terra, e como lidavam com a questão da intrusão. Passa pelo pressuposto de averiguação a relação de convívio, através do *ethos* desses grupos buscou-se traçar elementos que pudessem dar subsídios nesta análise. As entrevistas expostas na pesquisa, realizadas com caboclos e colonos, fazem parte do acervo do Museu Histórico de Pinhalzinho - SC.

As entrevistas seguiram um roteiro preestabelecido, tendo como eixo norteador a história do município de Pinhalzinho. Utilizamos alguns fragmentos relacionados à temática proposta, ou seja, o *ethos* do caboclo e do colono, a questão da intrusão e o despejo da “área dos Bigolin”.

Outras entrevistas foram produzidas pelo autor no decorrer da pesquisa. As fontes de pesquisa produzidas pelas entrevistas possibilitaram um diálogo com a historiografia. Em duas entrevistas abordam o sobre a intrusão na seção Araçá. Assim, realizamos um mapeamento na possibilidade de encontrar remanescentes dessa seção. Atualmente Adolfo Rintzel reside na comunidade de Santa Lúcia, município de Modelo - SC, e Gregório Nunes Machado reside na comunidade de Pedra Furada, também no município de Modelo. Essas entrevistas tiveram um roteiro preestabelecido, tendo como eixo a intrusão nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil, a mobilização constante nas terras da companhia, as estratégias utilizadas pelos intrusos em permanecer, o convívio com outros intrusos, as dificuldades estabelecidas nas seções e nas terras da companhia, enfim, temas que pudessem ajudar a esclarecer e compreender a intrusão.

Para realizar este trabalho, foram utilizados métodos da História Social e da História Cultural, investigando através de olhares e procedimentos que pudessem auxiliar na melhor compreensão das fontes. Tendo por base uma interpretação analítica, buscou-se analisar a inter-relação dialética das fontes. A problematização do tema foi feita no decorrer da pesquisa, a partir da interação com as fontes. Para a comprovação do cenário ou proposições ao problema investigado, recorreu-se à localização, identificação, catalogação e seleção das fontes. Assim, passamos a analisar e interpretar os dados mapeando as fontes e retomando as teorias e conteúdos.

A pesquisa é facultada pela variedade e pela expressiva quantidade de fontes da companhia que se utilizou, como fotografias, textos de jornais, relatórios,

correspondências, declarações e mapas. Buscamos tratar como fonte no decorrer da pesquisa qualquer testemunho ou vestígio que contribuísse para compreender e entender a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Contudo, não houve uma isonomia na disposição e catalogação dos documentos. Em consequência disso, algumas janelas não puderam ser preenchidas e não possuindo uma sequência no texto, pois não fazem parte de um quebra-cabeça e que não pode ser completado neste momento.

A pesquisa teve um eixo central, partindo da apuração, verificação que se evidenciou nos documentos. Assim, analisa-se a política de atuação da Companhia Territorial Sul Brasil e como esta lidou com a intrusão e desintrusão nas terras de sua atuação na região Oeste catarinense.

O trabalho da construção das fontes de pesquisa foi um passo fundamental para se ter uma compreensão sobre o tema da “intrusão”. Os documentos trouxeram vários questionamentos, que se tornaram um ponto crucial na investigação e na condução do trabalho. No decorrer da pesquisa, foram surgindo outros elementos que ajudaram a elencar subsídios que serviram de base na construção do trabalho.

Vários são os escritos sobre a história da colonização no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Existem muitas abordagens que contemplam o assunto sobre o viés acadêmico. Desafiamos-nos, além de esboçar sobre a colonização do Oeste catarinense, entrar na trama da intrusão, analisando como se processou e debatendo sobre os sujeitos sociais envolvidos. Acreditamos na possibilidade e necessidade de pesquisar e grafar uma história com uma abordagem que contextualiza a intrusão na região.

Por meio da documentação encontrada, começaram a aparecer as grandes indagações do tema: quem é o intruso? Por que era intruso? Quem deixava de ser intruso? Por que alguns grupos são intrusos e o que fazem entrar na ótica da intrusão? Por que o caboclo poderia ser duplamente estigmatizado em sua condição de intruso? Por que o caboclo e o colono não permaneciam na posse da terra? Quais eram as estratégias utilizadas pelo caboclo e pelo colono em permanecer na terra? Por que alguns intrusos permanecem vários anos numa determinada área e outros permanecem apenas alguns meses de ocupação? Por que a mobilidade era constante nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil? A temporalidade realmente era considerada um problema para a Companhia Territorial Sul Brasil? Os hectares ocupados pelos intrusos nas seções Cafundó, Sargento, Roncador e Araçá na década de 1970 eram

significativos? Esses e outros questionamentos fizeram parte das interrogações que o trabalho busca responder.

Assim, buscou-se acentuar os conflitos de terra que se estabeleceram com os intrusos. Para a Companhia Territorial Sul Brasil, o caboclo e o colono eram considerados intrusos enquanto esses grupos não possuísem a titulação das terras que ocupavam, ou seja, o título comprobatório legitimaria a posse da terra, descaracterizando, assim, a intrusão.

O contexto que se processa no oeste catarinense a partir de sua colonização está ligado às relações socioeconômicas que se desenvolveram juntamente com a política empregada pelas colonizadoras. Essas relações se constatarem em seu modo de vida, trabalho, o uso da terra, no recorrente dos caboclos e colonos. Procurou-se analisar o caboclo pela direção de uma construção social, quando ocorre uma identificação por seu “modo de vida”, onde a terra, a posse ou a aquisição de uma posse de terra não condiz com o modelo de racionalidade capitalista que estava por ser empregado. Logo, o colono é observado como um sujeito que sobrevive de sua subsistência, por meio de seu trabalho e da sua pequena propriedade agrícola e pela comercialização estabelecida na região.

As contribuições de Santos, Haesbaert, Raffestin e Carini são fundamentais para compreender o espaço e o território. A formação do território nacional com a delimitação política de fronteira é fundamental para a construção do espaço regional do Oeste catarinense. “O limite é, [...], um conjunto cuja fronteira é um subconjunto. Ainda [...] que só a fronteira tenha uma conotação política enquanto, de fato, todo limite possui uma, [...] manifestação coletiva, direta ou indireta” (RAFFESTIN, 2014, p. 19).

A destruição do território está em constante curso, sendo um movimento intrínseco à área e entendida como resultado de um espaço humano, das relações de poder. Essa territorialidade gera transformações entre o novo e o velho. A ação de um determinado grupo social traz um movimento de evasão e movimento de criação/reconstrução. Assim, a destruição sendo o velho, como devastador, e a recriação sendo o novo, como a construção do novo espaço territorial. O processo de produção do território se faz na construção ou destruição do território.

A destruição do território nega a fixação de um determinado grupo social, numa base física, deixando inertes seus costumes e suas relações em seu cotidiano, dentro de

uma identificação territorial ocorre uma identificação social. No processo de destruição do território há uma direção econômica muito presente, pois, quando nega a reprodução de um grupo, ocorre a recriação num outro espaço. Tanto a destruição ou a recriação determina a manutenção/expulsão/atração de grupos envolvidos.

Para Bourdieu (1998), a região não é uma realidade autóctone, mas por atos de vontade ou de poder; anteriormente um espaço construído de representações não só físicas, territoriais, mas, sim, cultural e econômico, que vão construindo novas fronteiras. O regionalismo ou nacionalismo é apenas um caso de lutas simbólicas em que os atores estão inseridos quer de forma individual, quer de forma coletiva ou em sua organização. Mais do que jogo, é a concentração ou as alterações das relações de forças e as vantagens econômicas como simbólicas.

Poli (1995) recorre a Wachowicz (1985) quando analisa o posseiro como um sujeito que derrubava a mata e produzia para a sua subsistência. O posseiro estava na “frente da frente” da comercialização, pois conduzia os indignos, os perversivos para fora das regiões consideradas tradicionais de colonização, buscando amenizar as tensões. Segundo Grynszpan, o posseiro

[...] é aquele que se encontra na posse, que ocupa um trecho de terra, sem, no entanto, ser seu dono efetivo, ser portador de um título legal de propriedade. Posto dessa forma, o termo pode ter aplicação tanto urbana quanto rural. Ainda que se caracterize, entre outros elementos, pela ausência de um documento legal de propriedade, a posse enquanto forma de apropriação da terra é, ela mesma legalmente definida, enquadrada e reconhecida judicialmente [...] (2005, p. 375-376).

As reflexões de Poli, Renk, Marcon, Woortmann, Martini e Silva são fundamentais para compreender o *ethos* do caboclo. A questão da terra no sul do Brasil caracteriza-se por problemas e tensões sociais. Esses embates configuram as contradições dos *ethos* do caboclo e do colono perante a racionalidade capitalista em teia com o universo público e privado, enfrentando a expropriação de grupos marginalizados, como índios, caboclo, negros e colono, servindo de mão de obra barata a projetos extrativistas ou a grandes grupos.

A colonização das áreas de terra, através da venda aos colonos, institucionalizou a expulsão dos posseiros, que passaram a ser chamados de “intrusos”. Para auxiliar na comercialização das terras, as companhias selecionavam agentes, que era muitas vezes

lideranças de várias comunidades nas antigas colônias. Os agentes das companhias colonizadoras, ou propagandistas, formavam o principal meio de divulgação das companhias para o recrutamento dos colonos.

Além de dividir o espaço ocupado pelo indígena, o caboclo e o colono tinham como propósito a proteção da fronteira. Assim, essa região passava integrar a racionalidade capitalista. Uma visão bem diferenciada desses padrões era a forma de legitimar a posse da terra para o caboclo. Este que via no trabalho e nas crenças a forma de garantir sua posse pela terra, ou seja, a necessidade de usufruir dos benefícios da terra por meio de seu trabalho era, ao mesmo tempo, para o caboclo, a maneira de garantir seu espaço na região. Para Alba (2008, p. 24), “[...] a gênese do capitalismo no oeste de Santa Catarina tem por base o comércio, num primeiro momento, vindo do extrativismo da madeira e da erva-mate e, num segundo momento, o comércio gerado pelos excedentes produzidos pelas pequenas propriedades rurais [...]”.

Entende-se que o caboclo e o colono, que estava inserido no rótulo de intrusão nas terras da companhia, passaram por momentos semelhantes no que tange a necessidades, privações, ausências, carências e dificuldades, portanto, independente de seu *ethos* ou ascendência étnica, o fato de possuir a posse útil da terra caracterizava-os como intrusos. Entende-se também que a partir da titulação através da compra da posse da terra por parte desses grupos, entraria no rol de proprietário de sua posse, não teria mais problemas de ser considerado intruso ou sendo obrigado a se retirar das terras que ocupa.

As leituras de Werlang ajudaram interpretara política de atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Assim, buscou-se acentuar os conflitos de terra que se estabelecem com os intrusos.

Para alcançar esse propósito, o trabalho divide-se em quatro capítulos. O primeiro contextualiza a região Oeste catarinense e os sujeitos da pesquisa, o caboclo. Busca-se compreender como se deu a construção da propriedade privada da terra no oeste catarinense. Dessa forma, a compreensão do território desse grupo se faz necessária, pois a partir de sua concepção da posse útil da terra e a atuação das colonizadoras no oeste catarinense que se dá a destruição de seu espaço. O capítulo é relevante pois discute os sujeitos da pesquisa e como eles compreendiam o seu espaço.

Essa compreensão nos deu suporte para nortear e entender por que eram considerados intrusos pelo Estado e pelas companhias colonizadoras.

O segundo capítulo concentra-se na colonização do oeste catarinense. A partir das disputas territoriais que ocorreram, tivemos efetivamente a consolidação de uma região que buscava criar uma identidade regional. O capítulo busca investigar como o Estado catarinense se utilizou das políticas públicas para fomentar o processo de normatização dos territórios agrários. Este capítulo torna-se necessário, pois aponta alguns aspectos relevantes que envolvem a construção da região, bem como se tornou um “cenário de concorrência”. Assim, busca-se compreender como o caboclo e o colono estão inseridos nessa construção. Também faz parte da trama a atuação das companhias colonizadoras e a política do Estado catarinense na colonização da região.

O terceiro capítulo analisa a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil, tendo como ponto central e parâmetro a política, e a publicidade sendo um dos principais mecanismos utilizados pelas colonizadoras e a mercantilização das terras da companhia. Este capítulo torna-se essencial para e compreendermos o embasamento político e o modelo empregado pelas empresas colonizadoras na região Oeste catarinense, a propagação da sua publicidade e quais os mecanismos utilizados pela empresa na comercialização dos lotes de terra.

Finalmente, o quarto capítulo busca compreender a atuação adotada pela empresa no que tange a problemática que perdurou por décadas nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil, a presença dos “intrusos”. Para se ter um parâmetro de quem era esse intruso e qual era a sua situação nas terras da companhia, o capítulo analisa a performance socioeconômica e cultural das seções Cafundó, Roncador, Araçá e Sargento no ano de 1974. Para entender como ocorreu a política dos despejos nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil, fez-se um estudo de caso na denominada “área Bigolin” em 1967. Neste capítulo se dá todo o enredo do trabalho, pois problematiza a presença e os conflitos que norteiam o caboclo e o colono nas terras da companhia no período de estudo de 1960-1970. Nesse ensejo, ocorre uma série de confrontos, processos judiciais e despejos que vitimaram um grande número de caboclos e colonos.

I

**A CONSTRUÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA E A COLONIZAÇÃO DA
TERRA NO OESTE CATARINENSE**

O capítulo tem como proposta discorrer sobre a construção da propriedade privada, o caboclo, seus territórios, e como entendiam o uso comum da terra. Compreender como ocorria o entendimento do uso comum da terra através de seus costumes, seu modo de vida, a partir da sua relação com o meio ambiente e com a população existente no local, ou seja, remanescente de indígenas, e do colono de ascendência europeia que posteriormente se fixaria na região.

Faz-se necessário a compreensão de como ocorreu à destruição do espaço, do caboclo, e porque esse espaço passa a ter uma funcionalidade racional do capitalismo.³ A construção desses territórios mostra a relação de poder, que passa do Estado à individualidade, ou a grupos organizados que produzem esses territórios. A relação do caboclo e de seu *ethos* é o que define sua organização comunitária.

O caboclo é analisado pelo viés de uma construção social, um grupo que se identifica, e referência por seu “modo de vida”, por entender a terra, a posse, a propriedade pela ocupação e não relativiza ao modelo de produção capitalista.

Busca-se traçar os motivos da presença de grupos de colonos na região Oeste catarinense e como ocorreu o processo de atuação das companhias colonizadoras. A atuação dessas colonizadoras foi significativa para transformar as relações, organização desse grupo. Entende-se por colono, aquele que sobrevivia de sua subsistência, a partir de seu trabalho com a pequena propriedade agrícola e pela agricultura que desenvolvia usufruía de certa liberdade em relação ao comércio estabelecido na região.

³ A partir da funcionalidade racional do capitalismo, a terra passa a ter outra conotação, dimensão. A atuação das empresas colonizadoras na comercialização da terra desarticulou o espaço que antes era ocupado pelo caboclo.

1.1 CABOCLO: DO TERRITÓRIO À CONSTRUÇÃO DE SEU COTIDIANO

A produção de estudos históricos sobre o universo do caboclo já é bastante conhecida. Várias pesquisas sobre o assunto foram desenvolvidas, mas novos debates estão sendo realizados para compreender o modo de vida desse grupo.

De acordo com Renk (1995), Poli (1995) e Marcon (2003), que pesquisaram o assunto, conceituar o caboclo não é uma tarefa fácil. O caboclo é a forma como são denominados os habitantes do oeste catarinense, sudoeste do Paraná e norte do Rio Grande do Sul. Uma população miscigenada entre índios e bandeirantes paulistas, ocorrida ainda no século XVIII, por meio da passagem em direção aos Sete Povos das Missões, fixando-se e apossando-se, ao mesmo tempo, das terras da região.

No entanto, o caboclo do oeste catarinense não pode ser considerado simplesmente pela miscigenação desses dois grupos, mas pela mescla de outros indivíduos já miscigenados. Basicamente, o caboclo é de cor morena, chamado de “negro” pelos colonizadores. “Quase sempre pobres [...] estes caboclos desbravaram os sertões, embora, via de regra, seja menosprezada a importância de sua contribuição, por terem uma filosofia de vida divergente com a dominante nas atuais comunidades” (POLI, 1995, p. 74).

Destaca-se também a forte “[...] ascendência indígena na constituição ética e cultural do caboclo e a ideia de que a denominação caboclo é depreciativa, pois à medida que os sujeitos ascendiam econômica, política ou socialmente, deixavam ser assim denominados” (MARCON, 2003, p. 72-73). Essa dimensão étnica, com destaque à forte ascendência indígena, identifica a concepção de organização de trabalho e a forma como se relacionavam uns com os outros e com a natureza.

Outros autores, como Martini (2006) e Silva (2011), consideram o caboclo uma construção social, uma categoria geral de referência e identificação, ou seja, através do compartilhamento de um conjunto de atributos comuns. Para Renk (2008, p. 115), “[...] os caboclos procuram transformar o estigma negativo em emblema de positividade [...]. O sentimento de pertencimento é marcado principalmente pela simplicidade, solidariedade uma experiência compartilhada de exploração”. Conforme Martini (2006, p. 155), o caboclo é um camponês, que, por sua singularidade, possui uma “inserção econômica particular”.

Cabocoulo (caboclo) denominou, ao longo do tempo, aquele trabalhador livre que viveu da natureza, da terra pública, e nela circulava, até 1850, em posse legal, a partir de quando foi enxotado legalmente por pretendentes mais poderosos; que viveu em terra devoluta, quase sempre não devassada, inapropriada, mas por princípio em condição ilegal, a menos que comprovasse posse; foi aquele que fez cultivo sazonal, extração vegetal, caça, pesca, comércio e trabalho eventual em derrubada de mato, roça, cuidando de rebanhos nos momentos de grande serviço (tosa de ovelhas, marcação de gado); eram os mestiços em geral; eram aqueles que não eram vistos por serem andejos; eram aqueles que se escondiam para fugir.

Sobre a presença do caboclo na região Oeste catarinense e a distinção desses pelos colonizadores, encontram-se alguns depoimentos que lembram aspectos da segregação entre esses grupos: “Má o que tinha de brasileiro, de origem brasileiro. O cabocro eles diziam antigamente é aquele tipo que não qué nada com nada, ele não qué trabaiá, [...] ele véve ansim por lá e por cá”⁴ (SILVA, 2009). Pelo depoimento de Silva (2009), observa-se o cunho pejorativo que se emprega ao se referir ao caboclo, por ter uma visão de vida diferente proposta pela economia dominante, este grupo aparece no processo de marginalização. Assim, “o caboclo, mesmo não tendo uma definição mais específica em termos de constituição étnico-cultural, aparece vinculado às condições de marginalização [...]” (MARCON, 2003, p. 75). Conforme o depoimento de Cruz (2009), o caboclo se considera parte “natural da terra, crioulo da terra”, ou seja, “caboclo que é caboclo mesmo, ele se gerou aqui nesta terra”.

Percebe-se que o caboclo se considera nato da terra, ou seja, mostra um sentimento de valorização pioneira, associado à utilização da terra para suprir suas necessidades. Na ilustração¹, a seguir, caracteriza a família do caboclo. A ilustração permite visualizar uma família de caboclos descalços, roupas simples, demonstrando serem desprovidos de capital. Observa-se também a casa de chão batido, rodeada de costaneiras e coberta com tabuinhas. Ainda o cavalo, animal indispensável para esse grupo, era utilizado para o trabalho, transporte de produtos, lazer (carreiradas) e para a locomoção.

⁴ A escrita em adequação com o modo de fala é relevante, pois remete ao entendimento de que o próprio caboclo possuía sobre seu próprio grupo.



Ilustração1: Família de caboclos da região Oeste catarinense.
Fonte: Acervo Fotográfico do CEOM.

O caboclo concebia a terra de uma maneira diferente. A terra é vista como uma fonte geradora de vida, ou seja, como posse e sempre provisória, buscando suprir suas necessidades básicas. A falta da terra poderia causar a sua destruição. Seu estilo de vida está relacionado com o “outro e com a natureza”, o sistema de trabalho, de produção e reprodução e pelo estilo religioso. Confinado em seu mundo particular e simples, encontrava um campo que favorecia as práticas coletivas, companheirismo e de união. Organizavam-se em pequenas comunidades de subsistência, utilizando a mão de obra familiar, que ajudava a ampliar o espírito comunitário e aprofundar os valores de igualdade e solidariedade. Contudo, isso fez acentuar nessas comunidades os valores de igualdade, solidariedade e espiritualidade na formação do *ethos*.

O caboclo se sente parte integrante da terra, natural da terra, procurando manter um equilíbrio com o meio ambiente. Seu modo de vida foi marcado por relações de entre ajuda, harmonia entre vizinhos, equilíbrio com a natureza, práticas de religiosidade, práticas de rezas, benzimentos e superstições. Era na comunidade rural que se processavam as relações de amizade e compadrio. As relações eram definidas pela unidade familiar, sendo reproduzido socialmente. Essa compreensão fez com que

as comunidades fossem forjadas em valores de conformidade, cooperação e misticidade na formação de seu *ethos*. Entre os *ethos* vivenciados pelo caboclo, podemos encontrar, “[...] a importância ao trabalho e do sofrimento, o caráter sagrado e indissolúvel da família, o princípio hierárquico da autoridade, a importância da vida comunitária, o senso de justiça e retidão na conduta, o controle da sexualidade e da procriação, etc. [...]” (POLI, 2002, p. 167).

Muitas vezes desprovido de recursos financeiros, apresentava um modo de vida diferente dos padrões sociais do século XX. É bastante provável que essa dificuldade seja explicada pelo fato de quanto mais se adentrava pelo sertão, a fim de desbravá-lo, mais se tornava difícil conseguir alguns mantimentos, como sal, querosene, temperos, pimenta, entre outros, sobrevivendo, como outrora, dos recursos naturais que a região dispunha.

A prática agrícola apresentava-se como sendo de subsistência. Em razão do seu limitado desenvolvimento técnico, baseava-se principalmente “[...] no uso do fogo, para o desmatamento, (que também tinha função fertilizante cinzas) e limitador do desenvolvimento de ervas daninhas. Essa técnica agrícola de derrubada e queimada da mata, denominada, também, de coivara, era praticada [...]” pelos caboclos (WOLOSZYN, 2011, p. 3). De acordo com as suas necessidades, as técnicas utilizadas revelam um saber-fazer, levando em consideração as características do meio ambiente, assim, cultivavam sem provocar um desequilíbrio ou esgotamento do solo. Dentre alguns aspectos levantados por Marcon (2003), alternavam sistematicamente seus roçados, às vezes anualmente, ou a cada dois anos, mas sem desequilibrar o meio e, por conseguinte, sem desgastar as propriedades do solo.

O meio de trabalho está relacionado com a terra, assim, “[...] transformada pelo próprio trabalho – e os mesmos instrumentos de trabalho dão lugar a dois processos de trabalho que conduzem a mesma produção. Contudo, enquanto uma é cíclica, a outra é estável [...]” (WOORTMANN, 1997, p. 35). O preparo da terra passa por algumas fases, como a derrubada do mato e do posterior preparo do solo. O trabalho é precedido pela aplicação do saber. A preparação da terra não parte de uma premissa casual, mas pela proximidade da casa e do roçado. Cabe ao pai dar a direção ao processo de preparação da terra, “[...] a primeira modalidade de cultivo, independentemente da natureza do solo,

é sempre do tipo *chão de roça*, termo que designa tanto um tipo de terra como uma forma de produção [...]” (WOORTMANN, 1997, p. 35).

A segunda etapa do processo constitui-se na queima do roçado, onde se cria um espaço de segurança entre o roçado e a área de mata. Em ambos os processos, o caboclo recebia auxílio por laços de parentesco, por vizinhos ou compadrios para realizar as tarefas. Assim, adequa as plantações ao tipo de solo e planta aquilo que o solo lhe fornece, tendo como base uma agricultura de subsistência. Ocorre, assim, a conciliação entre as necessidades da família e a potencialidade da terra. Esse processo de preparação do solo poderia se repetir a cada três anos.

O processo costumeiro de trabalho da terra correspondia à lavoura e à criação, havendo um movimento periódico, pois a natureza tinha um espaço para se recuperar. A dimensão espacial ocorre numa lógica de conciliamento, isto é, entre a roça, que geralmente era longo da área de cultivo, pois os animais eram criados soltos assim, não danificaria a plantação. A organização do espaço parte do espaço-ambiente, correspondendo a um padrão tradicional e reproduzido no contexto social, adaptando-se ao meio, tendo como base econômica a autos sustentabilidade. A região de mata representava uma reserva de recursos, pois consistia numa fonte de exploração, fazendo parte das práticas tradicionais de sua reprodução social. A área de mata pode ser considerada o ponto de partida da construção de seu espaço, bem como a construção de seu tempo. A reconstrução de seu espaço está relacionada a sua mobilidade.

As terras de uso comum consistem na prática muito antiga, pois as terras comuns ocorrem pela posse e pelo manejo dos recursos naturais das populações tradicionais. Essas populações exercem um controle sobre uma determinada área. Esse controle se transforma em poder que se legitima pela tomada do apossamento. Entretanto, esses costumes vêm de encontro com a racionalidade capitalista, que é contrária a essa prática.

Tavares (2008) discorre sobre a luta e resistência de setores da sociedade contra a racionalidade capitalista, a existência de terras de uso comum nos países capitalistas ou em países de desenvolvimento tardio. O mundo moderno não conseguiu destruir o fim das práticas costumeiras de uso comum da terra e dos recursos naturais, que tem como base os hábitos, costumes e laços de solidariedade.

Essa prática comum de utilização da terra também ocorreu no Brasil. Antes da colonização, uma das paisagens clássicas do território, que hoje é o oeste catarinense, consistia nos chamados “faxinais”. O modo de vida do caboclo estava associado ao sistema de faxinais, ou seja, fundamenta-se pelo uso comum da utilização da terra, assim, “[...] o sistema de faxinais, é uma forma particular de organização econômica onde há um aproveitamento econômico integrado desta mata, às áreas circunvizinhas” (CHANG, 1988, p. 45). O uso comum das terras tem por base a pequena propriedade rural, a variedade de culturas e o extrativismo da erva-mate.

A extração da erva-mate sempre fez parte do cotidiano do caboclo, que não estava isolado no mercado interno. A erva-mate era uma das poucas oportunidades de adquirir mercadorias, como roupas, ferramentas de trabalho, que eram comprados com recursos da venda da erva-mate. No entanto, o processo de colonização ajudou a desarticular esse sistema de extração da erva-mate.

O sistema de faxinais se diferencia das formas de organização de produção no Brasil. Chang em seu trabalho *Sistema faxinal – uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná* faz uma análise sobre esse processo:

[...], o sistema de faxinais é um sistema de produção onde o criadouro comum é apenas um de seus componentes. O sistema de faxinal sustenta-se essencialmente sobre a pequena produção animal, a policultura alimentar e o extrativismo do mate. A característica que mais distingue o sistema de faxinal das demais formas de organização da produção camponesa no Brasil, senta-se fundamentalmente sobre a instância de comunal, ou seja, sobre o uso comum do fator terra. Em decorrência dessa particularidade, as comunidades organizadas sob este sistema apresentam uma paisagem rural típica e uma disposição física com o espaço todo peculiar (1988, p. 45).

A coletivização das terras de criar se processava no sistema de faixas. Por pensar e agir além de um entendimento da racionalidade da produção capitalista e em razão do avanço das forças capitalistas no espaço rural, dá-se o deslocamento produtivo, que antes era ocupado pelos faxinais. Assim,

[...] no sistema de faixas há uma coletivização do uso das terras de criação. Este espírito de coletivização é antagônico à racionalidade da produção capitalista, onde o privado é tido como pressuposto inviolável e inquestionável. É devido a este antagonismo que o avanço das forças capitalista no campo tem significado um constante deslocamento do espaço produtivo ocupado pelos faxinais. A nível de concreto isso evidência em

forma desagregação dos faxinais, da qual não nos faltam prova hoje (CHANG, 1988, p. 107).

Ainda nessa mesma linha de considerações, Chang (1998) traz quatro elementos que ajudam a entender a desagregação do sistema de faxinal: a tecnologia, a valorização da terra, o esgotamento dos recursos naturais e o papel do Estado. Portanto, considera que esses quatro pilares estão associados à política empregada pelo Estado para regimentar o processo de colonização que estava por se realizar.

A migração dos colonos para o oeste catarinense, no processo de colonização, ocupando áreas antes habitadas por caboclos, resultou na expropriação e dispersão desse grupo, ocorrendo, assim, a desarticulação de seu modo de vida tradicional.

1.2 DO ESPAÇO CONSTRÓI-SE O TERRITÓRIO

O espaço não possui apenas uma sistemática natural, pode-se acrescentar uma sistemática social, exercida por grupos sociais que ali vivem e atuam. Quando se apropriam desse espaço, os grupos transformam-no utilizando-se de técnicas que dispõem em determinado contexto histórico, bem como através de suas representações, sejam pelas suas crenças, valores, regras estabelecidas, sejam mesmo interesses políticos e econômicos. O espaço passa a ser como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e de sistemas de ações. Os sistemas de objetos não oportunizam conhecimentos se estão separados dos sistemas de ações. Segundo Milton Santos (2014, p. 44),

o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoados por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos, ao lugar e a seus habitantes. Neste nosso mundo se estabelece, por isso mesmo, um novo sistema da natureza, uma natureza que, graças exatamente ao movimento ecológico, conhece o ápice de sua desnaturalização.

O território pode ser compreendido como uma disposição das funções e conjunto de esforço que transcende as fronteiras geográficas e físicas, que formam um contexto farto de significações compostas pelos habitantes locais. O território expressa um processo específico de mobilidade que reforça a disputa e o conflito, havendo novas

discussões e diversificações sobre o significado da terra, projetando, assim, mobilizações políticas e ações de sujeitos e formas de organização.

O território é formado e caracterizado por possuir delimitações dentro de uma totalidade. Essa delimitação pode ser atribuída ao homem, ao trabalho, às construções e às reproduções com a sua localidade. Assim, o território passa a ser analisado como um espaço de socialização, que passa por manifestações dentro de sua limitação. Portanto, para Haesbaert (2014), o território, no seu entendimento, tem a ver com poder, não apenas ao tradicional, ligado ao poder político e não só no que diz respeito ao poder de dominação, mas o poder no sentido mais simbólico, de apropriação.

A definição de estratégia da construção da mão de obra de um território, de sua destruição ou de sua recriação, não parte da vontade própria de seus sujeitos em mobilidade, mas, sim, pelo fluxo da racionalidade capitalista. O Estado e os empreendimentos particulares possuem estratégias para favorecer ou delimitar a flexibilidade da população. Entretanto, o Estado possui dificuldades em arregimentar essa população em virtude de seu discurso limitado. Uma empresa, com seu discurso singular, consegue desencadear um processo de mobilidade com maior propriedade. Carini (2010, p. 44) considera:

O sistema territorial produzido pelos atores é composto por tessituras, nós e redes. A tessitura, enquanto base ou substrato do território, tanto pode expressar o funcionamento no nível ótimo de um conjunto de atividades para uma população, tornando-se, portanto, algo desejado por um grupo, quanto pode expressar o controle da população. Nos limites das tessituras ou malhas, encontram-se os nós ou pontos que se ligam a outros, de modo a constituir redes. Os nós ou pontos acham-se distribuídos hierarquicamente de acordo com o poder dos diferentes atores por eles simbolizados.

O território aparece como controle muitas vezes legitimado e exercido por instituições ou por grupos. Essas relações podem definir o território. Carini (2010) compreende que o território corresponde a um espaço geográfico definido pela racionalidade capitalista e por uma aparência coletiva que se constrói e reconstrói as relações sociais que se estabelecem. O território traz a ideia de agenciamento, ou seja, a mobilidade faz a população tomar as decisões.

O espaço revela originalidade, enquanto o espaço transformado pelo homem origina o território. Os grupos, quando ocupam determinados espaços, são distribuídos de acordo com padrões muitas vezes reguladores e concentrados. Assim, pode ocorrer

uma aglutinação desses grupos em detrimento de uma interação de interesses políticos, econômicos, sociais, resultando numa prática de oferta e procura. Esse espaço passa a ter uma funcionalidade diferenciada, ordenando, assim, a construção de um território. Portanto, esse modelo assegura o controle daquilo que pode ser concedido, distribuído ou mercantilizado, a propriedade. A construção dos territórios mostra as relações de poder que passam do Estado para a individualidade ou para grupos organizados que produzem esses territórios.

Por meio das relações existenciais ou produtivas, é inevitável não relacionar o poder, ou seja, as relações são marcadas por ele. A territorialidade está inserida no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. O território segrega a territorialidade dos indivíduos e dos grupos. Segundo Raffestin,

é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (2014, p. 2).

Considera-se, assim, que o território pode passar por um processo de modificação, por isso, a destruição de um espaço ocorre em diferentes tipos de representações sendo fruto de ações político-sociais, econômicas e culturais. O “[...] Território implica uma divisão de força política, é relação de poder. O espaço transforma-se através da política em território. É a terra pertencente a um governo ou a um Estado (soberano). O território é gerado a partir do espaço que o ser humano o territorializa” (MOTTA, 2005, p. 471). Para entender o território pressupõe um espaço que se constrói, destrói e reconstrói. Assim, o território busca analisar e pensar o território na construção/destruição/reconstrução.

1.3 A DESTRUIÇÃO MATERIAL E SIMBÓLICA DO TERRITÓRIO

Entre os fatores determinantes que possibilitaram a criação do espaço caboclo podemos considerar a “terra, o trabalho e a família”, que permitem mostrar o campesinato diante da imposição da racionalização capitalista.

A construção do modo de vida do caboclo está associada a fatores determinantes como a terra, trabalho, família e apoiado na comunidade de pertencimento, isto é, o espaço comum. Esses elementos se relacionam ao enraizamento ao território, quanto à sua organização, ou seja, está correlacionada à sua cultura.

Acredita-se que a criação do território caboclo, perante a sua definição de identidade, preconiza o desejo de um espaço que permita reconstruir as condições de reprodução, não apenas inserir nos espaços de mercantilização, ou de políticas públicas, mas também de seus *ethos*, ou seja, restabelecer as redes de relações sociais de parentesco e vizinhança. A perda dessa referência pode acarretar numa perda da cultura imaterial.

A interdependência constituiu-se, historicamente, num dos primordiais pontos de conservação do território, manifestada na comunidade de pertencimento. A comunidade possui relações de pertencimento, correlacionadas a fatores como amizade, religiosidade e solidariedade. Essas relações perpassam a ideia de conceito de troca e de reciprocidade. Carini (2010, p. 87), utilizando-se de Sabourin (2009), mostra que “as regras de reciprocidade envolvem as relações de parentesco, aliança, ajuda mútua, dádiva, dote e herança. As regras da troca são aplicadas ao comércio, no marco do mercado capitalista e a certas prestações de trabalho ou serviço que passam a ser contabilizadas”.

O caboclo do oeste catarinense estava constituído de ações de solidariedade, ajuda mútua e transmissão dos saberes na transformação da natureza e na própria sobrevivência das comunidades, mas passa por transformações quando da chegada dos migrantes, gerando um impacto muito grande, uma ruptura da subsistência que se propunha, para se submeter ao racionalismo capitalista.

O indígena e o caboclo foram vítimas do sistema de ocupação e colonização. O projeto de colonizar, por sua vez, promoveu a destruição material e simbólica do território. A racionalidade capitalista por meio de diferentes temporalidades determinou as formas de relações no meio ambiente com o âmbito sociocultural. A destruição do território ocasionou o movimento migratório, fomentou a recriação do território facilitada pela relação de parentesco e compadrio. A destruição de suas bases materiais e simbólicas, explicado por Carini, fez com que

[...] as desterritorializações desses sujeitos foram consolidadas por políticas públicas de colonização que contemplaram o colono de descendência europeia, induzidas pela ideia de suplantação da racionalidade dos povos tradicionais pela racionalidade moderna produtivista. Na condição de sujeito principal das frentes de expansão da região do Rio Grande do Sul em apreço, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, o caboclo experimentou desde meados do século XIX até meados do século XX um constante movimento de desterritorialização-reterritorialização-desterritorialização [...] (2010, p. 109).

A limitação territorial, de acordo com a racionalidade de território, seria estabelecida pela colonização oficial. A fragmentação do território em pequenos lotes privados alterou o sistema tradicional, como a criação de porcos soltos ou o sistema de faxinais.

Ao longo do tempo histórico, diferentes foram os fatores que impulsionaram a destruição do território. Pelos projetos governamentais, foram incentivados a migrar pela dificuldade de reprodução social. Vários movimentos foram desencadeados, promovendo situações de tensão e conflitos.

Com o propósito de assimilar os processos identitários do caboclo, é preciso ir às origens sociais desse grupo. Para tanto, não é tomado enquanto relevância, mas a identidade é um lugar que se assume, uma costura entre posição e contexto. Nessa percepção entender as mudanças que deram significação à identidade e como essas identidades foram instigadas em diferentes processos de expropriação que sofreram.

O *ethos* do caboclo se contrapõe ao do colono, de modo que a construção da identidade do colono na região Oeste catarinense é sinônimo de “agricultor”, “colono” de ascendência europeia, e sua concepção remonta à colonização. A concepção de terra para o caboclo é diferenciada, pois é vista como uma fonte geradora da vida, onde a posse da terra é provisória, conforme a sua necessidade, a falta da terra, entretanto, seria o “fim”.

O *ethos* exprime o conjunto de valores característicos de um movimento cultural, sendo um conjunto de hábitos ou crenças que definem uma comunidade ou nação. São os costumes e os traços comportamentais que distinguem um povo, referindo-se ao espírito motivador das ideias e costumes.

A identificação étnica conta com a ação coletiva para defender seu território que determinado grupo ocupa e também na garantia da reprodução de seu modo de vida que o caracteriza.

O entendimento de família camponesa está ligado à categoria de terra e trabalho. Pois, essas categorias são cruciais para o entendimento do campesinato. Tedesco (1998), analisando a reprodução social das famílias, traz as categorias terra, trabalho e família como o fator determinante para consolidar o *ethos* do caboclo. As categorias terra, trabalho e família, para o autor estão ligadas com a cultura do caboclo, quando se cogita a terra, associa-se família e trabalho. São as formas que caracterizam as configurações de vida, as disposições e os estilos, servindo como parâmetros de conduta, confronto e visões de mundo.

A concepção da terra, do trabalho, está interligada ao catolicismo popular, ou seja, a terra, num sentido comum, compreendendo o solo, a vegetação e os animais, é a “natureza de Deus”. Essa concepção aponta tanto para a terra a ser trabalhada como para a extensão de uso comum. Portanto, o caboclo considera ter direito à posse da terra, pois foi “dada por Deus”, quem trabalha tem direito de posse sobre a terra. No entanto, essas terras foram tomadas pelas cercas de arame farpado, pela racionalidade capitalista e não apropriadas pelo trabalho (WOORTMANN, 1997).

A aquisição da terra por intermédio da apropriação privada significava um investimento que o caboclo não dispunha, assim limitava seu acesso a terra. Outra forma de ter acesso à propriedade da terra era por herança. A obtenção da propriedade privada, ou o acesso a um pedaço de terra, não estava coeso ao interesse de acumulação, mas, sim, na possibilidade de preservação de sua auto suficiência que lhe conferia, ou seja, a manutenção de seu modo de vida. Seu senso estava mais associado ao social do que à racionalidade capitalista.

Portanto, a propriedade da terra simbolizava uma situação importante e até indispensável para a reprodução da família. Assim, segundo Poli,

[...] uma vez estabelecido num pedaço de terra no qual estruturava, a seu modo, no qual cada planta cada construção, cada pedaço tinha um significado próprio, e a partir da qual estabelecia relações com seu grupo de vizinhos, relativamente fixo, e participava de uma comunidade onde era reconhecido e valorizado como pessoa, única e “pessoal” [...], o camponês resistia à idéia de abandoná-la, vendê-la ou trocá-la por outra propriedade qualquer (2002, p. 134-135).

Quando se fixava em um determinado pedaço de terra, o caboclo se sentia parte integrante da comunidade valorizada pelo grupo de vizinhança. A terra lhe possibilitava

o desenvolvimento de fixação a uma determinada localidade, preservando, assim, a manutenção de seu modo de vida, bem como o vínculo a um grupo social no qual conservava relações estreita de sociabilidade.

A concepção do modo de vida esteve relacionada ao espaço regional com suas fronteiras, utilizava as matas para colher diversos produtos, enriquecendo sua alimentação, caça havia em abundância, faziam pequenos roçados, cultivando milho e feijão. Os roçados se constituíam de técnicas rudimentares, o que assegurava a estrutura e a conservação do solo, proporcionando um equilíbrio ao meio ambiente. Assim, potencializava os recursos existentes condicionando a recuperação das matas e o equilíbrio da natureza.

O *ethos* do caboclo sustenta-se e se legitima nas práticas religiosas, cultuando o monge João Maria,⁵ as festas, principalmente a festa da Bandeira do Divino, os bailes realizados nas casas de chão batido, muitas vezes após a realização do puxirão. As práticas religiosas, o convívio harmonioso com a natureza, as festas e a religiosidade, associado à solidariedade e ao compadrio, fortaleciam os laços e os vínculos de amizade.

As memórias do caboclo foram marcadas pelo tempo por relações de entreatajuda, o companheirismo entre os vizinhos e o equilíbrio com a natureza. As inúmeras dificuldades e recursos vivenciados pelos caboclos impulsionaram a relação de solidariedade e convivência desse grupo. Marcon argumenta:

Participar dos puxirões constituía-se numa festa, possibilidade de encontro, convivência e superação do isolamento peculiar ao trabalho estritamente familiar; oportunizava a troca de informações e experiências através das conversas. De certo modo, os mutirões transformavam os serviços árduos, penosos e pesados, como eram as derrubadas, em atividades, mais leves, pois facilitavam a execução de atividades, apesar de não retirarem a dureza dos trabalhos (2003 p. 206).

⁵ João Maria, melhor dito, São João Maria, é sempre mencionado pelos caboclos como o profeta que andava pelo mundo. Deslocava-se com seus parcos objetos. “Aparecia e desaparecia”. Vivia frugalmente. Não pernoitava nas casas. Acampava junto às fontes de água. Fazia seu foguinho. A couve sempre esteve em seu cardápio. Rezava. Batizava as crianças, algumas delas quase adolescentes, porque havia poucos padres no interior do Brasil e menos religiosos ainda no sertão catarinense. Benzia. Prescrevia remédios. Dava conselhos. Fazia profecias, predizendo as desgraças dos tempos futuros que eram contadas e transmitidas de geração a geração. Hoje os crentes em João Maria atualizam sãs profecias, legitimando o papel do monge (RENK, 2008, p. 52).

O trabalho gratuito prestado pelo caboclo, que participava do puxirão num roçado, uma colheita ou numa capinada, constituía-se na característica fundamental do puxirão. Essa prática se estendia até completar o rodízio da ajuda mútua entre vizinhos. Marcon (2003) busca nas pesquisas realizadas por Cândido (1997) o entendimento a respeito da cultura do caboclo, levaram-nos a concluir que os puxirões constituíam-se na manifestação mais importante de ajuda mútua e de expressão das relações de solidariedade. Por isso, não se caracterizavam apenas como execução das atividades, mas expressavam outros valores cotidianos. Essa prática se enquadrava num contexto de agricultura de subsistência, onde as relações mercantis não predominavam. A solidariedade, nesses casos, concretizava-se na troca de serviços, o que viabilizava a realização dos serviços pesados e, ao mesmo tempo, revitalizava as relações sociais. As primeiras comunidades do oeste catarinense caracterizavam-se pelo espírito comunitário, pela igualdade e pela solidariedade. Para Poli (2002), a prática de solidariedade atendia a uma necessidade de força de trabalho, que vinha suprir a dificuldade do trabalho familiar.

Ao analisar o modo de vida do caboclo, percebemos que não possuía regras rígidas para a execução de suas tarefas. Para Martins e Sezerino (2010), esse sujeito apenas tinha tarefas a cumprir e não horários predeterminados. Geralmente, utilizava os momentos de folga para realizar outras tarefas, como reparos em galpões, construção de casas, debulhagem de milho, entre outras. Thompson (1998, p. 271-272), quando analisa a execução de tarefas, menciona que é possível propor três questões sobre a orientação das tarefas:

Primeiro, há a interpretação de que é mais humanamente compreensível do que o trabalho de horário marcado. O camponês ou trabalhador parece cuidar do que é uma necessidade. Segundo, na comunidade em que a orientação pelas tarefas é comum parece haver pouca separação entre “o trabalho” e “a vida”. As relações sociais e o trabalho são misturados – o dia de trabalho se prolonga ou se contrai segundo a tarefa – e não há grande senso de conflito entre o trabalhado e “passar do dia”. Terceiro, aos homens acostumados com o trabalho marcado pelo relógio, essa atitude para o trabalho parece perdulária e carente de urgência.

Pela análise de Thompson (1998), podemos observar que o caboclo da região Oeste catarinense cuidava daquilo que considerava necessário para aquele momento de trabalho. Tinha o domínio do saber, ou seja, o saber-fazer. Tinha o controle sobre o

processo de seu trabalho não só de seu início, mas também do resultado final. Esse tinha incorporado o processo dando a ele, o saber, para, assim, ter o poder de domínio. Dessa forma, segundo Woortmann (1997, p. 135), “[...] o trabalho só se constitui como atividade material a partir de uma atividade ideal – o saber. Existe como que um ‘trabalho do saber’ que informa o trabalho sobre a terra, e é o domínio desse saber que define quem *governa* a atividade agrícola e, com ela, a família”. Para tanto, segundo o autor, “transmitir o saber é tão central para a condição de pai como transmitir a terra. Transmitir o saber é também transmissão de valores, construção de papéis sociais e hierarquia [...]” (WOORTMANN, 1997, p. 179).

A visão socioeconômica que se instaurou, desde o início da colonização da região Oeste catarinense, foi marcada pela influência da família, sendo a coesão do processo produtivo e do trabalho. Nesse processo predomina a propriedade direta dos instrumentos de trabalho, fruto da jornada de trabalho gratuito da família, pois executava praticamente todas as etapas relativas à produção. Inerente a isso temos um gama de situações, como a falta de mercado, famílias numerosas, modelo de propriedade familiar, dificuldade de transporte e comunicação, geografia da região e produção de subsistência. Esse modelo econômico limitou a orientação para o mercado.

A partir da década de 1970, a região Oeste catarinense transformou o espaço natural e rompeu com a sociabilidade tradicional, ocorrendo uma integração na economia internacional. Entra em cena então o capital integrado, implantando a modernidade tecnológica. Isso resultou num espaço fechado e excludente, rompendo com os laços de solidariedade que haviam no tecido social. Portanto, o caboclo possui um ressentimento ao rompimento que resultou na desconstrução de seu modo de vida. A desvinculação da solidariedade vivenciada pelo caboclo está muito presente em suas lembranças, do seu imaginário.

A memória possui a capacidade de registrar, guardar e manusear informações provenientes de interações entre o cérebro e o corpo, ou todo o organismo e o mundo externo. A memória é a base dos nossos sentimentos ou de qualquer atitude, variando conforme os diferentes períodos da vida. A memória está intimamente relacionada ao aprendizado, uma vez que este é a aquisição dos conhecimentos, e a memória, por sua vez, é o resgate desses conhecimentos através da temporalidade. Percebemos que a

memória é o armazenamento de informações e fatos obtidos através de experiências vivenciadas.

O imaginário é produzido por suas representações quando produzem sentimentos coletivos. O trabalho gratuito prestado pelo caboclo que participavam do puxirão num roçado, uma colheita ou num capina, constituía uma representação. No dia em que se realizava o puxirão, era servida uma refeição. Às mulheres ficava a responsabilidade de organizar o almoço, regado a muita comida, como carne de porco, mandioca, quirera, polenta. Essa prática se estendia até completar o rodízio da ajuda mútua entre os vizinhos. Durante o puxirão, era comum compartilhar bebidas, além de haver uma solidariedade mútua em que os participantes contavam causos, faziam versos durante a execução da tarefa.

Por meio dessas representações se incorpora e instaura a legitimação de suas representações. Imaginário esse construído socialmente quando passa a ser compartilhado pelo grupo, podendo atuar como uma força reguladora, orientando a conduta coletiva do grupo.

Tanto as lembranças quanto os esquecimentos, dependendo da sua temporalidade, podem ser positivos ou negativos. Por exemplo, a perda da terra é vista como um fato de negatividade, pois traz recordações de angústia, sofrimento, uma sensação de ressentimentos aliados à dor ou à perda. Como ponto positivo, a lembrança, prática muito desenvolvida na região Oeste catarinense, é o puxirão que se constituía na manifestação mais importante de ajuda mútua e de expressão das relações de solidariedade.

Os descendentes dos antigos caboclos estão como operários das grandes empresas. Pela coerção, a empresa exerce seu domínio. Os *ethos* são prescritos pelas empresas hegemônicas e pela sociedade de consumo. Os *ethos* anteriormente praticados pelo tempo de antes, são vistos de uma forma diferente pelos seus descendentes.

A questão da terra no sul do Brasil caracteriza-se por problemas e tensões sociais. Esses embates configuram as contradições dos *ethos* do caboclo e da racionalidade capitalista, em conluio com o universo público e privado, enfrentando a expropriação de grupos marginalizados, como os índios, o caboclo, os negros e o colono, servindo de mão de obra barata a projetos extrativistas ou a grandes grupos.

Este capítulo buscou apresentar a construção do colono e explorar o seu *ethos* com a sua construção. Assim, perceber qual o seu entendimento sobre o território e como percebia o uso comum da terra. Para tanto, buscou-se também analisar o processo de destruição de seu espaço, quando passa a outra concepção de funcionalidade, a racionalidade do capital. A transformação dessa relação e a organização desse grupo tiveram uma mudança significativa quando da atuação das companhias colonizadoras. O próximo capítulo vai trabalhar a questão de como ocorreu a remigração do colono e a atuação dessas colonizadoras para o oeste catarinense.

II

A REMIGRAÇÃO DO COLONO E DAS COLONIZADORAS PARA O OESTE DE SANTA CATARINA

Este capítulo propõe discutir a remigração, ou seja, uma nova emigração do colono e das companhias colonizadoras para a região Oeste catarinense. Essa proposta é pertinente, pois vai trazer subsídios para compreender a política de atuação dessas companhias no oeste catarinense.

Propõe-se discutir como o oeste catarinense se tornou palco de disputas e como foi construindo a ideia de identidade dessa região. Para essa identificação e colonização entram em cena as políticas de ação do Estado através da normatização dos territórios agrários.

2.1 A PRESENÇA DAS COLONIZADORAS NO OESTE CATARINENSE

No início do século XX, o oeste catarinense passou a ser colonizado, principalmente a partir da construção da ferrovia São Paulo- Rio Grande, o que possibilitaria o deslocamento de pessoas e de produtos. Assim, fez surgir, a partir da década de 1920, várias companhias colonizadoras, sendo favorecidas pelo poder público, quando o Estado proporcionou a concessão das terras da região à iniciativa privada. As colonizadoras subsidiárias da empresa Brazil Railway C. foram responsáveis para promover a colonização na região Oeste catarinense, onde ampliaram seus lucros com o comércio de terras e a extração da madeira. O processo colonizador iniciado no século XX fez com que essa região fosse fracionada em grandes áreas de terras destinadas às companhias colonizadoras. Segundo Renk,

[...] em 1917, o Governo resolveu “colonizar” o Oeste Catarinense. Para isso, as áreas de florestas e de campos foram divididas em pequenos lotes, chamados *colônias*, e vendidos aos *colonos* do Rio Grande do Sul. Esses agricultores eram descendentes de alemães, de italianos e poloneses, dedicavam-se ao cultivo na pequena propriedade, em trabalho familiar e migraram para colonizar o Oeste catarinense (1990, p. 10 grifos do autor)

O governo catarinense começou a concessão das terras a partir de 1919, sem levar em consideração o indígena e o caboclo. Mesmo sabendo que poderia gerar

conflitos, o governo se comprometia em manter a ordem nos núcleos coloniais. No início da década de 1920, começaram a surgir, favorecidas pelo poder público, as companhias colonizadoras que atuaram na região colocando em prática um projeto de colonização estabelecido pelo Estado, levando as colonizadoras a estenderem vantagens econômicas (CHITOLINA, 2009).

O objetivo do Estado foi alcançado quando expediu títulos sobre as terras da região Oeste, quando da solução da Guerra do Contestado. As companhias colonizadoras do início do século XX tiveram um papel decisivo nessa investida do Estado, pois a maioria dos sócios das companhias que possuíam a concessão das terras era rio-grandense, isso os beneficiou, pois o colono que veio a comprar lote de terras também era do Rio Grande do Sul.

O processo de colonização da região Oeste ocorreu com o intuito de se apropriar das terras devolutas. Várias companhias colonizadoras se valeram da influência política que seus sócios possuíam. Assim, apropriaram-se de uma vasta área de terra, onde passaram a comercializá-las, como também a madeira e a erva-mate. Para o Estado interessava modernizar a região, pois encontrava-se em completo atraso, podendo, dessa forma, fazer a integração com outras regiões do Estado. O mapa 2 mostra o oeste catarinense e o processo colonizador de 1910-1920. Localizam-se muitas fazendas e colônias, bem como áreas de atuação das companhias colonizadoras da região.

Um fator que contribuiu para o crescimento da região Oeste deve-se à publicidade e propaganda feita principalmente no Rio Grande do Sul. Por meio da propaganda intensa, os agentes utilizavam de todos os meios para convencer os “colonizadores”. Visitavam as casas até convencer determinado membro da família. As companhias ofereciam facilidades ao colono e incitavam o ganho econômico que poderiam ter em pouco tempo nas novas colônias.

O alvo das companhias colonizadoras eram as famílias numerosas, podendo ser considerado um ponto crucial para a migração das velhas colônias rio-grandenses. Havia ainda a possibilidade em adquirir glebas subsequentes, assim permitia que as famílias ficassem unidas, usavam como argumento o preço das terras no Rio Grande do Sul. Outro argumento utilizado era que, além de manter suas relações socioculturais, o colono poderia conviver com integrantes do mesmo credo ou etnia, assim poderiam atrair com mais facilidade o colono.

Acreditamos que os migrantes optaram por essa região, pois tinham como propósito a manutenção dos padrões socioeconômicos e culturais existentes no Rio Grande do Sul. O colono buscava avaliar as condições da região Oeste catarinense, de posse dessas informações poderia construir uma comunidade de acordo com sua cultura. As informações oportunizaram uma avaliação e uma escolha sobre o oeste catarinense. Nodari esclarece como era esse processo: “[...] através de agentes das companhias colonizadoras, de cartas de familiares e de amigos que já haviam migrado, notícias e propagandas publicadas em jornais e anúncios de rádios, livros, manuais, panfletos, almanaques e pregações de padres e pastores [...]” (2002, p. 35).

Ao receber a área para a colonização, as empresas colonizadoras exploravam ou asseguravam a madeira para depois comercializar as terras. O desenvolvimento da região ocorria na medida em que a família do colono se instalava nas áreas abertas pelas colonizadoras. A partir da derrubada da mata, abria-se a possibilidade para as lavouras de subsistência. A partir da década de 1940, o número de vilas e povoados cresceu muito, ocupadas, sobretudo, por alemães, italianos, teuto-russos e poloneses, deslocados do Rio Grande do Sul para as novas terras.

Eles foram os principais responsáveis em colonizar e repovoar o oeste catarinense. A migração⁶ foi dirigida por grupos específicos, pois tinham que se adequar aos padrões estabelecidos pelo governo e pelas companhias, segundo os quais a migração deveria ser ordeira. Para tanto, Nodari (2002, p. 34) traz que a migração é “[...] um conjunto de práticas socioculturais que podem ser adotadas quando problemas estruturais colocam pressão em uma pessoa ou família e faz com que a migrem para outro lugar para modificar um problema estrutural particular”. A opção de colonizar e repovoar a região incidiu sobre os teutos e ítalo-brasileiros situados no Rio Grande do Sul. As companhias colonizadoras introduziram a comercialização das terras na região Oeste catarinense. O caboclo não tinha a compreensão de adquirir um pedaço de terra, por isso tornou-se força de trabalho do colono, ou era isolado para outras regiões distantes, ou áreas “enguiçadas” (WOLOSZYN, 2011).

A eficácia na divulgação da colonização do oeste catarinense fez com que atraísse compradores de terras. Portanto, o “colonizador” surge como uma alternativa para a concretização do empreendimento.

O processo de colonização teve como propósito apoderar-se de terras consideradas devolutas. Nesse sentido, várias companhias colonizadoras exerceram influência política de seus sócios para apropriar-se das terras, passando a controlar grandes áreas na região.

O período da colonização trouxe transformações ligadas às relações sociais que se devolveram na colônia. Relações essas como o modo de vida, lazer, trabalho, uso da terra. Dentro dessas relações observa-se a construção da paisagem cultural, ou seja, a partir do esgotamento das terras rio-grandense.

A presença e a movimentação do caboclo na região eram constantes, passando por todas as fases econômicas do oeste catarinense, demonstrando que sua mão de obra era de suma importância para a implantação do processo econômico e o acúmulo de possíveis riquezas desse processo. O indígena e o caboclo entendiam a terra como valor de uso e não de comércio. Portanto, a presença dos colonos amparados pela lei tornava-os legítimos donos da terra.

⁶ “A migração é um fenômeno interessante em si mesmo, e ela se constitui num interessante aspecto diagnóstico das estruturas sociais e econômicas das sociedades de origem e de recepção das pessoas” (NODARI, 2002, p. 29).

O fato de os indígenas e caboclos, em geral, possuírem o entendimento de que a terra tinha o valor de uso, e não comercial, favoreceu aos “forasteiros” se imporem aos estabelecidos. Os “estranhos” passaram a ser os que tradicionalmente habitavam as terras, e os que vieram de fora sentiram-se com hábitos superiores e amparados por lei. Por isso, viam como legítima a ação de conquista da terra (WERLANG, 2006, p. 11).

A visão mercantil introduzida na região e patrocinada por companhias colonizadoras era desconhecida do caboclo. Estando à margem dessa sociedade, não tendo os meios e não compreendendo o interesse em adquirir uma propriedade, tornou-se força de trabalho complementar nas lavouras do novo proprietário, ou era afastado da fronteira agrícola pelas companhias colonizadoras em regiões isoladas e distantes. Observa-se que, além da exaltação ao trabalho, a religião católica também representava um aspecto importante para o colono. A cada comunidade edificada, a capela estava entre as primeiras construções, muitas vezes antes mesmo da abertura de estradas. Para Werlang (2006), a presença do caboclo beneficiou a instalação dos primeiros colonos, pois esse havia derrubado a mata, além disso, fora utilizado como mão de obra na extração de erva-mate, madeira, formação de balsas, abertura de estradas e demarcação de lotes.

Radin (2009) salienta que as companhias colonizadoras difundiam que os antigos moradores (indígena e caboclo) não possuíam domínio sobre as terras, pois não havia documentação que regulamentasse. Assim, organizaram a limpeza da área, facilitando a comercialização dessas áreas. Para Poli (2001), o governo promoveu a colonização através da concessão de grandes áreas de terras, deixando as empresas colonizadoras encarregadas gerarem o progresso almejado pelo governo. Entretanto, a presença do caboclo de não “consentir com a racionalidade capitalista” atrapalhava a comercialização das terras, havia, então, a necessidade de proceder seu afastamento da região. A atuação das companhias colonizadoras e do colono de ascendência européia fez surgir na região a mercantilização das terras. A terra passou a ter valor em capital, assim, a propriedade transita por contínuas recriações, resultando em várias formas de mudança de renda da terra. Afinal, quem eram essas companhias colonizadoras? As companhias colonizadoras eram geralmente formadas por grupos de sócios, com participação diversa de capitais, atuando na comercialização das terras no oeste catarinense, pertenciam a empresários rio-grandenses, tornando-se as principais responsáveis pelo processo de colonização da região Oeste catarinense (RADIN, 2009).

A essas competia a escolha de uma migração dirigida e com grupos específicos, que estivessem de acordo com os padrões propostos pelo Estado e pelas companhias colonizadoras.

As companhias colonizadoras obrigavam-se a medir, demarcar, comercializar e lotear a área que poderia aplicar à lavoura e à criação, tendo condições aceitáveis de preços e prazos. Essas poderiam comercializar as terras aos intrusos desde que eles tivessem condições financeiras para efetuar o pagamento da terra (GRITTI, 2014).

As empresas possuíam sua sede nas principais cidades do Rio Grande do Sul, como Porto Alegre, Passo Fundo, Caxias do Sul e Carazinho. Possuíam também escritórios e representantes nas cidades do oeste catarinense. Segundo Christillino (2005, p. 111-112), essas empresas uniam-se

[...] para adquirir terras de particulares ou do governo, abrindo estradas em seu interior ou apenas aproveitando as estruturas já existentes, lotando-as e vendendo as mesmas a vista e, principalmente, a prazo, o que exigia um grande montante de capital para a montagem e administração das mesmas. As atividades das empresas colonizadoras poderiam se limitar à comercialização dos lotes, mas também havia a possibilidade de atuar na contratação de imigrantes na Europa ou nas atividades comerciais de transporte, especialmente os fluviais, nas colônias. Estas últimas se constituíam nas atividades mais lucrativas nas regiões coloniais. As empresas que atuaram no oeste catarinense e paranaense também investiram no ramo madeireiro, comercializando áreas a imigrante das “colônias antigas” do Rio Grande do Sul.

As companhias particulares ou empresariais de colonização em Santa Catarina assumiram a condição de colonizar o estado de maneira efetiva. Segundo Waibel (1979), para o governo catarinense, “a colonização é política de desenvolvimento de áreas desabitadas”. Elementos políticos que podem estar constantemente oscilando, podem causar interferência na forma de conduzir a colonização. O interesse das companhias colonizadoras particulares, ou empresariais, era realizar um “bom negócio”, era “ganhar dinheiro”, mas, para isso, era necessário adquirir uma “terra de boa qualidade” e “gente de boa qualidade”. A administração dessas colônias estava ensejada nos moldes da racionalidade capitalista.

O sistema de colonização adotado pelo governo catarinense foi a concessão de imensas glebas de terras devolutas às companhias colonizadoras particulares e empresariais. O Estado favorecia principalmente as companhias que compartilhavam

com o poder político estabelecido, ou seja, aquelas companhias que se propunham à abertura de estradas. A ligação através de estradas foi um fator determinante para ocorrer uma integração no estado (THOMÉ, 2009).

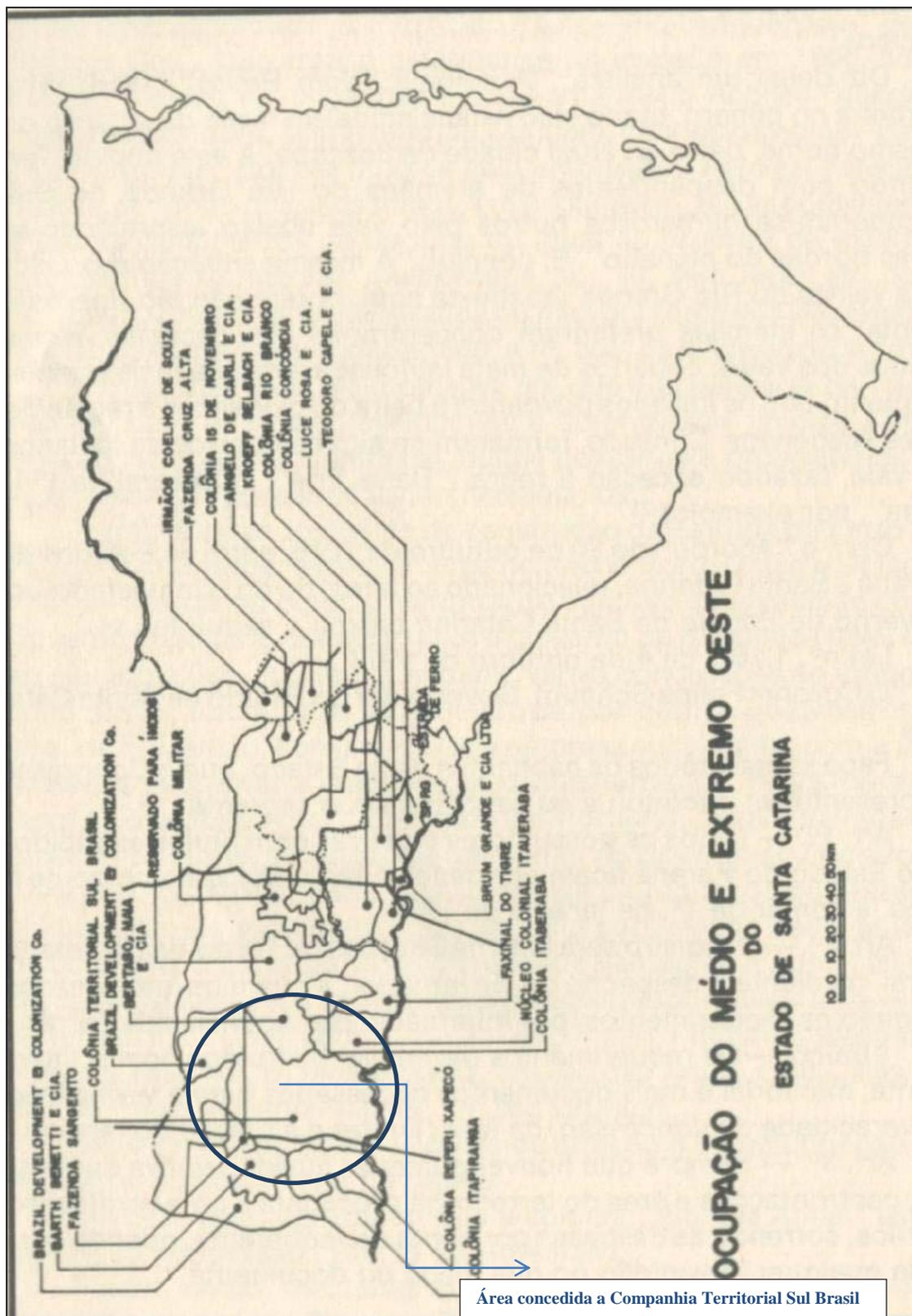
As companhias colonizadoras faziam parte do projeto, que o governo catarinense o definiu como padrão. A divisão das terras, a introdução dos colonos e a execução desse projeto de colonização na região Oeste ficaria a cargo das companhias. Ao estado de Santa Catarina interessava assegurar a posse e o domínio da região. A política do governo era povoar com núcleos populacionais agrícolas, legitimando seu poder se fosse alvo de reivindicações territoriais, como foi no Paraná e do Contestado (VICENZI, 2008).

A atuação das companhias colonizadoras, especialmente na comercialização dos lotes de terra, regulou em parte de um projeto de apropriação privada da terra. Desde a proclamação da República, a política de colonização era estimulada principalmente em áreas onde havia abundância de terras devolutas de domínio público. A política de colonização na região Oeste era a mercantilização da terra e a seleção do colono a que viessem adquirir as terras, objetivando substituir populações indígenas e caboclos, pois não eram condizentes com a proposta da política proposta pelo Estado e pelas colonizadoras. As companhias dividiam as terras em pequenos lotes de terra, desenvolvendo a pequena propriedade (RADIN, 2009). O interesse das companhias era a lucratividade e encontravam proteção nas ações do governo. Nodari (2002, p. 35) esclarece:

Pelo número de companhias colonizadoras formadas para atender a região, podemos deduzir que era um negócio financeiramente atrativo e, no caso de algumas delas, como a Brazil Development and Colonization Company, a Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia, a Empresa Colonizadora Bertaso, Maia e Cia, mais tarde conhecida como Empresa Colonizadora Ernesto F. Bertaso e a Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense Limitada, mais tarde conhecida como Companhia Territorial Sul Brasil [...].

A atuação das companhias colonizadoras parece seguir um padrão da política de exploração, propagando, assim, as vantagens que poderiam encontrar em Santa Catarina. A possibilidade de lucratividade das empresas aguçava a condição de sua materialização. Na região Oeste, conforme o mapa 3, atuaram várias companhias colonizadoras, como Brazil Development and Colonization Company; Colonizadora

Luce, Rosa & Cia.; Colonizadora Bertazo, Maia e Cia.; Chapecó-Peperi Ltda; Volksverein; Barth, Benetti e Cia.; Lunardi. Também podemos visualizar a área de atuação da Companhia Territorial Sul Brasil, entre outras.



Mapa 3: Ocupação do médio e extremo oeste de Santa Catarina.

Fonte: Acervo documental do CEOM.

No mapa 3 podem ser localizadas áreas de atuação de algumas companhias colonizadoras. A Volksverein institucionalizou, em 10 de abril de 1926, e se constituiu como uma sociedade católica, organizada no Rio Grande do Sul, com o propósito de criar uma colônia teuto-brasileira católica. A companhia Barth, Benetti e Cia., teve a sua fundação em 1940, com atuação na Vila Oeste, principalmente na comercialização das terras e da exploração da madeira. A companhia Bertaso, Maia e Cia. foi criada com o intuito de colonizar as terras dos herdeiros da baronesa Limeira.⁷ A área de atuação da companhia foi a região de Chapecó, onde comercializou e explorou a madeira. A empresa introduziu na sua área de atuação basicamente o ítalo-brasileiro (WERLANG, 2006).

O grande número de companhias colonizadoras atuando no oeste catarinense demonstra ter sido um negócio extremamente atrativo. A atuação das empresas era semelhante, pois passavam pelas mesmas necessidades, dificuldades e deslocamento. Em geral, solicitavam ao governo segurança e proteção. Outro fator comum era o fato de o governo passar a construção de estradas a terceiros. A ausência do Estado na aquisição de instrumentos agrícolas, oferta de escolas, foram fatores de reclamações entre o colono e as colonizadoras.

A colonização das áreas consideradas devolutas era uma das políticas empregadas pelo estado de Santa Catarina. Foi por meio do universo das companhias colonizadoras que o Estado começou a colocar em prática o plano de integração da região. Essas empresas tiveram o papel de comercializar essas áreas, criando núcleos coloniais. Para isso, responsabilizavam-se pelo povoamento de determinadas áreas através da instalação de imigrantes europeus e de descendentes.

⁷ A baronesa de Limeira chamava-se Francisca de Paula Souza Queiroz, casada com Luiz Vicente de Queiroz, o barão de Limeira, que foi vereador da Câmara Municipal de São Paulo. Muitas de suas propriedades, juntamente com outras áreas pertencentes às tradicionais famílias paulistas, deram origem a bairros e adjacências de São Paulo. A atuação política do barão de Limeira na província de São Paulo deu-se no reinado de dom Pedro II (CHITOLINA, 2009, p. 96). Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/855/496>. Acesso em: 15 out.2014.

2.2 OESTE CATARINENSE – UM PALCO DE DISPUTAS

A política expansionista proposta pelo governo estava relacionada ao controle territorial das regiões limítrofes, principalmente a disputa entre Brasil e Argentina (1895), e a disputa entre Santa Catarina e Paraná (1912-1916), que a partir dessas definições delimitaria a região do oeste de Santa Catarina. O processo de desenvolvimento do capitalismo da região Oeste catarinense possuía, numa primeira fase, a partir de 1920, a ocupação e o controle territorial, e a partir de 1950 ocorre o processo de industrialização. A partir da definição de limites territoriais, essa região passou pelo processo de construção e identificação regional.

Estudar o processo de desenvolvimento do capitalismo no oeste catarinense, remete-nos a uma região que até meados do século XIX era ocupada originalmente por guaranis e caingangues.⁸ No mapa 4, podemos localizar a região Oeste catarinense.

⁸ Caingangue. A região Oeste de Santa Catarina era habitada pelos índios guaranis e caingangues, segundo vestígios arqueológicos encontrados na bacia do Rio Uruguai, o grupo teria chegado à região por volta de 5.500 a.C.



Mapa 4: Localização da região denominada de Velho Xaçepó.

Fonte: Disponível em: <http://www.infoescola.com/wp-content/uploads/2009/08/full-1-9f4a0405ed.jpg>.

Acesso em: jan. 2014.

Sobre o povoamento do oeste catarinense, visualizam-se três fases de ocupação, cada qual com atividades econômicas distintas: a indígena, até meados do século XIX; a do caboclo, que a sucedeu e miscigenou-se; e a da colonização, caracterizada pela vinda de migrantes de origem alemã, italiana e polonesa, basicamente do Rio Grande do Sul (POLI, 1995). Para tanto, Heinsfeld (2012, p. 127) considera o termo “espaço” o que

[...] compreende a concepção de tempo, pois nele está inserida; compreende movimento, pois o homem e as sociedades se deslocam no espaço geográfico; compreende mudança, pois o homem e as sociedades estão em contínuo processo de transformação no espaço que ocupam e com o qual se relacionam; compreende transformação, pois o homem, da mesma forma, transforma o meio em que vive; compreende processo; pois há linhas gerais identificáveis nas modificações naturais que ocorrem no espaço físico. Por fim, a concepção de espaço compreende relação, pois há uma contínua dependência entre a sociedade e o meio físico. Tal concepção compreende em última análise uma inter-relação entre História e Geografia, no que resulta numa relação entre consciência histórica e a noção de espaço.

A desapropriação das terras nos Campos de Lages no Planalto catarinense e de Palmas levou a que o caboclo buscasse o solo do oeste catarinense para se fixar. Essa população trabalhava na criação do gado e na extração da erva-mate, a qual a partir das últimas décadas do século XIX – durante a existência da Colônia Militar Xapecó se alocaram na região oeste catarinense e sudoeste do Paraná, motivados principalmente pela Revolução Federalista de 1893 (POLI, 1995).

A organização política da região nesse período teve como propósito o caráter militar de fronteira, ou seja, o objetivo da criação da Colônia Militar de Xapecó era a defesa da fronteira e a proteção aos habitantes dos campos de Palmas, Erê, Xagu e Guarapuava. Esse contexto foi fundamental para a formação da região, pois muitas povoações vieram a se instalar para defender o território. A partir da criação das colônias militares de Xapecó e Chopim, o Estado acabou também por se organizar politicamente, reivindicando para si uma região que poderia vir a ser motivo de disputa territorial.

Entende-se que a possibilidade de exploração efetiva da atual região Oeste catarinense foi a delimitação final da fronteira entre Brasil e Argentina, em 1895. Estamos nos referindo a “Questão de Palmas”,⁹ uma disputa entre os dois países pela

⁹ Sobre a Questão de Palmas ver Heinsfeld (1996).

posse do que hoje chamamos de “região oeste catarinense”. Esse conflito ficou conhecido como a Questão de Misiones ou Palmas.

Antes das delimitações de fronteiras ou do aparecimento das noções modernas de estado e nação, os espaços estavam constituídos socialmente. As questões de fronteiras não podem ser reduzidas à “guerra de fronteira”¹⁰; todavia, os limites territoriais são colocados à frente dos espaços constituídos socialmente, havendo exclusão ou inclusão por parte do poder estatal. Assim, as

[...], questões de fronteiras não podem ser reduzidas à ‘guerra de fronteira’ ou o estudo do ‘uso da terra’. Homens e mulheres são distribuídos no espaço e diferentes territórios ocupados antes do aparecimento das noções modernas de estado e nação. Embora as fronteiras e os limites fossem colocados para frente a partir dos centros de poder como espaços de exclusão, de diferença, de fechamento, eram áreas de interação entre diferentes sociedades, o espaço que operavam os contextos econômicos, sociais e culturais (FREGA, 2003, p. 121).

Portanto, a fronteira passa a ser um indício para preconizar uma ideologia. Esse indício surge quando o Estado possui o controle territorial. A demarcação de uma área fronteiriça produz uma questão legal, ou seja, o controle que é exercido sobre essa estrutura. Surge, assim, uma estrutura de poder que se preserva conforme seus interesses. Assim, forma-se um fac-símile social, constituindo uma territorialidade.

Costa (1988) considera a definição de fronteira política como condição básica para a construção de um espaço regional, onde a política territorial do Estado nação poderia estabelecer a identidade e as contradições regionais.

A partir dessas delimitações da regionalização,¹¹ o Estado no sul se constituiu como nação, federação. “A nação é, portanto, um trabalho coletivo e realizado de forma contínua através do comportamento dos cidadãos na vida política e social, e trabalho do estado, através de mecanismos mais ou menos sutil, mais ou menos compulsivo, mais ou menos explícito” (HEREDIA, 1996, p. 300). Resolvida a situação limítrofe entre Brasil e Argentina no final do século XIX, a região do Oeste catarinense continuou

¹⁰ Guerra de fronteira. Refere-se ao enfrentamento militar por disputa territorial.

¹¹ Regionalização. Regionalizar não é simplesmente recortar o espaço a partir de parâmetros genéricos, quantitativos, diferenças de grau, como faixas de renda, produto interno bruto, fluxos comerciais etc. Envolver, igualmente, as diferenças de natureza como as de ordem mais estritamente cultural. HAESBAERT, Rogério. *Região, diversidade territorial e globalização*. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/download/4/3...> Acesso em: jan. 2014.

contestada num conflito impulsionado pela construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, ganhando importância no que tange às questões de divisas interestaduais entre Santa Catarina e Paraná.

A Guerra do Contestado¹² foi uma disputa entre Santa Catarina e Paraná, nos anos de 1912 a 1916, por áreas de terra. Vários foram os fatores que suscitaram o evento, por um lado, a disputa territorial da titulação das glebas, por outro, a revolta dos caboclos contra a expropriação de terras.

Até esse período a região era conhecida por Palmas, compreendendo toda a região do oeste catarinense e parte do sudoeste paranaense, administrada sob a jurisdição do Paraná.

A Guerra do Contestado representou, ao mesmo tempo, o atraso no processo de colonização, a expropriação da terra, a dispersão do caboclo e a comercialização dessas terras. Nesse sentido, a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul teve um papel decisivo para a ocorrência desses eventos, pois representava uma unidade territorial fazendo uma integração dos “espaços regionais”. De acordo com Radin (2009, p. 25),

a construção da estrada de ferro contribuiu de forma significativa para impulsionar o processo de divisão e venda de terras, pois a empresa construtora, a Brazil Railway Company, que obteve a concessão pública de uma vasta área, assumiu o compromisso de colonizá-la. A ferrovia, considerada símbolo de modernidade e do progresso, alimentava o imaginário da unidade territorial do país e simbolizava a possibilidade de incorporação dos “espaços regionais” mais distantes, além de valorizar sobremaneira a terra como um bem imobiliário.

Definida a questão dos limites com a Argentina (1895) e Paraná (1916), a região, conhecida também como “Grandes Sertões”, passa pelo processo de colonização, isto é, há necessidade de “civilizar a região oeste catarinense”. Aos poucos, a região conta com

¹² Guerra do Contestado. Grande parte da historiografia sobre o movimento do Contestado privilegia a questão de limites dos estados do Paraná e Santa Catarina como causa fundamental da guerra. No entanto, um dos problemas fundamentais foi o conflito entre os caboclos e as empresas interessadas em se apropriarem de terras ao longo da ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul. Após quatro anos de disputas e confronto, nos quais muitos caboclos pereceram [...] (MARCON, 2003).

a presença da população nômade, denominada “caboclo”, com a expropriação das terras das regiões de Lages e Palmas, associada com o declínio da pecuária – dispersão do caboclo – e o excedente da mão de obra da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande. Outro catalisador para essa mobilização populacional na região foi a Revolução Federalista de 1893 ocorridas no Rio Grande do Sul, as quais fizeram com que o caboclo daquele estado se deslocasse para essa região (RENK, 2006). A região pode ser entendida como uma entidade concreta, resultado de suas determinações e tendo como característica a sua transformação por heranças culturais e materiais em uma determinada estrutura social com seus contrastes (CARBONARI, 2009). A região será compreendida por meio da interação entre o homem e o meio que o transforma, produzindo uma nova natureza. Dessa forma, o espaço regional não é fixo, mas, sim, social e ativo entre seus atores. Segundo Motta (2005, p. 391), a região está fundamentada numa

[...] reflexão política da base territorial, se ela coloca em jogo comunidades de interesse identificadas a uma certa área e, finalmente, se ela é sempre uma discussão entre os limites da autonomia face a um poder central, parece que estes elementos devem fazer parte dessa nova definição em lugar de assumirmos de imediato uma solidariedade total com o senso comum que, neste caso de região, pode obscurecer um dado essencial: o fundamento político, de controle e gestão de um território.

A região Oeste catarinense pode ser compreendida como resultado de suas especificidades e transformada por sucessão cultural e material, inseridas na sociedade com suas diferenças. A construção da identidade da região Oeste está presente através das dificuldades contidas na região, sendo essa geográfica, social, cultural ou econômica. Esse processo se torna significativo, pois busca analisar a ocupação do espaço na região.

A identidade que se estabeleceu na região Oeste catarinense foi se mesclando, passando pelo indígena, caboclo e o colono de ascendência europeia. Ocorreu, assim, a construção de identificações através das adversidades inseridas na região, como geográfica, social, cultural, econômica, entre outras.

Salienta-se que o complexo processo de construção da identidade regional do Oeste catarinense está associado à ocupação do espaço para, na delimitação de fronteira (Argentina 1895, Paraná 1916), a colonização da região fez parte do projeto

estabelecido pelo Estado e ratificado pelas colonizadoras. O sentido de identidade regional para o caboclo marginalizado do acesso a terra será uma questão a ser elucidada. A identidade regional é resultado da criação e manipulação de um grupo, mas se deve compreender que as raízes populares estão resgatando essa identidade.

2.3 COLONO: A SERVIÇO DA COLONIZAÇÃO

O imigrante que se estabeleceu no Rio Grande do Sul era identificado como “colono” ou “colono”. Essa denominação pode ser considerada também para Santa Catarina. Silva (2011, p. 136) faz a seguinte consideração sobre o “colono”: “Ser colono, sob a ótica dos governantes, era a equivalente, a ser pequeno proprietário agrícola, fixado à terra, respeitador das leis e das autoridades e, sobretudo, ser um produtor de gêneros voltados a ‘avolumar as rendas do Estado’ [...]”. E para Dorigon e Renk (2013, p. 13): “[...] ‘Colono’ foi uma categoria administrativa estabelecida pelas autoridades do Império a esses imigrantes e assimilada pelos agricultores como sinal positivo na construção da identidade [...]”.

Radin (2012, p. 77) salienta: “A propriedade da terra representava acima de tudo a grande possibilidade de dar o conforto à família, de formar uma comunidade de fé [...] e, também, espaço da solidariedade no enfrentamento das dificuldades típicas desse tipo de colonização.”

Era a propriedade de terra que o colono estava interessado. Ter a perspectiva e a possibilidade de “dar um conforto à família” e buscar “melhorar de vida” era um dos objetivos desse grupo.

A ocupação do sul do Brasil teve um aspecto beligerante, principalmente quando se trata da grande propriedade. Isso gerou problemas do ponto de vista metodológico, em detrimento da baixa densidade demográfica, o que demonstrava a vulnerabilidade do território na sua fronteira. Segundo Zarth (2002, p. 100), “a solução encontrada pelas elites regionais foi a colonização das áreas florestais, sem alterar a estrutura agrária das zonas pastoris, as quais, no caso do Sul, estavam co-relacionadas às áreas de campo nativo que se espalhavam por todo o sul da província e parte do norte [...]”.

A partir de 1850, os campos nativos¹³ estavam sendo privatizados. Para Zarth (2002, p. 83), “a privatização das terras públicas e a exclusão dos lavradores nacionais do livre acesso a terra constituíram um processo longo, e é difícil encontrar documentos que demonstrem a sua real dimensão [...]”.

A segunda metade do século XIX teve como peculiaridade a transformação da política colonizadora do Brasil imperial. O país passou a apresentar uma colonização mais estruturada. A criação da lei nº 601, de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras, onde a colonização tem uma atenção especial. Essa lei dispunha sobre as terras devolutas do Império, pois determinava a medição, demarcação a sua utilização com o propósito de colonizar o Brasil. Com a criação dessa, havia a necessidade de ter o controle sobre a terra, na qual

dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira [...].¹⁴

Radin (2009) utiliza a categoria “ocupação” para designar o período anterior à colonização, condizente ao espaço do indígena e do caboclo, e “colonização” para designar o período decorrente à colonização, onde a terra passa a ser comercializada pelas companhias colonizadoras em pequenos lotes e apropriação. Grandes extensões de terras foram legalizadas pelo sistema de posse tendo por base a Lei da Terra de 1850. No final do século XIX e início do século XX, tinha-se o entendimento de que seria legítimo “tomar para si aquilo que era considerado abandono”, no caso as terras.

Quando a propriedade foi instituída e as concessões de terra passaram a ser concretizadas, os grupos de indígenas e caboclos dessas áreas foram empurrados para outros lugares, onde a colonização ainda não tinha se inserido, ou por reclamações de possíveis proprietários de terra, ou ainda em terras onde a racionalidade capitalista não estava legitimada. Para Poli (1995, 89), “as áreas devolutas, de propriedade do Estado, eram as preferidas pelos posseiros para a sua ocupação e posse”. Conforme a cerca da

¹³ Campos nativos refere-se às áreas de pastagem natural.

¹⁴ Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm. Acesso em: 12 ago. 2014.

colonização se aproximava e quando a propriedade privada passou a ser regulamentada, o caboclo teve de migrar para o interior.

Para o posseiro, a ocupação produtiva podia validar a aspiração à terra, visando ao seu domínio, ao seu direito e ainda ao reconhecimento judicial. A posse deveria ser o resultado de ocupação mansa e pacífica, habitada e cultivada por posseiros. Era costume entre as companhias colonizadoras recentes oportunizar aos caboclos a aquisição da compra da terra onde era posseiro.

A colonização das áreas de terra, através da venda aos colonos, institucionalizou a expulsão dos posseiros, que passaram a ser chamados de “intrusos”. Em várias áreas pertencentes à Companhia Territorial Sul Brasil ocorreram problemas com os intrusos.

Segundo Poli (1995, p. 122), “quando as concessões generalizaram-se em toda a região, o posseiro passou a ocupar terras cujos donos eram as Grandes Companhias Colonizadoras. Em Campo Erê, os posseiros ocupavam uma extensa área da Companhia Territorial Sul Brasil, bem como em Modelo”.

Poli (1995) recorre a Wachowicz (1985) quando analisa o posseiro como um sujeito que derrubava a mata e produzia para a sua subsistência. O posseiro estava na “frente da frente” da comercialização, pois conduzia os indignos, os perversivos para fora das regiões consideradas tradicionais de colonização, buscando amenizar as tensões. Grynszpan (2005, p. 375-376) conceitua o posseiro como

[...] é aquele que se encontra na posse, que ocupa um trecho de terra, sem, no entanto, ser seu dono efetivo, ser portador de um título legal de propriedade. Posto dessa forma, o termo pode ter aplicação tanto urbana quanto rural. Ainda que se caracterize, entre outros elementos, pela ausência de um documento legal de propriedade, a posse enquanto forma de apropriação da terra é, ela mesma legalmente definida, enquadrada e reconhecida judicialmente [...].

Essa percepção pode ser analisada na Lei de Terras (lei nº 601/1850) e também nas legislações estaduais de Santa Catarina e Paraná, quando essas trataram das fazendas de criar e as de terras de cultivar. Segundo Machado (2010, p. 86),

com a Lei de Terras, a aquisição de terras no Brasil só poderia ser efetivada por meio da compra, eliminando as formas tradicionais de adquirir terras mediante posse ou doação. Assim, estabeleceu-se a obrigatoriedade do registro e validação de títulos após a medição e demarcação de seus limites e o pagamento de taxas; o tamanho das posses também foi delimitado pela lei.

Entretanto, a ocupação constituiu-se na única forma de se obter terras – com execução de compra e herança–, tornando-se o problema fundamental no sistema da propriedade rural brasileira, uma vez que os direitos dos ocupantes não foram reconhecidos pela lei; mesmo assim continuaram a ser compradas, vendidas, avaliadas livremente. Somam-se a essa questão a exigência de demarcação de todas as propriedades e a sujeição de todos os títulos a registro objetivando a legitimação da propriedade, o que não eliminou as disputas e terra e a prática do arrendamento.

O Estado planejou a colonização do sul do Brasil objetivando a localização do imigrante europeu em terras públicas, na configuração de pequena propriedade. Essa ocupação ocorreu de forma contínua e sem mudanças significativas na sua regulamentação. Os núcleos coloniais seguiram normas de acordo com a configuração espacial, ou seja, os povoados, as linhas deram conformidade à formação sociocultural camponesa. Além das diferenças culturais entre o caboclo e o colono, a constituição dos núcleos seguiu os moldes comuns entre as outras colônias.

A ocupação e a colonização oficial no nordeste do Rio Grande do Sul foram realizadas a partir da segunda década do século XIX, através da pequena propriedade. A migração ocorreu por um processo longo e contínuo.

A ocupação intensa do território rio-grandense fez com que as potencialidades agrícolas se esgotassem, levando o colono de ascendência europeia buscar alternativas, deixando as colônias velhas em busca de terras novas. O número de filhos fez com que a propriedade dos pais fosse insuficiente para sustentar a família. Não havia mais terras para continuar a colonização. A alternativa foi então buscar colônias novas baseadas na pequena propriedade, para tanto, o ascendente europeu atravessou o rio Uruguai em direção ao estado de Santa Catarina. O rio tornou-se uma conexão e, ao mesmo tempo, um obstáculo que dificultava a transposição entre o Rio Grande do Sul e o Oeste catarinense. A expectativa em atravessar o rio Uruguai simbolizava um recomeço, ou seja, uma nova vida, a busca por melhores terras, melhores oportunidades. Na ilustração 2 observa-se uma passagem do rio Uruguai. O rio, no decorrer de seu percurso, possuía alguns locais que facilitavam a travessia. Catres, Mondaí, em Santa Catarina, era um desses pontos de passagem.



Ilustração 2: Uma das corredeiras do Uruguai
Fonte: Acervo Fotográfico do CEOM.

Entretanto, segundo Zarth (2002, p. 96), “os empreendimentos colonizadores particulares eram também subsidiados pelo estado. O governo contactava empresários para desenvolverem projetos particulares de colonização, concedendo-lhes subsídios, concessão de terras e empréstimos”. Sendo assim, as colonizadoras e o governo não estavam interessados em estabelecer um modelo padrão de desenvolvimento de colonização. Atrair o colono em comprar as terras e explorar a madeira foi uma prática comum entre as colonizadoras. O colono tinha o papel de preencher o “vazio demográfico na região” e trazer o desenvolvimento esperado pelos governantes. A região Oeste dispunha de uma imensa floresta com uma grande variedade de espécies de árvores a explorar. Encontramos pinheiro, cedro, louro, imbuia, canela, peroba, canjerana, caroba, entre outras. Com a fixação das colonizadoras e dos colonizadores, ocorre a exploração e comercialização da madeira, uma das primeiras rendas do colono. A intensificação do corte e da exploração da madeira aumentou a partir da década de 1920. O trabalho com a madeira era realizado por caboclo, colono, colonizadoras,

tarefeiro¹⁵. A atividade era desenvolvida de forma restrita, pois tinha por base a força do homem, o machado e o serrote. O transporte das toras até a serraria era realizado através de juntas de bois ou por carroções. A exploração da madeira na região Oeste catarinense foi usada pelas companhias como propaganda, enaltecendo o tamanho das toras, a variedades de árvores e a possibilidade de lucratividade na comercialização da madeira. Na ilustração 3 encontramos a exploração de madeira na região. As serrarias geralmente ficavam no “meio do mato”, justamente para facilitar o transporte até as serrarias. A árvore mais cobiçada e que também servia de propaganda para o “colonizador” era o pinheiro, em razão de seu valor comercial. Percebemos a presença do caboclo, o que indica que foi utilizado como mão de obra na derrubada das árvores, na retirada dessas da mata por juntas de bois até o seu beneficiamento.



Ilustração 3: Exploração de madeira na região Oeste catarinense
Fonte: Acervo Fotográfico do CEOM.

¹⁵ O tarefeiro caracteriza-se por um grupo envolvido especialmente no trabalho extrativista. Segundo Renk (2006, p. 10), “ervateiro é a nomeação dada ao extrator de erva-mate. Sendo o trabalho realizado por tarefa, torna-se igualmente tarefeiro. Como o trabalho por tarefa facilita a inserção de mediador, a relação de subordinação torna o tarefeiro um peão em relação ao seu patrão, o capataz”.

O isolamento da região Oeste catarinense dos mercados internos,¹⁶ a escassez de estradas e a falta de comunicação fizeram com que a região utilizasse o rio Uruguai como rota de transporte, tanto de fluxo de pessoas como da produção agrícola, ou da madeira. O escoamento desta era feito por balsas, aproveitando a cheia do rio. Atividade que passou a ser lucrativa, e responsável pelo surgimento do balseiro.¹⁷ Bellani (1995, p. 129) aponta que “o transporte de madeira pelo rio Uruguai, foi o responsável pelo aparecimento de uma classe de trabalhadores na região: a dos balseiros [...]”.

A exploração da floresta modificou significativamente a paisagem da região Oeste catarinense, aos poucos trouxe alterações na limitação dos recursos da floresta. As espécies que no início tinham um imenso valor comercial, hoje encontram-se extremamente reduzidas. O corte das árvores foi a primeira tarefa imposta aos colonizadores. Com a fixação do colono e das companhias colonizadoras nessa região, essa prática de extração da madeira tornou-se uma alternativa econômica.

Uma balsa podia ser formada por oito a dez pelotões de toras, cada pelotão possuía, em média, entre 10 e 15 toras, amarradas a uma travessa de madeira. Os pelotões eram amarrados com cipós uns aos outros, conhecido por “gaimbé”, ou ainda com arame galvanizado. Uma balsa poderia chegar a 130 a 150 metros de comprimento. O tempo de duração de uma viagem dependia da intensidade da cheia do rio, em geral levavam de cinco a seis dias. As constantes cheias do rio facilitavam escoar por essa via a madeira para a Argentina. Atividade extrativa muito lucrativa tanto para as colonizadoras como para o colonizador.

A madeira era transportada e comercializada, em forma de balsa, para os países do Prata. O lema era, “soltar, correr e chegar são e salvo”. O tempo que aconteciam as cheias era entre maio e setembro, momento mais indicado para soltar as balsas, caracterizado como período de cheia do rio Uruguai (BELANI, 1995).

A ilustração 4 mostra as balsas de toras sendo conduzidas pelo rio. Percebe-se também que a área onde faziam o corte ficava às margens do rio Uruguai. Identifica-se também a dimensão das balsas e como eram conduzidas.

¹⁶ Mercado interno refere-se ao mercado que age dentro de limites econômicos estabelecidos, está relacionado às atividades econômicas que existem em certos períodos.

¹⁷ Balseiros, constituía-se num grupo de trabalhadores responsável pela condução das balsas, pelo transporte e entrega das madeiras principalmente pelo rio Uruguai.



Ilustração 4: Balsas de toras conduzidas pelo rio Uruguai, década de 1940, aproximadamente.
Fonte: Acervo Fotográfico do CEOM.

As empresas colonizadoras utilizaram o rio Uruguai como um meio de divulgar a região Oeste catarinense, buscando demonstrar o potencial econômico para atrair o colono para essa região.

A madeira era aproveitada de outras formas, que assegurava ao colono certa comodidade econômica. As árvores extraídas de sua terra eram levadas até a serraria e serradas em tábuas, que eram utilizadas em construções, como casa, galpão, chiqueiro, pocilga, pontes, móveis, entre outros. Na ilustração 5 temos uma noção de como essas madeiras eram utilizadas.



Ilustração 5: Imagem de Cascelho em Palmitos sede da Companhia Territorial Sul Brasil em 1929.
Fonte: Acervo Fotográfico do CEOM.

Na ilustração percebe-se que na década de 1930 Cascelho já possuía certo desenvolvimento às margens do rio Uruguai. Uma arquitetura diversificada, com casas grandes, evidenciando que, para aquele período, a casa reproduzia certo conforto aos seus moradores, contrastando com casas de menor porte que identificava moradores menos abastados. As casas ficavam próximas umas das outras, assim os moradores sentiam mais segurança, pessoas que trabalhavam para a companhia, pessoas que trabalhavam nas serrarias ou nas balsas. Enfim, Cascelho era a sede da companhia. A sede da comunidade servia como um cartão postal aos olhos do “colonizador”, simbolizando a credibilidade da Colonizadora Territorial Sul Brasil. Observa-se ainda na ilustração uma área destinada para o cultivo e outra para a criação de porcos.

2.4 AS POLÍTICAS DE AÇÕES DO ESTADO – NORMATIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS AGRÁRIOS

O Estado catarinense buscou traçar metas para realizar a colonização da região usando como mecanismo ações para a normatização dos territórios agrários e introduzir uma política para povoar os “espaços considerados vazios”, assim considerados pelo

Estado, desconsiderando a presença do indígena e do caboclo e, assim, promover a integração regional, com a concessão das terras da região para as companhias colonizadoras.

O governo de Santa Catarina escolheu como sistema de colonização do território Contestado a concessão de imensas glebas de terrenos devolutos a particulares, preferencialmente àqueles que compartilhavam o poder político e se propunham à abertura de estradas. Segundo Werlang (2006, p. 32),

a partir de 1919, o estado de Santa Catarina começou a concessão das terras, sem levar em conta a questão dos posseiros. Inclusive, prevendo o conflito que a expulsão dos mesmos poderia gerar, o governo catarinense se comprometia em “manter a ordem nos núcleos coloniais e nas zonas próximas, bem como desembaraçar as terras de pretensões infundadas de terceiros”.

A concessão de terras às companhias colonizadoras levou a que a maioria do caboclo tivesse a sua sorte definida, ou seja, se o caboclo não adquirisse as terras das companhias colonizadoras, seria despejado. O governo catarinense, pela força de suas atribuições, lança o decreto que estabelece a regulamentação das posses cuja ocupação é considerada ilegal pelo governo.

[...] decreto n. 21, de 5 de março de 1925, cujo artigo primeiro dizia: “Fica estabelecido o prazo de 31 de dezembro de 1925, a regulamentação das posses criminosas (invasões ou ocupações ilegais). Os posseiros após este prazo serão despejados, com perdas das benfeitorias.” O prazo de 10 meses para a regularização e os termos usados na lei deixam claro que o objetivo era dar suporte legal à ação de despejo das colonizadoras (WERLANG, 2006, p. 33).

Por falta de ações do poder público, a região encontrava-se em situação de abandono, mas foi o próprio Estado que proporcionou a integração dessa região. Para tanto, inseriu uma política de povoamento nos “espaços considerados vazios ou quase inabitados”. Com um projeto de integração regional, o Estado concedeu as terras dessa região às companhias colonizadoras. O primeiro passo foi deslocar as populações indígenas e caboclo residentes na região. A aposta do governo foi enfatizar a migração do colono de ascendência europeia oriunda do Rio Grande do Sul para o desenvolvimento socioeconômico. Essas famílias tomaram posse de pequenos lotes

rurais, legalizados como propriedade privada, através de uma escritura pública, sendo que a comercialização das terras ficou a cargo das companhias colonizadoras.

Os interessados pela obtenção das terras utilizaram-se de diversos meios, buscando agregar lideranças políticas e governamentais. Servindo-se da postura do governo, num pequeno espaço de tempo, essas companhias sujeitaram a apropriação e a venda da terra. A postura do governo demonstrava sua fragilidade em relação à apropriação privada da terra, pois as limitações do governo de Santa Catarina não permitiam uma infraestrutura na região, com escolas, segurança pública, estradas. Ficou a cargo das companhias colonizadoras colocarem em prática a infraestrutura necessária na região. Para Radin (2009, p. 123), “[...] os interesses privados encontraram guarida nas ações dos governantes, e os governantes confiavam ou vinculavam as ações dos empresários ao seu propósito em relação às terras do oeste”.

No entanto, o oeste catarinense estava inserido no *locus* de “banditismo no sertão”.¹⁸ As picadas e estradas estavam povoadas de túmulos, era o que vislumbrava a bandeira Konder. Esse banditismo resultava de motivos políticos, questão de terras, honra e até roubo, as tocaias, as emboscadas eram frequentes.

A bandeira Konder foi a primeira viagem da comitiva do presidente de Santa Catarina Adolpho Konder ao oeste catarinense, em 1929. O mapa 5 traça o roteiro da excursão do presidente Adolpho Konder¹⁹ ao extremo oeste catarinense. No mapa visualiza-se em destaque a região Oeste catarinense percorrida pelo presidente Adolpho Konder e sua comitiva. Percorreu 2.893 km, dos quais 1.085 km eram em estradas de ferro; 1.272 km, de automóvel; 200 km, de lancha, e 336 km a cavalo, percorridos em 30 dias.

¹⁸ Banditismo no sertão foi um período no oeste catarinense onde imperava os “sem lei”, ou seja, um período considerado perigoso, onde as picadas, as estradas não eram seguras. Resultado de motivos políticos, questões de terras e honra. Essa região recebeu a conotação de “terra de ninguém”, “violenta onde impera a lei do mais forte”.

¹⁹ Adolfo Konder (1884-1965) bacharelou-se em Direito, participou da campanha Civilista, trabalhou no Ministério das Relações Exteriores e foi deputado estadual e federal. Governou o estado de 1926 a 1930, chegou a eleger-se senador pelo Partido Republicano Catarinense em 1930. Colaborou na fundação da União Democrática Nacional em 1945 e do jornal *Diário da Tarde* de Florianópolis (CEOM, 2005, p.10, apud Piazza, 1944, p. 385).

Essa viagem representava uma unidade territorial, étnica, religiosa e política da região. Adolfo Konder, percorreu a região com o objetivo de conquistar “[...] populações brasílicas que estavam se ‘desnacionalizando’, pelo abandono completo em que viviam, sem a mínima ligação com a nossa pátria e totalmente alheias à comunhão nacional” (COSTA, 2005, p. 7). A viagem tinha como objetivo de integração regional não pela terra incorporada em 1917, mas, sim, pelo abandono da região Oeste catarinense, pois não havia uma ligação com as demais regiões do estado.

Quando a comitiva chegou ao distrito de Dionísio Cerqueira, região de fronteira com a Argentina, percebeu a “desnacionalização” da localidade, pois os brasileiros dependiam de todos os serviços assistenciais do país vizinho, como registros civis (nascimentos, casamentos, óbitos) e acesso à educação. Com a falta de escolas, os brasileiros estudavam na Argentina, e isso pode ser percebido no relato da comitiva: “Os filhos de brasileiros, para não ficarem analfabetos, frequentavam a escola argentina de Barracon, onde aprendiam a cantar o hino da nação amiga, como sendo o de sua pátria” (COSTA, 2005, p. 38). As crianças brasileiras do distrito de Dionísio Cerqueira estudavam nas escolas argentinas, aprendiam os valores patriotas do país vizinho. Constatou-se que muitas pessoas da região não se reconhecerem como “brasileiros”, o que demonstra haver uma constante circulação de pessoas pelos dois países, podendo tornar-se uma ameaça à posse territorial.

A viagem de Konder em 1929 tinha como propósito a integração e a colonização da região Oeste catarinense. Assim, preparar a região para o advento do imigrante rio-grandense e estimar o progresso da região. O imigrante de ascendência européia seria o modelo de colonização a ser empregado. A bandeira veio legitimar e consagrar o processo de colonização. No dizer de Renk (2005, p. 126), “[...] aquele portador da ‘natureza social’ expressa no ethos de trabalho, oposta ao nacional/brasileiro, ocupante, que foi desconsiderado [...]”. Segundo Flores e Serpa, são três razões para a viagem do governador Adolfo Konder:

[...] a questão da fronteira nacional com a Argentina e da construção da brasilidade; a premência da ocupação do Oeste catarinense como expansão do processo civilizador para o interior, não só do estado, como também do país; o empenho em debelar as causas da Guerra do Contestado, vencendo poderes locais, em torno dos quais gravitavam grupos conflitantes. (FLORES; SERPA, 2005, p. 130).

Conforme a comitiva de Konder passava pelas localidades, foram formando os “marcos de civilização”, como a criação de praças, escolas, construção de rodovias, com o intuito de construir a “brasilidade” (RENK, 2005, p. 122). Criou-se um simbolismo na passagem de Adolfo Konder pela região Oeste catarinense. Essa passagem atribui-se a um caráter determinante, ou seja, o oeste catarinense estaria “oficialmente” integrado ao estado de Santa Catarina.

O discurso da bandeira de Konder estabelece um efeito simbólico, quando aponta a região como promissora para a colonização. As elites locais aproveitam do discurso simbólico da bandeira para construir sua identidade, com o objetivo de transformar a imagem de banditismo da região numa terra promissora. Para expressar a identidade regional, insere-se o termo “trabalho”, como a consolidação da colonização almejada pelo governo. O oeste catarinense em meados da década de 1920 constituía-se de núcleos e conflitos entre as colonizadoras e os “posseiros”. Essas, quando adquiriram as concessões das terras, não gostavam de ter em suas áreas os chamados “intrusos”, pois poderiam estar inflacionando o preço de suas terras. A presença dos posseiros nas glebas adquiridas pelas colonizadoras poderia comprometer a comercialização das terras.

Por “civilização do sertão” entendia-se também o branqueamento das populações que ocupavam a região. Conforme Radin (2009), o processo civilizatório da região Oeste catarinense foi mediado pelo poder público estadual catarinense e pelas companhias colonizadoras contratadas do Rio Grande do Sul, fundamentado, basicamente na ideia de branqueamento da região. Para isso, foi necessário a vinda do colonizador europeu, oriundo do Rio Grande do Sul.²⁰

Dentre as políticas de ação e normatização das terras do Estado, cria-se através da lei nº 2.939, de 9 de dezembro de 1961, no governo de Celso Ramos, o Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina (IRASC), que se destina a promover as seguintes medidas:

²⁰ Radin (2009) faz uma análise sobre o “processo civilizatório” da região Oeste catarinense, pois a atuação das companhias colonizadoras teve como modelo adotar uma divisão na comercialização das terras. A região estava associada à colonização aliada ao progresso civilizatório. Por civilizatório entende-se aquele homem que demonstrasse a capacidade de transformar a natureza, ou seja, o índio e o caboclo não estavam inseridos na visão progressista projetado pelas colonizadoras, portanto, havia a necessidade de promover o branqueamento da região.

[...] a) a colonização das terras devolutas; b) a colonização de latifúndios improdutivos, adquiridos pelo Estado; c) a assistência técnica as empresas particulares de colonização, disciplinando os respectivos métodos; d) a correção dos minifúndios antieconômicos; e) a criação, localização e administração de núcleos coloniais inclusive de imigrantes em colaboração com o Instituto Nacional da Imigração e Colonização (INIC) e entidades congêneres nacionais ou estrangeiras e intergovernamentais; f) o estudo, o planejamento e a execução de programas ligados à redistribuição da terra, a fixação do homem rural e ao problema agrário em geral; g) estudos e programação visando evitar emigração de agricultores para outros Estados [...] (BRASIL, Lei n. 2.939).²¹

Dentre os objetivos do IRASC, não se exclui os estudos sobre rentabilidade da propriedade, produtividade, programas de reflorestamento em zonas industriais madeireiras. O IRASC preserva uma publicação periódica sobre os problemas da terra e das atividades rurais, visando a formação de uma nova consciência agrária, além de promover estudos sobre a habilitação rural, apresentando planos e projetos, suscetíveis de exame, para a ampliação de residências rurais, de forma a facilitar a aquisição, construção de casa própria, especialmente para os novos casais.

O artigo 5º estabelece que o IRASC, atendendo as circunstâncias sociais da pressão demográfica e da má distribuição da terra, o Estado poderá adquirir latifúndios improdutivos, que serão entregues à colonização. O IRASC entende por latifúndio improdutivo a área de terra, que oferece condições para ser explorada economicamente, mas se encontra nas mãos de proprietários que não a utilizam racionalmente. Assim, as terras adquiridas serão loteadas e vendidas a agricultores ou criadores para imediato aproveitamento, com objetivos definidos, intransferíveis, pelo prazo de cinco anos, salvo por sucessão universal. O IRASC também poderá adquirir os minifúndios antieconômicos, redistribuindo-os, por revenda, para o seu aproveitamento nos termos da presente lei. O IRASC entende por minifúndio antieconômico a propriedade que em razão do fracionamento excessivo impede a exploração econômica pelo proprietário que reside e vive nesse. Assim, pelo artigo 7º, a colonização obedecerá às normas técnicas aconselhadas, e de forma a ser possível a produtividade compensadora, com o uso racional da terra, atendidas as características de utilização.

O artigo 8º estabelece que o IRASC promoverá a colonização, ou por contrato com firmas especializadas atendendo, entre outras, as seguintes normas: levantamento

²¹ Lei nº 2.939, de 9 de dezembro de 1961. Disponível em: http://carapicu.alesc.sc.gov.br/ALESC/DOCS/1961/2939_1961_Lei.doc. Acesso em: 20 jun. 2014.

prévio da área, individualizando os perímetros das seções iniciais de colonização; exame prévio do tipo de utilização apropriada das glebas; resguardo dos interesses dos posseiros, até o limite de 25 hectares por família e mais 25 hectares por filho maior de 18 anos; registro especial da área a colonizar, com “inviduação e cadastração de lotes”, e inscrição no Registro de Imóveis competente; previsão e construção de estrada de acesso aos lotes, reservas de áreas para serviços públicos essenciais, inclusive religiosos, escolares, médico-hospitalares; recreação, educação física e esportes.

O artigo 9º estabelece que a colonização através das companhias colonizadoras seja feita nas mesmas condições do artigo anterior: se anônimas, serão de ações nominativas; outra modalidade de companhia colonizadora, não podem ter sócios ocultos e os seus contratos sociais e balanços deverão ser publicados no *Diário Oficial*; provarão idoneidade financeira e técnica, e terão os planos de colonização previamente aprovados; o mandato para a venda será outorgado após a aprovação do plano de colonização e inscrição no Registro de Imóveis, do respectivo loteamento; os preços de venda serão fixados, assegurada justa remuneração ao capital e aos investimentos na gleba; a escritura definitiva será sempre outorgada pelo IRASC após o pagamento da quarta parte que lhe for atribuída, quando contratada.

Pelas atribuições do artigo 10º, as áreas devolutas que não comportarem adequada colonização serão vendidas segundo normas a serem fixadas na regulamentação da presente lei. Assim, o IRASC dará atenção especial a áreas devolutas, posseadas por agricultores que as utilizam, regularizando-lhes a situação por requerimento dos interessados ou independentemente deste, uma vez que não excedam a 100 hectares. Pelo artigo 11, o IRASC poderá fixar, na venda de lotes, a reserva de parte não superior a dois terços das florestas comercializáveis e bem assim, por inteiro. Conforme o artigo 15, o IRASC promoverá, no prazo de 180 dias, o levantamento das ações judiciais de reintegração de posse e reivindicação de imóveis rurais que transitam na Justiça estadual, adotando medidas sociais aos casos definitivamente julgados.²²

A atuação das companhias colonizadoras, sobretudo a comercialização dos lotes rurais, ajudou para a afirmação do projeto de apropriação privada da terra. A administração da colonização era incentivada, principalmente em regiões onde havia

²² Lei nº 2.939, de 9 de dezembro de 1961. Disponível em: http://carapicu.alesc.sc.gov.br/ALESC/DOCS/1961/2939_1961_Lei.doc. Acesso em: 20 jun. 2014.

abundância de terras devolutas. Assim, no tecido entre o poder público e o interesse privado, principalmente os empresários das colonizadoras, configura a influência política, fazendo com que se impusesse a apropriação da propriedade privada.

O governo catarinense favoreceu a atuação das companhias colonizadoras, ficando encarregadas de reocupar o espaço. A divisão da terra em pequenos lotes possibilitou criar condições favoráveis para alavancar o progresso econômico baseado na agricultura familiar.

Enfim, este capítulo trabalhou o papel representado pelo Estado na normatização de territórios agrários e a colonização do espaço no oeste de Santa Catarina. Evidenciou-se que a racionalidade capitalista, incorporada ao aparato estatal, foi responsável por uma série de medidas que visavam normatizar o acesso às terras no oeste do estado, com o objetivo de incorporar essa região à racionalidade capitalista, considerada pelo Estado progressivo como selvagem e incivilizada – nos moldes da produção capitalista. Paralelamente à ação do Estado na tarefa de colonização da região Oeste catarinense, fez-se presente também a ação das companhias colonizadoras particulares. Como exigência do Estado progressivo, a colonização promovida pelas companhias particulares deveria se adequar aos moldes exigidos pelo Estado. Entre as colonizadoras que se destacaram na região Oeste encontra-se a Companhia Territorial Sul Brasil, que arregimentou a comercialização das terras.

As colonizadoras que atuaram na região Oeste, particulares ou empresariais, tinham como propósito colonizar o estado catarinense. A apropriação da terra com um projeto de colonização reservada a venda dos lotes de terra, assim, a publicidade dos lotes de terra foi fundamental para a comercialização da terra. Os agentes propagandistas exerceram um papel importante nesse processo.

O próximo capítulo procura fazer uma análise sobre a Companhia Territorial Sul Brasil, desde a sua composição à sua forma e ação de atuação na região Oeste catarinense, além do processo de publicidade e comercialização das terras da companhia.

III

A ATUAÇÃO DA COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL

Neste capítulo pretende-se discutir e adentrar na constituição, nas estratégias e nas ações da Companhia Territorial Sul Brasil, empresa colonizadora particular que assentava colonizadores de ascendência ítalo-brasileira, teuto-brasileira e teuto-russa.

A discussão desses eixos norteadores é importante, pois dão suporte para um entendimento do funcionamento do processo de colonização na região Oeste catarinense. A partir da constituição companhia, deu-se o processo de comercialização das terras. Dentro da sua política de atuação destaca-se a publicação e a mercantilização de terras, principalmente as divulgadas no Rio Grande do Sul.

3.1 A ATUAÇÃO DA COLONIZADORA TERRITORIAL SUL BRASIL

Dentre as companhias colonizadoras que atuaram na região Oeste catarinense, encontra-se a Companhia Territorial Sul Brasil. Através da ata da assembleia da constituição definitiva da sociedade anônima da Companhia Territorial Sul Brasil foi constituída em 23 de maio de 1925 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A companhia sociedade anônima teve como objetivo explorar terras e madeiras.

A divisão das ações da empresa ficou assim constituída: General Adalberto A. dos R. Petrazzi, com 478; Otto Niemeyer, 955; Dr. Ferderico Dahne, 143; Arthur Schwerin, 95; Emílio Gertum, 468; Olímpio Guimarães, 9; Elvira Castro de Oliveira, 428; Archimedes V. Cavalcanti, 25; Gastão de Oliveira, 25; J. Oswaldo Rentzsch, 9; Jorge Júlio Schilling, 160; Abílio Chaves de Souza, 468; Salathiel Soares de Barros, 9; Frederico Carlos Gomes, 468; Arthur E. Kus, 1.250 ações.²³

Esses acionistas possuíam novecentos e noventa e oito contos de reis (998:000.000) de capital social, num total de mil trezentos contos de reis (1.300:000.000),

²³ Ata da assembleia de (23 de maio de 1925), da constituição definitiva da sociedade anônima da Companhia Territorial Sul Brasil. Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

correspondente a seis mil e quinhentas ações, com um valor nominal de duzentos mil reais (200.000) cada uma.

Conforme a Ata da assembleia da constituição definitiva da sociedade anônima da Companhia Territorial Sul Brasil de 23 de maio de 1925 e pelo Estatuto da Companhia Territorial Sul Brasil, inserido nessa ata, consta:

O primeiro capítulo, art. 2º, refere que a duração da empresa será de 25 anos, contados a partir de 23 de maio de 1925, podendo ser prorrogado em conformidade dos acionistas. No art. 3º, a Companhia Territorial Sul Brasil tem por objetivo comprar e vender madeiras e terras para lavoura, além de promover, contratar e executar todo e qualquer serviço de interesse com a colonização. O art. 4º consta que a sede da companhia e o foro serão na cidade de Porto Alegre.

O segundo capítulo trata do capital da companhia. No art. 5º, a companhia possui um capital de R\$ 1.300:000.000 (mil trezentos contos de réis), dividido em 6.500 ações, com um valor cada ação de R\$ 200.000 (duzentos mil réis). O art. 6º dispõe que as ações são nominativas e indivisíveis em relação à companhia. O art. 7º trata simultaneamente das ações de capital, foram emitidas 5.250 (cinco mil e duzentas e cinquenta), o valor de prêmio de 200.000 (duzentos mil réis), as quais dão direito aos seus portadores a participação dos lucros sociais. O objetivo dessas ações visa recompensar os serviços prestados pelos acionistas. O art. 8º relata que as ações de prêmio, bem como as de capitais podem ser transferidas livremente.

O terceiro capítulo dispõe dos lucros e dividendos e de fundo de reserva. O art. 11 concede do produto das vendas realizadas, serão retirados 5% a serem distribuídos da seguinte forma: 2% ao diretor-presidente; 1% ao diretor-gerente, além de um ordenado mensal de 1:000.\$000 (um conto de réis), e os 2% restantes distribuídos entre os membros do Conselho Fiscal. O art. 12 refere-se aos lucros líquidos, onde 10% serão destinados ao fundo de reserva e os 20% serão divididos entre os acionistas, sendo 30% aos acionistas que possuírem ações de prêmio e os 40% aos de ações de capital.²⁴

Conforme memorial apresentado pela Companhia Territorial Sul Brasil ao Departamento de Viação, Obras públicas, terras e colonização do território federal do

²⁴ Ata da assembleia de (23 de maio de 1925) da constituição definitiva da sociedade anônima da Companhia Territorial Sul Brasil. Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

Iguaçu, em 9 de agosto de 1920 foi organizada na cidade de Porto Alegre no Rio Grande do Sul uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, denominada Empresa Construtora Oeste Catarinense Ltda. A empresa tinha como proposta compra e venda de terras, construção de estradas de rodagem, colonização, exploração comercial e industrial.

A Empresa Construtora Oeste Catarinense Ltda. foi sucedida em 23 de maio de 1925, na cidade de Porto Alegre no Rio Grande do Sul, pela Companhia Territorial Sul Brasil, com capitais exclusivamente brasileiros e regidos por estatutos arquivados na Junta Comercial do Rio Grande do Sul, em 2 de junho de 1925, sob o nº 15.871.

A Empresa Construtora Oeste Catarinense Ltda., antecessora à Companhia Territorial Sul Brasil, obteve concessão de títulos de três glebas de terras. A primeira ocorre em 13 de novembro de 1920, registrada em 16/03/1921, sob o nº 200, livro nº 3 de Transcrições de Imóveis da Comarca de Chapecó, com uma área de 467.074.800 m², (46.707 hectares). A segunda ocorre em 10 de novembro de 1922, registrada em 15/05/1923, sob o nº 354, livro n. 3 de Transcrições de Imóveis da Comarca de Chapecó, com uma área de 1.702.238.896 m², (170.224 hectares). A terceira concessão ocorreu em 06 de dezembro de 1923, registrada em 01/05/1923, sob o nº 353, livro n. 3 de Transcrições de Imóveis da Comarca de Xaçepó, com uma área de 297.761.104 m², (29.776 hectares).

A Empresa Construtora Oeste Catarinense Ltda. possuía uma concessão de terras de 2.467.074.800 m², (246.707 hectares), transferida à Companhia Territorial Sul Brasil por escritura pública de compra e venda, lavrada em 26 de agosto de 1925, no cartório do tabelião Cid Campos, em Florianópolis, livro n.137, folha 64v a 68, devidamente registrada em 5 março de 1927, sob o nº 793, a folhas 52 do livro, n. 37 de Transcrições de Imóveis da comarca de Xaçepó.

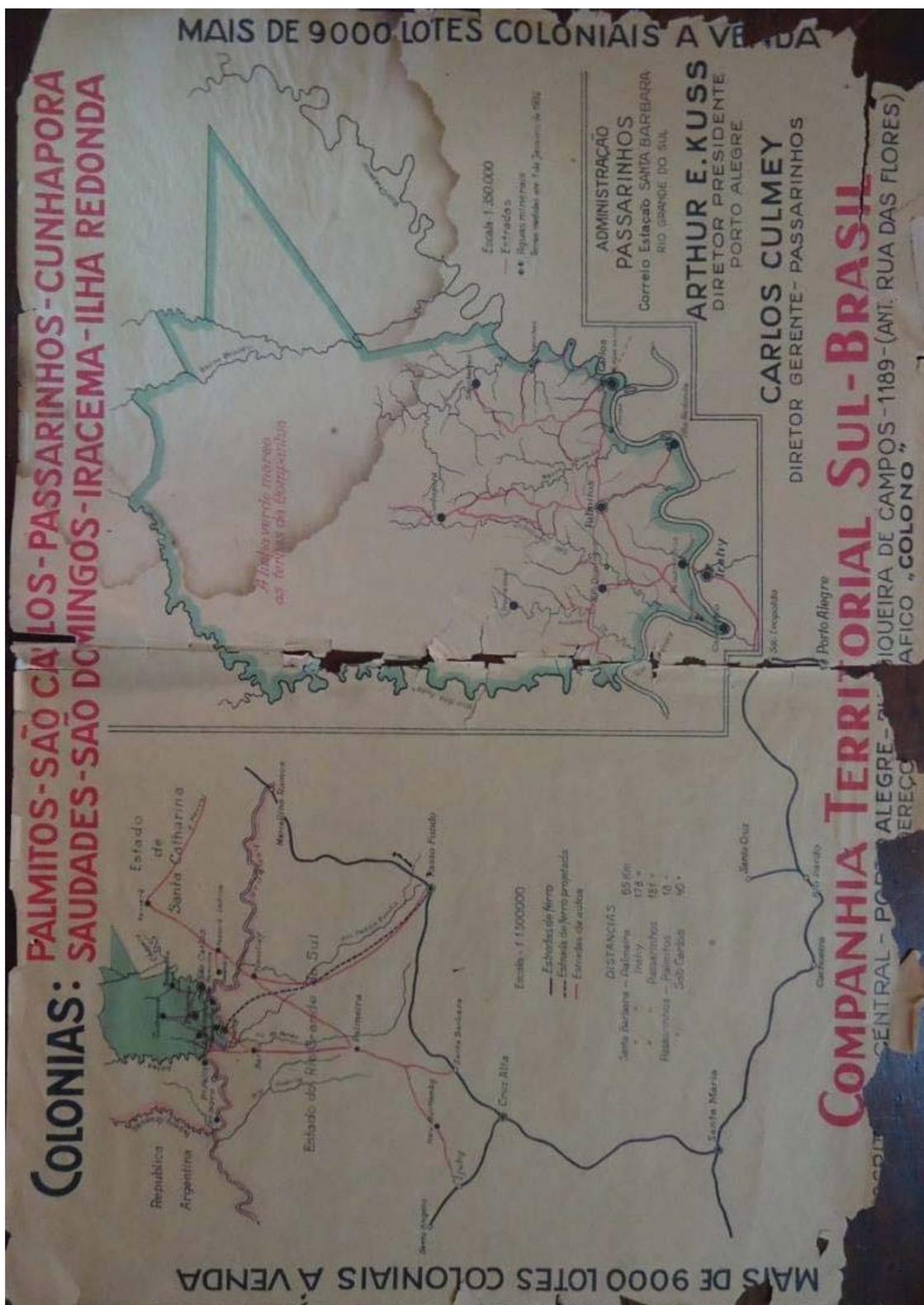
A Companhia Territorial Sul Brasil recebeu do estado de Santa Catarina, por título de concessão, em 21 de dezembro de 1934, transcritos em 22 de fevereiro de 1938, sob nº 3.586, no livro C do Registro de Imóveis da Comarca de Xaçepó, nova gleba com uma área de 305.760.318 m², (30.576 hectares). Com essa nova gleba, a Companhia Territorial Sul Brasil adquiriu uma área total de 2.772.835.188 m², (277.284 hectares), localizada no município de Xaçepó.

Para efeito de imposto territorial, a primeira área de 2.467.070.800 m², (246.707 hectares), ficou inscrita na Coletoria de Renda de Passarinhos. A área de 305.760.318 m², (30.576 hectares), denominada Mundo Novo, ficou inscrita na Coletoria de Renda de Dionísio Cerqueira.²⁵

A área da Companhia Territorial Sul Brasil, num total de 2.772.835.188 m², (277.284 hectares), aproximadamente 11.485 lotes de terra, com área de 242.000 m², (24,20 hectares), cada um. De acordo com a política da empresa, ou seja, com o plano estabelecido, subdividiu-se e demarcou-se, inicialmente, uma área de 1.087.969.137 m², (108.797 hectares), compreendendo as seguintes divisões: 3.814 lotes rurais com área variando entre 20 a 30 hectares; 596 chácaras com área variando entre 10 a 20 hectares e 2.000 terrenos urbanos com área variando entre 1.000 a 10.000 m².

O mapa 6 é relevante, pois mostra a composição das terras da Companhia Territorial Sul Brasil, compreendendo as colônias de Palmitos, São Carlos, Passarinhos, São Domingos, Iraceminha e Ilha Redonda. No mapa percebemos que há mais de nove mil lotes a serem comercializados. Os lotes rurais foram divididos numa área de 24,2 hectares, alguns maiores, outros menores, conforme à topografia da área. A linha verde delimita a área da companhia.

²⁵ Memorial apresentado pela Companhia Territorial Sul Brasil ao Departamento de Viação, Obras Públicas, Terras e Colonização do território federal do Iguazu em 19 de agosto de 1944.
Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).



Mapa 6: Mapa de terras da Companhia Territorial Sul Brasil, compreendendo as colônias de Palmitos, São Carlos, Passarinhos, São Domingos, Iracemina e Ilha Redonda.

Fonte: Acervo Documental do Museu Municipal Padre Fernando Nagel, Maravilha - SC.

Ao longo de sua trajetória, a Companhia Territorial Sul Brasil apresentou em seus documentos alguns logotipos de identificações, nas quais constam informações sobre endereço, caixa postal, endereço telegráfico: colono – fone: 4063, além do CGC/MF.²⁶ A companhia também possuía escritório em Passarinhos,²⁷ em Santa Catarina, e correio em Iraí, no Rio Grande do Sul. A companhia atuava sob o registro nº 2 na Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, de acordo com o decreto nº 3.010, de 20/08/1938. A seguir mostram-se alguns logotipos da colonizadora.

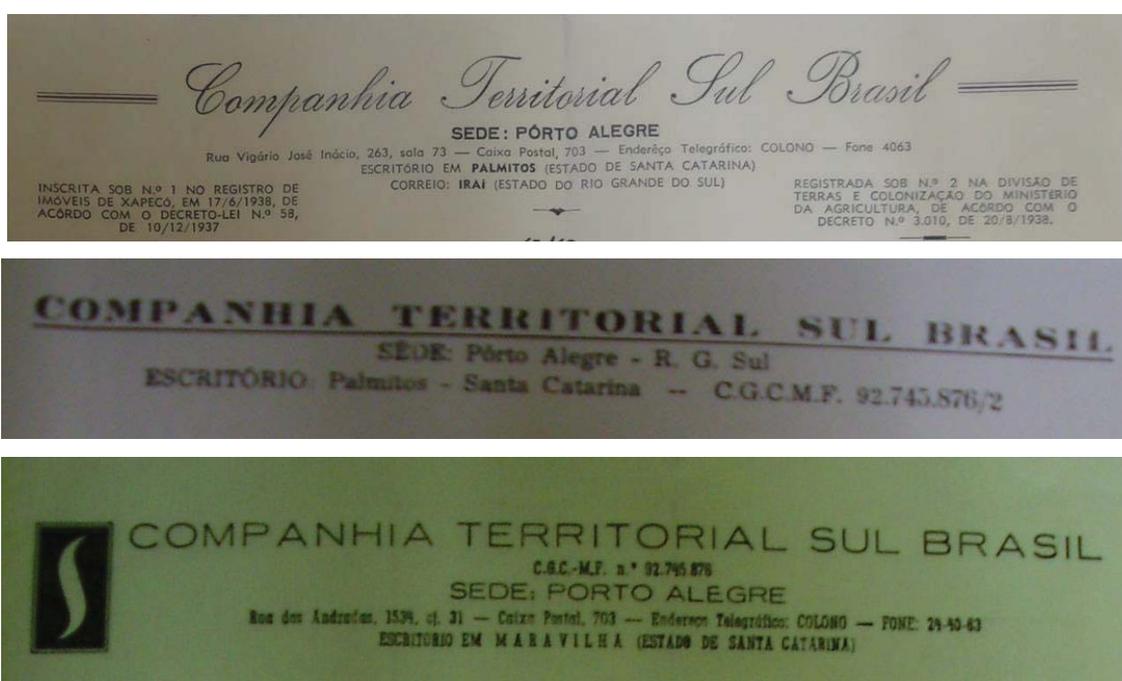


Ilustração 6: Logotipos da Companhia Territorial Sul Brasil

Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

O plano de loteamento adotado pela direção da Companhia Territorial Sul Brasil foi dividir a área em lotes, a fim de desenvolver toda a área de suas terras em três direções: norte, oeste e leste. A área foi medida e demarcada em seções e linhas assim denominadas: Barra Grande, Chapecó, Primeira Ilha Redonda, Iracema, Primeira Palmitos, Segunda Passarinho, Terceira Passarinho, São Domingos, Saudades, Anta Gorda, Araçá, Barra Pequena, Beverini, Boreví, Caititú, Cunhataí, Diamantina, Linha do Meio, Glória, Maipú, Pindó, Riqueza, Coatí e Central.

²⁶ CGC/MF - Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda. A sigla CGC/MF foi substituída para CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

²⁷ Passarinhos era a sede da Companhia Territorial Sul Brasil, atualmente é uma comunidade do município de Palmitos - SC.

A expansão territorial da Companhia Territorial Sul Brasil deu-se de forma rápida, chegando, na década de 1950, a 48 seções, servidas de estradas gerais e vicinais. Para melhor ilustração sobre a divisão das terras por parte da Companhia Territorial Sul Brasil, bem como a sua administração, o mapa 7 representa as suas respectivas seções. Destacou-se no mapa um retângulo amarelo na legenda, situada à direita, a qual identifica com traços mais fortes os principais troncos rodoviários adotados pela empresa:



Mapa 7: Mapa Geral de Terras Ca CIS. Territorial Sul Brasil situado nos municípios de Chapecó, Mondai, Palmitos e São Carlos, no estado de Santa Catarina.

Fonte: Acervo Documental do CEOM.

As condições hidrográficas das terras da companhia são consideradas excelentes, pois contam com vários cursos de água, arroios e rios, como Uruguai, Antas, Iracema, São Domingos, Passarinhos, Palmitos, Barra Grande, Saudades, entre outros. Os núcleos ou povoações estão distantes aproximadamente 20 km um do outro, interligados por estradas. Nas povoações e suas circunvizinhanças, foram medidos e demarcados lotes urbanos e chácaras.

Nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil havia, na década de 1940, linha de ônibus interna, ligando São Carlos, em Santa Catarina, a Iraí, no Rio Grande do Sul, com duas viagens semanais.

Havia também, no mesmo período, uma linha externa entre São Carlos, em Santa Catarina, e um grande número de cidades e vilas do Rio Grande do Sul. Essas linhas de ônibus possibilitavam que as pessoas terem a oportunidade de se locomoverem e poderem conhecer as terras da companhia.

Segundo o memorial apresentado pela Companhia Territorial Sul Brasil ao Departamento de Viação, Obras Públicas, Terras e Colonização do Território Federal do Iguazu, em 19 de agosto de 1944, a população que compõe as terras da companhia era de aproximadamente 10.000 “almas”, (o termo almas é utilizado pela companhia quando se refere ao número de população em suas terras no ano de 1944), constituídas de diversas nacionalidades, com predomínio a nacional,²⁸ com aproximadamente 84% sobre o total. Seguindo em escala decrescente, os russos com 8%, alemães com 7% e italianos, suíços, austríacos, poloneses, argentinos e paraguaios com 1%, sobre o total em conjunto.

A produção agrícola, industrial e de criação nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil na década de 1940 era bastante diversificada, alcançando, em média, Cr\$ 8.000.000.00 anuais. Entre a produção das culturas podemos considerar o fumo em folha e em corda, milho, mandioca, cana-de-açúcar, feijão, arroz, batatinha, lentinha e trigo. Quanto à produção animal e industrial, temos suínos, vacuns, aves, couro, banha, mel, cera de abelha, madeiras brutas e beneficiadas, veículos de tração animal, ferramentas agrárias, farinha de mandioca, de milho, arroz beneficiado e aguardente. O

²⁸ O “nacional” é um termo muito utilizado para denominar uma camada da população brasileira, que na literatura geralmente é identificada como caboclo, caipira, brasileiro. O nacional independe do grupo étnico que se estabelece na concessão de terras da Companhia Territorial Sul Brasil.

destino da produção era em, sua maioria, o estado do Rio Grande do Sul, pela facilidade no transporte e menor distância.

A Viação férrea do Rio Grande do Sul mantém na cidade de Iraí, distante apenas quatro quilômetros da sede da colonizadora, uma estação que atendia o serviço de transporte de cargas e passageiros entre Iraí e Santa Bárbara por meio de caminhões e ônibus, que trafegavam em combinação com os trens.

A Companhia Territorial Sul Brasil menciona no memorial que está enfrentando a maior dificuldade inerente à colonização de uma gleba antes “desabitada”, inculta e sem estradas. O memorial produzido pela companhia não menciona a presença de indígena e caboclo, que habitavam a região quando de sua atuação no oeste catarinense. O memorial faz referência que a região era procurada apenas nas margens dos rios, por exploradores clandestinos de madeiras, devastando as matas.

Ainda conforme o memorial, a companhia não tem medido esforços para obter êxito em sua colonização com a sua atuação no estado catarinense, promovia assistência a colono. A companhia salienta no memorial que aplica todos os proventos colhidos no crescente desenvolvimento econômico de suas terras. Por isso,

[...] inumeros são os benefícios que a Companhia proporcionou a formação economica da região e, portanto, do Brasil, onde uma rica porção do seu territorio, ha pouco inacessível á presença do homem, pela ausencia de vias de comunicação e pela falta de garantias e dificuldades que pareciam intransponiveis, florece de modo notavel pela organização metodica e pela fixação do colono ao seu solo [...].²⁹

Dessa organização metódica, sistemática, surgiram numerosos núcleos coloniais, desfrutaram de uma política de realizações benéficas. A companhia estaria prestando um grande serviço à nação ajudando a resolver um problema, o baixo índice de densidade demográfica, arrancando a esterilidade e incorporando a civilização à imensidade dos seus rincões.

Por esses motivos considera-se a Companhia uma colaboradora leal e eficiente dos poderes públicos. Reunidos e dinamizando vultuosos capitais nacionais, não só trabalha honradamente, mas realiza um empreendimento de larga envergadura e sadio patriotismo, podendo orgulhar-se, pois, de,

²⁹ Memorial apresentado pela Companhia Territorial Sul Brasil ao Departamento de Viação, Obras Públicas, Terras e Colonização do Território Federal do Iguacu em 19 de agosto de 1944. Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

trabalhando em prol de sua economia própria, pugnar, ao mesmo tempo, pela grandeza sempre crescente do Brasil.³⁰

A Companhia Territorial Sul Brasil exalta suas dificuldades para colonizar suas glebas antes desabitadas. Daí percebe-se um discurso na ótica da racionalidade capitalista, pois desconsidera a presença de indígenas e de caboclos em suas glebas. Menciona que, antes de sua chegada, a área era desabitada e inculta, a colonizadora não mediria esforços para que na região tivesse o progresso. Mesmo relatando que passou por dificuldades, a Companhia ressalta inúmeros benefícios proporcionados à formação econômica da região. Ainda inserido num discurso de racionalidade capitalista, a colonizadora se propôs “arrancar a esterilidade e incorporar a civilização a imensidade dos seus rincões”. Para tanto, estava determinada a ser colaboradora leal dos poderes públicos.

A Companhia Territorial Sul Brasil usou-se do discurso preferido pelo governador de Santa Catarina Dr. Adolfo Konder em abril de 1929, por ocasião de sua passagem pelas terras da companhia. Esse discurso foi pronunciado em Cascalho e reproduzido no jornal *República de Florianópolis* em 30 de maio de 1929.

Simpatia e respeito merecem, sim, as empresas que á semelhança do Sul do Brasil, objetivam a alta e patriótica tarefa de expandir a cultura humana, através de ermos e descampados, semeando cidades e povoando o sertão. O surpreendente sucêsso de São Carlos, Palmitos e Cascalho (hoje Passarinho), povoados, que, como por encanto, estão a brotar ás margens do Uruguai, prova o acerto dessa parte, sabida política da gléba, que desejaria vêr, por toda a parte fortuna do estado, por cujo engrandecimento todos temos o dever de trabalhar, resolutamente, porfiadamente, patrioticamente [...].³¹

Para assegurar seus empreendimentos na região Oeste catarinense, a Companhia Territorial Sul Brasil contratou o diretor Carlos Culmey para conduzir a colonização em sua concessão. Coube ele a tarefa de planejar e executar o plano de colonização da companhia (WERLANG, 2006).

³⁰ Memorial apresentado pela Companhia Territorial Sul Brasil ao Departamento de Viação, Obras Públicas, Terras e Colonização do Território Federal do Iguaçu em 19 de agosto de 1944. Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

³¹ Memorial apresentado pela Companhia Territorial Sul Brasil ao Departamento de Viação, Obras Públicas, Terras e Colonização do Território Federal do Iguaçu em 19 de agosto de 1944. Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

Na política de integração proposta pelo governo catarinense está a bandeira Konder de 1929. Na visita que fez à região Oeste catarinense, um dos pontos de parada foi em Cascalho-Palmitos, sede da Companhia Territorial Sul Brasil. No discurso, o presidente do estado Adolfo Konder, enfatiza a maneira honesta com que a Companhia Territorial Sul Brasil desempenha seu compromisso com o desenvolvimento/progresso colonizador da região. Esse discurso foi muito utilizado pela Companhia Territorial Sul Brasil para obter benefícios em órgãos públicos e na sua divulgação nos núcleos coloniais do Rio Grande do Sul (WERLANG, 2002). Quando a companhia sofria acusações de irregularidades, utilizava-se do discurso. Após a visita de Konder a região e o discurso proferido em Cascalho tiveram a seguinte situação,

[...] em 04 de julho de 1929, a Companhia Sul Brasil requereu a redução de 20 para 10 mil réis por hectare, a base para o cálculo do imposto territorial, num período de no mínimo quatro anos. A referida petição foi deferida mediante a assinatura de um termo de compromisso no qual a Companhia Sul Brasil se obrigava a cumprir as exigências do decreto número 1.633, de 04 de agosto de 1928. Entre as exigências, constavam o povoamento de terras com colonos nacionais ou estrangeiros, vendendo-lhes os lotes em prestações anuais e cobrando juros de 6% ao ano; permitia que os direitos dos contratos de promessa de venda fossem transferidos a outrem; indenizaria o colono que tivesse feito benfeitorias quando abandonasse o lote; apresentaria, anualmente, ao governo do Estado, um relatório sobre todos os serviços efetuados durante o ano, inclusive mapas que a repartição de terras exigia. A Companhia Sul Brasil, no entanto, não cumpriu tais exigências, apesar de usufruir da redução (WERLANG, 2002, p. 49-50).

A presença da bandeira Konder em Cascalho-Palmitos levou a que a companhia usufrísse de benefícios, como a redução de vinte para dez mil réis por hectare a base para o cálculo do imposto territorial. A companhia devia comprometer-se a cumprir as exigências estabelecidas no decreto nº 1.633, de 4 de agosto de 1928. Entretanto, a companhia não cumpriu com as exigências estabelecidas.

Em 1931, a comissão de sindicância da Diretoria de Terras, Colonização e Agricultura e Respectivas Agências concluiu que a Companhia Territorial Sul Brasil não estava de acordo com as exigências do decreto nº 1.633. Havia várias irregularidades denunciadas e apontadas pela Diretoria de Terras, Colonização e Agricultura e Respectivas Agências, entre as quais estavam: “[...] a colonizadora cobrava juros de 8% ao ano; no caso de rescisão o contratante perdia as quantias pagas; as benfeitorias deveriam ser retiradas em 2 meses, a partir da rescisão do contrato, caso

contrário passariam para a Companhia; o comprador não poderia vender ou hipotecar a colônia antes de possuir a escritura [...]” (WERLANG, 2002, p. 50).

A Companhia Territorial Sul Brasil possuía entraves com as outras companhias colonizadoras da região Oeste catarinense, pois cobrava preços mais baixos em relação à venda dos lotes de terra e de madeiras.

A sindicância promovida pela Diretoria de Terras, Colonização e Agricultura Respectivas Agências em 1931 constatou-se que a Companhia Territorial Sul Brasil estava irregular, conforme o decreto nº 1.633, de 4 de agosto de 1928.

Havia uma grande insatisfação entre os colonos, pois muitos foram ludibriados pela propaganda enganosa da Companhia Territorial Sul Brasil. Os colonos rio-grandenses pertencentes às chamadas “colônias velhas”, usufruíam de certa infraestrutura. Muitos colonos não tiveram condições de deixar a região para fugir dos mosquitos e da fome.

Muitas companhias colonizadoras possuíam restrições à Companhia Territorial Sul Brasil, pois tinha por prática vender lotes e madeiras a preços inferiores das demais colonizadoras. A Colonizadora Territorial Sul Brasil era identificada como uma concorrente desleal, por conta dos preços inferiores. Suas terras foram adquiridas junto ao Estado por valores inferiores, além disso contava com uma localização privilegiada (WERLANG, 2002).

Werlang (2002) aponta ainda que a Companhia Territorial Sul Brasil foi acusada no processo protocolado na Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, sob nº 5.285, de 7 de agosto de 1951, de maltratar e expulsar os posseiros de suas terras. Esta, por sua vez, negou as acusações, mencionando que são necessárias tais práticas para desocupar lotes colônias vendidas aos colonos, e que não puderam ser entregues em razão da permanência de intrusos.

3.2 A PUBLICIDADE E A MERCANTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO OESTE CATARINENSE

As companhias colonizadoras objetivavam a comercialização das terras adquiridas junto ao governo catarinense e atingir um retorno imediato e honrar o compromisso assumido com o governo. Para tanto, organizam um grande esquema de publicidade e aliciam grupos das principais colônias do Rio Grande do Sul.

Essas companhias utilizavam várias técnicas para persuadir o colonizador, entre as quais induzir um determinado membro da família, pois poderia estar influenciando os demais integrantes. As famílias numerosas eram um fator de disputa entre as colonizadoras. Assim como as famílias, também a presença dos amigos e os vizinhos poderiam exercer certa influência no processo migratório.

A perspectiva de adquirir grandes pedaços de terras e de um futuro promissor foi uma das políticas utilizadas pelas companhias, o que mexeu com o imaginário do colonizador. Enfatizavam também que os colonizadores poderiam obter ganho rápido, facilidade de preços acessíveis e conseguir os títulos de propriedade, além da facilidade de adaptação ao ambiente natural (RADIN, 2009).

As colonizadoras elaboravam procedimentos para divulgar as terras em jornais e revistas. Conforme a ilustração 6, observa-se que a propaganda divulgada no jornal *O Regional*, de 6 de abril de 1927, traz vários elementos utilizados para facilitar a comercialização das terras. Dos quais, destaca a fertilidade e abundância das terras, o valor e as condições de pagamento.

A firma Angelo de Carli, Irmão e Cia. comercializou duas mil colônias situadas no município de Cruzeiro (atual Joaçaba), situada a 30 km da estação Herval. A salientou também a existência de um forte comércio de “gêneros-coloniais”, assim, facilitaria o escoamento da produção.

A empresa enfatiza que as terras da colônia do Irany possuem uma intensa produção de cereais, como o milho, feijão, trigo, fumo, e os compradores de erva-mate, que podia ser um lucrativo negócio, além da alfafa comercializada para outras regiões do Brasil.

Na colônia do Irany há várias estradas que fazem a via de ligação com outras vilas e localidades, facilitando o deslocamento. A vila Cruzeiro e a estação Herval

possuem os meios de vida e conforto necessários, havendo médicos, farmácias, escolas, hotéis e casas comerciais.

A propaganda releva o clima da colônia do Irany igual ao clima do nosso Estado do Rio Grande do Sul. Possui água de boa qualidade e abundante, destacando vários rios com cascata propícia para a instalação de moinhos e engenhos de serrar.

Enfatiza também que a colônia do Irany está em franca expansão, com muitas famílias italianas, com plantações, moinhos, engenhos de serrar madeira, tudo isso canalizava para o estímulo a outras famílias se deslocarem para a colônia.

Argumenta que a colônia do Irany tem um comércio atuante e em pleno desenvolvimento econômico. As condições de venda das terras desenvolvidas pela empresa devem-se à facilidade na aquisição a um preço muito baixo e o longo prazo para efetivar o pagamento do lote adquirido.

Faz questão reforçar na propaganda a “legitimidade de nossas terras”, estão garantidas mediante o pagamento e recebida a titulação da propriedade.

De qualquer forma, a ideia e o foco da empresa eram cativar os possíveis colonizadores, enaltecendo as qualidades que a colônia possuía, assim, aguçaria a curiosidade e a expectativa de um recomeço em outro local.

COLONIA IRANY

Município de Cruzeiro — Estado de Santa Catharina

2.000 COLONIAS A' VENDA

A firma **Angelo de Carli, Irmão & Cia.**, com para vender 2.000 colonias de uberrimas terras, situadas no município de Cruzeiro, no Estado de Santa Catharina, ha 30 kilometros da Estação Herval. Pela rapida descripção abaixo verificão-se logo as vantagens que terão os colonos em adquirir destas terras.

A Villa do Cruzeiro e a Estação Herval — As colonias conluzem seus productos para estas duas localidades, onde existem importantes firmas compradoras de todos os generos colonias. Pela Estação Herval são exportados todos os productos para as praças do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul e outros Estados, tornando-se portanto, essas duas localidades dos dois centros commerciaes muito importantes.

A Produção — As terras da COLONIA IRANY, prestam-se admiravelmente para a cultura de cereaes em geral, como sejam: Milho, Feijão, Trigo, Fumo, etc.; outros portantes firmas compradoras de herva, canha, canjiquê para os colheitos vendendo negocio de herva imediata em Herval imediata de herva sem produzir e trabalho da herva se faz durante os mezes de Abril e Julho. Os peçoes de herva naquella zona são sem- pre mais altos do aqui, podendo deste modo fazerem os interessados uma ideia de quanto importante é esta cultura. A cultura da ALFARFA é tambem uma das fontes de riqueza da COLONIA IRANY, pois este producto abunda com muita intensidade e com resultados muito vantajosos devido á sua grande procura na Estação Herval, de onde é exportada para o Rio e São Paulo. A COLONIA IRANY possui tambem grandes pinhaes, boas terras de pastagem (campos e campinas) fascinaes que se prestam bem para criação de porcos, podendo ser criados milhares só com pinhão, batida, imbuza e outros fructos sylvestres.

Estradas — Esta colonia é atravessada em toda sua extenção pela excellente estrada de rodagem que partindo da Estação Herval vai até a villa de Xan- xeré passando pela villa Cruzeiro. A distancia da Estação Herval á Villa Cruzeiro é de 24 kilometros e da Villa Cruzeiro ao começo de nossas terras é de 11 kilometros, de modo que a distancia da Estação Herval ás nossas terras mais proximas é de 35 kilometros e ás mais longinquoas é de 60 kilometros. Tanto na villa Cruzeiro como na Estação Herval existem os necessarios meios de vida e relativos confortos, havendo medicos, pharmacias, escolas, hotéis e casas commerciaes.

Clima — É dotada a COLONIA IRANY de um clima salutar, egual ao clima do nosso Estado o Rio Grande do Sul. As aguas são boas e abundantes. Existem varios rios com cascatas importantes, que se prestam para instalar moinhos, engenhos de serrar etc.

A preferencia ás nossas terras — A COLONIA IRANY já tem em franca actividade muitas familias de colonos italianos com extensas plantações, moinhos, engenhos de serrar madeiras, etc. servindo de estímulo para que outros famílias para lá se dir- jam a iniciarem uma nova era de prosperidade.

As nossas condições de venda — As condições que estabelecemos para a venda de nossa terra são de modo a facilitar a compra, pois MUITO VANTAJOSAS, CONCEDENDO-SE TAMBEM PRASOS LONGOS.

A legitimidade de nossas terras — A legitimidade de nossas terras está absolutamente garantida, sendo o título de propriedade passado to, V. S. e não porca a occasião de fazer um excellento negocio.

Informações

Angelo De Carli, Irmão & Cia
Irmãos De Carli & Paganelli

Herval
Caxias

Ilustração 7: Propaganda divulgada no jornal *O Regional* de 6 abr.1927.

Fonte: *Jornal O Regional*, Caxias do Sul, 06/04/1927, p. 4. Disponível em:

[http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/\(S\(sqoedyfa54lw145wertq145\)\)/App/Principal.aspx?l=pesquisa&s=pesquisa&Simples=1](http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/(S(sqoedyfa54lw145wertq145))/App/Principal.aspx?l=pesquisa&s=pesquisa&Simples=1). Acesso em: out. 2014.

A mais eficaz forma de propaganda foi enviar vendedores para as regiões de colonização no Rio Grande do Sul. Para ser um agente dessas companhias havia a necessidade de preencher alguns requisitos, como “[...] ser ou ter sido colono, ser conhecedor de terras, ou ser comerciante e, ainda dispor de círculo relativamente amplo de parentes ou de amigos a quem oferecer a terra, além de ter credibilidade [...]” (NODARI, 2002, p. 37). Segundo Renk (2006), para ser agente, ou propagandista, era essencial ser conhecedor de terras, ter sido ou ser colono e, ainda, possuir um dispor de um ambiente favorável de amizades, ou de conhecidos a quem poderia oferecer a terra. Mas era essencial ao propagandista ser confiável, assim, poderia recrutar os interessados em adquirir lotes. Diante das ofertas, os agentes estavam em condição de representantes da companhia colonizadora para oferecer as terras aos compradores. As antigas colônias formavam um grande cenário para a divulgação, e posteriormente, a comercialização. Geralmente os agentes estavam entre os primeiros migrantes ou lideranças das comunidades nas antigas colônias.

A forma de propaganda utilizada para cativar o colonizador eram as mais variadas. Segundo Nodari (2002, p. 36), “[...] os anúncios e as reportagens dos jornais, os almanaques anuais, os cartazes que eram fixados em pontos estratégicos, panfletos, livros e, principalmente, os agentes contratados pelas companhias”. Os colonos, por seu turno, eram conduzidos até as áreas oferecidas para efetuar o seu reconhecimento. Quando a venda era efetuada, o agenciador recebia um percentual sobre a comercialização dos lotes. A ilustração 7 mostra a propaganda da companhia H. Hacker & Cia. Porto União, na colônia Bom Retiro, onde consta a relação de 19 agentes com suas respectivas áreas de atuação, quando também teriam uma parcela significativa no aliciamento dos colonos para o oeste. A colônia Bom Retiro está situada a 75 km da ferrovia São Paulo-Rio Grande, e está servida por quatro estação, incluindo Capinzal e Herval, em Santa Catarina. São 2.500 colônias com terras férteis, cobertas de mata virgem e repletas de madeiras de lei e 20% do solo encontra-se com pinheiros. Toda a terra é arável e não há terreno íngreme, rochoso, e as colônias são localizadas de dez a vinte quilômetros da estrada de ferro. São, portanto, um excelente e seguro futuro, porque há mais desses perto dos dois grandes centros de consumo, bem como ser incomparavelmente mais fértil e mais confortável para o trabalho. Essa era uma das alternativas utilizadas pela companhia H. Hacker & Cia para divulgar suas terras.

H. Hacker & Cia. Porto da União
Colônia Bom Retiro
2500 LOTTI COLONIALI

La Colonia BOM RETIRO é situada, per un'estensione di 75 Km., ai lati della ferrovia S. Paulo-Rio-Grande e è servita da 4 stazioni, fra cui Capinzal e Herval (Stato di S. Catharina).

Sono 2.500 colonie di 50 mila braccia cadauna di terre fertili, coperte da *matto* vergine dei piú apprezzati legnami (*madeiras de lei*) e in certi punti vi sono anche belle pinete (*pinheiras*). E' TUTTA TERRA ARABILE, NON VI SONO TERRENI SCOSCESI E SASSOSI E LE COLONIE SONO LOCALIZZATE DA 10 A 20 Km, IL MASSIMO, DALLA SRADA FER-RATA, essendo tutte servite da buone strade carreggia-bili, che conducono ai nuclei e che servono per il fa-cile trasporto dei prodotti. I nostri terreni sono ad-datti alla coltivazione dell'erba spagna, canna da zucche-ro, grano turco, fagioli, tabacco etc. Le acque sono abbondanti e buonissime e il clima molto salubre.

I maggiori centri di consumo sono S. Paulo e Rio de Janeiro, alle cui capitali vá la maggioranza dei pro-dotti esportati dal nostro Stato. I prodotti della colo-nia Bom Retiro si trovano quasi a mezza strada di qui a S. Paulo e pertanto con poco piú di metà spese di trasporto saranno mandati a S. Paulo, rivertendo in profitto dell'agricoltore la differenza.

SONO DUNQUE DI UN FUTURO OTTIMO E SICURO, PERCHE' SI TROVANO PIU' VICINE DI QUESTE AI DUE GRANDI CENTRI DI CONSU-MO, OLTRE CHE ESSERE INCOMPARABILMEN-TE PIU' FERTILI E PIU' COMODE DA LAVORARE. La Stazione Capinzal si trova a sole 2 ore di fer-rovia da Marcellino Ramos.

I reverendi Padri Francescani ancora quest'anno apriranno un Convento ed un Collegio della nostra co-lonia. I nostri nuclei coloniali hanno chiesa e scuola.

Nella colonia BOM RETIRO già vi sono centinaia di famiglie italiane ed allemanne e si trova in franco progresso.

Coloni, chiedete le informazioni, che desiderate del-le nostre terre, ai nostri Agenti.

Agente in: Garibaldi: Sg. Ercole Doglia, Carlos Bar-bosa; Sg. Emilio Tedesco, Silva Pinto; Sg. Angelo Pro-vença; Bento Gonçalves: Sg. Amadeo Arioli, Nova Roma: Sg. Napoleone Compagnoni, Alfredo Chaves; Sg. Renato dos Santos, Monte Veneto: Andrea Toniol, Bela Vista: Sg. José de Conti, Capoeiras: Sg. Silvestro Ghedini, Antonio Prado: Sg. Riccardo Zanotto, Nova Bassano: Sg. José Somavilla, Marau: Sg. Julio Borella, São Luiz do Guaporé: Sg. Carlos Barbieri, Guaporé: Sg. Agostino Tramontina, Esperança: Sg. Antonio Zan-davalli, Anta Gorda: Sg. Carlo Moro, Nova Brescia: Sg. Eduardo Amadori, Mussum: Sg. Giovanni Patuzzi, Santa Thereza: Sg. Ermelindo Piccinini.

(l. n. 26 a. 2. o.)

Ilustração 8: Propaganda da companhia H. Hacker & Cia. Porto União, na colônia Bom Retiro

Fonte: *Jornal Staffetta Riograndense*, Caxias do Sul, 5 de janeiro de 1921, p. 4. Disponível em:

[http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/\(S\(sqoedyfa54lw145wertq145\)\)/App/Principal.aspx?l=pesquisa&s=pesquisa&Simples=1](http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/(S(sqoedyfa54lw145wertq145))/App/Principal.aspx?l=pesquisa&s=pesquisa&Simples=1). Acesso em: out. 2014.

Outra prática comum entre as colonizadoras era a criação de uma infraestrutura para cativar os compradores, como a doação de uma área de terra para a Igreja, escola, serrarias e ainda colaborar na sua construção. Utilizavam os mapas como meio de divulgação e venda, entre os quais a existência de quedas de água para instalação de serrarias e moinhos, além do clima mais saudável do estado.

A partir de a terra se tornou mercadoria, atribuiu-se a essa o valor de troca. Assim, passou a ser uma fonte de renda. A colonização adquiriu aspecto de comercialização de vasta área de terra, mas agora com valor de mercado, explorando os recursos naturais da região Oeste catarinense.

O Estado não se preocupou mais com a organização de núcleos coloniais como estratégia nacional, mas, sim, adquiriu caráter de valorização da terra por meio de sua comercialização.

Para o colono, o oeste catarinense surgiu como um novo espaço para a formação de uma classe de pequenos produtores agrícolas e comerciantes ascendentes, em sua maioria, de alemães e italianos. Nesse sentido, percebe-se que os diferentes grupos possuíam realidades opostas ao modelo de sociedade e colonização a ser adotado na região. Segundo Radin,

entende-se que os diferentes grupos em questão, os empresários da colonização, as autoridades estaduais, os migrantes colonos e os povos indígenas e caboclos, possuíam interesses e visões distintas do processo de colonização e do tipo de sociedade que foi sendo construído e reconstruído. Decorrentes dessas diversas concepções e discursos sobre a sua realidade concreta tramaram-se várias disputas, umas mais facilmente percebidas, outras mais vedadas, mas que direcionaram muitos dos atos cotidianos de cada um dos grupos (2009, p. 21).

O desenvolvimento da região Oeste ficou a cargo de empresas colonizadoras particulares. Para as quais, o governo faz concessão de terras para que promovessem a colonização e a infraestrutura necessária. Em outras palavras, proporcionariam a “ocupação definitiva da região”, construindo estradas para o transporte e o deslocamento dos colonos. Com essas medidas o governo esperava o desenvolvimento e agregar a região ao restante do estado.

Esse controle ocorreu com as companhias colonizadoras, respaldadas e negligenciadas pelo poder público, mostrando que a colonização significava todo o processo de efetivação das companhias colonizadoras na divisão e comercialização dos

lotes de terra. Essa divisão foi facilitada para a venda desses lotes, pois havia a necessidade pelas características físicas da região. A partir do processo migratório, ocorreu o processo de reconstrução do espaço. Carbonari, (2009) considera que as regiões não se explicam por tipologias, mas, sim, por processos que se criam historicamente e que se vinculam à expansão do processo capitalista que ordena os espaços.

O Estado transferiu o controle e a direção do processo de colonização às companhias colonizadoras, as quais competiam a responsabilidade da infra-estrutura nas áreas coloniais destinadas a cada colonizadora, atendendo paralelamente, seus interesses particulares. Radin assim esclarece:

O fato de o Estado confiar às companhias colonizadoras a direção desse processo e se omitir ou ser conivente com seus procedimentos demonstra que atendia a uma complexa teia de interesses particulares traçada no período. Nesta teia, o Estado também buscou se eximir de diversas responsabilidades relacionadas à infraestrutura das áreas coloniais. Para a construção de estradas, negociou a tarefa com as companhias colonizadoras, que também iniciaram o oferecimento escolar e foram paulatinamente repassando-o às comunidades e à igreja, as quais difundiram diversas outras atividades pedagógicas e assistenciais (2009, p. 24).

Os “espaços considerados vazios” pelo Estado e pelas companhias colonizadoras foram viabilizados. Para tanto, a pequena propriedade familiar apareceu como uma alternativa significativa para esse processo de colonização, no qual, segundo Radin, “estrategicamente, o governo brasileiro estimulou a colonização com a finalidade de ocupar esses espaços vazios [...] pela pequena propriedade de agricultura familiar, que se constituiu na principal alternativa para que se entendia ser a ‘ocupação efetiva do espaço’” (2009, p. 25).

A terra passa a ter um valor de renda em capital e a propriedade privada passa por constantes recriações, surgindo várias formas de mudança de renda da terra, tendo, com isso, uma correlação de forças e de produção de relações sociais.

As terras próximas aos núcleos coloniais propiciavam preços mais altos em relação a outras áreas. A comercialização, com o apoio do Estado, utilizando-se dos colonos, tornou-se um grande negócio para os empresários e para os grandes proprietários. As colonizadoras definiram a prática da comercialização das terras e, conforme ocorria a procura, os preços aumentavam.

Outro aspecto que auxiliou as companhias colonizadoras na aquisição das terras devolutas foi o pagamento através de prestação de serviços. As empresas contratavam os serviços dos colonos para medir os lotes ou abrir estradas. A forma de pagamento era muitas vezes com lotes de terra.

As cidades do oeste catarinense têm por característica a ostentação dos nomes das grandes famílias regionais, bem como dos coronéis da época e de suas empresas colonizadoras. Antes da chegada dos colonizadores do Rio Grande do Sul, os indígenas e os caboclos foram os responsáveis pela ocupação do espaço na região catarinense, ocupação e cultura essas que raramente foram mencionadas pela história oficial (MARQUETTI, 2008). A postura das autoridades foi tolerante com as práticas dos colonizadores em relação às populações que ficavam à margem do processo da racionalidade capitalista.

A Companhia Territorial Sul Brasil desfrutava de credibilidade em detrimento a austeridade com que tratava a questão da demarcação. A exatidão na demarcação, a existência de mapas dos lotes, o tamanho da área, localização, a numeração dos lotes, evitou possíveis problemas na sua comercialização. A eficiência na mediação foi atribuída aos agrimensores alemães, incumbidos pela companhia de realizar essa tarefa (WERLANG, 2002).

Os lotes passavam por critérios minuciosos, pois a divisão e a demarcação estavam subordinadas ao regime hidrográfico. A equipe técnica da empresa fazia um levantamento prévio dos cursos de água, como Werlang explana:

De cada leito de rio partiam os lotes das duas margens, até se encontrarem com os lotes de outros leitões, formando, ali, uma divisa seca, denominada de “travessão”. O travessão dividia pelo meio as terras existentes entre dois rios. A partir daí, as terras eram divididas em lotes de 25 a 35 hectares, em média. A forma do terreno, normalmente retangular, dependia da distância entre os rios, mais comprido e estreito era o lote (2002, p. 29).

As terras que se localizavam entre dois rios, constituíam-se numa divisão seca, conhecida como travessão. O tamanho do lote variava, em média, de 25 a 35 hectares, dependendo da localização dos rios.

As seções eram servidas de estradas gerais e vicinais. As estradas gerais, construídas com recursos da Companhia Sul Brasil, tinham a função de ligar as diferentes regiões com o escritório da Companhia, bem como interligar os

núcleos urbanos. As estradas vicinais, abertas próximas aos leitos dos rios, possibilitavam o acesso ao lote. As benfeitorias eram construídas próximo a estrada e, quando da introdução do gado bovino, as terras existentes entre o rio e a estrada eram destinadas quase sempre à formação de poteiros [...] (WERLANG, 2002, p. 30).

Conforme as seções iam sendo ocupadas, passavam a ser subdivididas em três a quatro comunidades, chamadas de “linhas”, uma vez que abrangiam moradores dos dois lados de um rio, separados geograficamente por outras linhas, pelo travessão, isto é, pela divisa seca. A escassez de pontes era suavizada com a construção de pinguelas (WERLANG, 2002).

A Companhia Territorial Sul Brasil utilizava-se de revistas e jornais, como *Volksblatt* e a *Paulusblatt*, para realizar a propaganda de suas terras. Todavia, a mais eficiente foi a do convencimento das pessoas pelos agentes, ou propagandistas (WERLANG, 2002). Os Estes eram motivados pelos 10% que receberiam sobre o valor da venda, que era repassado pela companhia contratante. Para Nodari (2002, p. 37),

os agentes utilizavam todos os meios que estavam à sua disposição para persuadir as pessoas a comprarem terras das companhias que eles representavam, pois somente assim teriam bons ganhos. No caso dos agentes da Cia. Territorial Sul Brasil, os mesmos agentes recebiam um percentual de 10% sobre o valor da venda. Vários agentes visitavam pessoalmente todas as casas, de uma determinada comunidade, em que os argumentos por eles utilizados, geralmente, eram convincentes [...].

Uma prática comum dos propagandistas era passar de casa em casa e convencer o colono rio-grandense que no oeste catarinense existiam terras baratas e de boa qualidade, onde poderiam produzir milho, mandioca, feijão e batata. Outro artifício utilizado era a propagação da existência de animais, como o tigre, aguçando o imaginário dos caçadores. Quando a colonização estava em franco desenvolvimento, muitos agentes traziam os colonos com o objetivo de conhecer as terras da região. O comércio, segundo Werlang,

[...] era feito em Passarinhos, para onde eram enviados todos os contratos de compra e venda. O contrato era assinado mediante o pagamento da 1ª parcela. Sem o pagamento, a companhia só aceitava reservar o lote. Era comum algum comprar o lote e reservar outro para compra futura. O restante do pagamento podia ser parcelado em até 36 meses, com 8% de juro ao ano. Contudo, que dependia da venda da produção para cobrir os vencimentos dificilmente conseguia honrar o compromisso, pois não havia comércio para a produção. Já a madeira existente no lote só poderia ser vendida depois da

liquidação deste. Era comum colonos trabalharem na abertura de estradas para pagarem os juros das terras (2002, p. 36).

Em Passarinhos se dava o controle de todos os contratos da comercialização das terras. Na compra de um lote, era normal fazer a reserva de outro que fizesse divisa com o adquirido. O colono que adquiria o lote tinha um prazo de 5 a 18 meses para a ocupação. Os que ocupasse o lote, além desse prazo, compraria outro mato adentro. No estabelecimento das famílias com sucesso, para isso, era necessária uma organização comunitária. Para facilitar essa acomodação e organização, a colonizadora, sob direção de Carlos Culmey, seguia alguns critérios, de acordo com os dizeres de Werlang:

[...] distribuiu os colonos de tal forma que os teuto-brasileiros católicos, teuto-brasileiros evangélicos e ítalo-brasileiros católicos morassem em regiões distintas. Esta política de colonização evitava o conflitos e facilitava o acesso da comunidade ao ensino e ao atendimento religioso (2002, p. 38-39).

A Companhia Territorial Sul Brasil organizou as comunidades da seguinte maneira: as terras que estavam localizadas entre os rio Chapecó e Barra Grande estavam reservadas aos teuto-brasileiros católicos. Dessa organização surgiram os municípios de São Carlos, Pinhalzinho, Saudades e Cunhataí. As terras que se localizavam do rio Barra Grande até o rio São Domingos, que compreende o município de Palmitos, ficaram delimitadas para os teuto-brasileiros evangélicos. As terras que se localizam além do rio São Domingos até o rio Iracema foram inseridos os ítalo-brasileiros, originando o município de Caibi. As que se localizam entre o rio Iracema e o rio das Antas foram ocupados por teuto-russos de religião evangélica, originou o município de Riqueza. Os teuto-russos ocuparam uma área reservada para os teuto-brasileiros católicos (WERLANG, 2002).

A colonizadora sabia que a religiosidade dos colonizadores era grande, portanto, havia a necessidade de possibilitar o atendimento religioso para atrair novas famílias. Um dos pontos fundamentais para o progresso da colonização foi a organização de núcleos coloniais. O sucesso do progresso desses núcleos, de acordo com Werlang (2002, p. 43-46) estava atrelado à “existência de estradas, comércio e o atendimento religioso e educacional atrairia novos colonos que já não vinham deslumbrados por belas propagandas, mas a partir das informações de parentes e conhecidos instalados na região”.

Conforme o jornal a *Voz de Chapecó*,³² de 25 de abril de 1948, a Companhia Territorial Sul Brasil, no ano de 1948, registrou a entrada de 1.600 famílias, vindas do Rio Grande do Sul, e estabelecendo-se no distrito de Passarinhos e em São Carlos. Entre os fatores determinantes para a vinda dessas famílias, pode-se considerar a fertilidade do solo, as facilidades de aquisição disponibilizadas pelas colonizadoras e os impostos cobrados a um preço inferior ao do Rio Grande do Sul. O porto do Goio-En foi um dos principais pontos de passagem das famílias rio-grandenses em direção ao oeste catarinense. Muitas delas vinham de Guaporé, Bento Gonçalves, fixando-se nas terras da colonizadora Bertaso e da Companhia Territorial Sul Brasil.³³

O empreendimento de comercializar as terras, a Companhia Territorial Sul Brasil, além de publicar propagandas em revistas e jornais, possuía também homens, em geral colonos, que deveriam possuir credibilidade e conhecimento das terras para fazerem o trabalho de divulgação corpo a corpo.

Nesse processo de colonização havia a preocupação em propiciar o atendimento religioso e educacional pela implantação de escolas e igrejas. Werlang (2006) enfatiza a necessidade de uma organização comunitária assentando colonos teuto-brasileiros católicos, teuto-brasileiros evangélicos e ítalo-brasileiros católicos em lugares diferentes, a fim de evitar conflitos, mas facilitar a prática da sua religiosidade e o exercício da educação.

A sistematização dos núcleos populacionais, aliada à concretização das estradas, do comércio e da assistência religiosa e educacional, foi vital para o “progresso da colonização” nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil. Não só as propagandas contribuíram para esse fato, mas também as informações fornecidas pelos parentes e conhecidos estabelecidos na região do oeste.

Essa companhia planejou a maior parte dos núcleos urbanos que estavam em terras de seu domínio, uma vez que havia o compromisso com o governo do estado em demarcar os núcleos a uma distância máxima de trinta a quarenta quilômetros um do

³² “Em 03 de maio de 1939, Antonio Selistre de Campos ajuda a fundar o Jornal ‘A Voz de Chapecó’ com Ernesto Francisco Bertaso, Cid Loures Ribas e Vicente Cunha. O jornal relatava os acontecimentos locais, regionais e estaduais. Não era um jornal de grande porte mas os temas de interesse público registravam a circulação social, a criação de escolas, do hospital e do primeiro clube da cidade [...]” (CEOM, 2004, p. 22).

³³ Jornal *Voz de Chapecó*, 25 de abril de 1948. Fonte: Acervo documental do CEOM.

outro. Dessa forma, reservaria terrenos para as praças, hotel, escola, igreja e cemitério. As cidades planejadas desde o início da colonização com os locais previamente definidos para a estrutura básica foram Palmitos, São Carlos, Maravilha, Saudades, Cunha Porá (WERLANG, 2006). Essa prática facilitava a colonizadora instalar o colono em diferentes áreas quando vendia as terras, tendo como fator de destino para este ou aquele local a origem étnica e a religião. Acreditava, dessa maneira, poder evitar conflitos na competência de organizaras comunidades e implantar as escolas e igrejas. Prática essa que permaneceu até 1945, quando o ensino público foi implantado, fazendo com que os diferentes grupos mantivessem sua língua e seus costumes (WERLANG, 2006).

Com essa colonização e fixação de famílias de colonos na região Oeste catarinense, era de se esperar que, mais cedo ou mais tarde, algo precisaria ser feito para promover a educação dos filhos dos colonos. Nesse contexto a Companhia Territorial Sul Brasil, visando criar um atrativo para valorizar as terras, providenciou a vinda de uma escola para Maravilha. Era mister que o recém-formado povoado tivesse uma escola, pois, sem dúvida, isso era interessante para os colonos que desejavam instruir seus filhos. Nesse contexto, colonização, religião e educação caminhavam de mãos dadas, pois érea um forte atrativo de os camponeses comprarem no local destinado e apropriado para eles e para a empreendedora colonizadora. Fácil era convencê-los, bastava oferecer a possibilidade da prática religiosa e, principalmente, a educação para seus filhos. Nesse sentido, o exemplo na sequência, conforme ilustra Werlang, traduz perfeitamente essa situação:

A religiosidade dos colonizadores da região era grande, e a companhia, por sua vez, sabia que era fundamental possibilitar o atendimento religioso para atrair novas famílias. O templo também servia de escola. Na falta de igrejas, as aulas eram ministradas na casa do professor. Percebe-se, entre os entrevistados de origem alemã, uma maior preocupação com a alfabetização dos filhos. Koehler (Palmitos, 18 jan. 1991) conta que, no começo, as famílias tiveram que pagar o professor, mas, mesmo assim, eles saíram da Linha Barra Grande para morar em Três Pinheiros, para facilitar o acesso à escola para seus filhos (2006, p. 68).

A Companhia Territorial Sul Brasil era sabedora da forte religiosidade entre os colonos. Se em algumas comunidades não havia um espaço adequado para ministrar as aulas ou até mesmo as reuniões da comunidade, a igreja muitas vezes era o lugar

indicado para serem realizadas. A alfabetização dos filhos dos camponeses sempre foi preocupação presente nas suas famílias, conseqüentemente, a busca pela facilidade de acesso à escola e do professor que iria ministrar as aulas. Esses são motivos utilizados pela colonizadora para atrair os colonizadores para a região Oeste catarinense. No sul do Brasil, expressam a realidade de conflitos entre posseiros, proprietários de terras. O capital fundiário estava ancorado nas garantias legais e judiciais. O Estado subsidiava as empresas para a colonização oficial. De modo geral, os empresários buscavam passar um espírito idealizador e dispostos a sacrifícios na execução dos projetos de progresso e de civilização para o país. Para Zarth (2002, p. 86),

A expropriação de terras dos lavradores nacionais era relativamente complexa. Não apenas se tratava de pura e simples usurpação de suas terras, como também a própria mercantilização do solo os afastava cada vez mais da posse da terra. Com a mercantilização da terra, os próprios lavradores nacionais acabariam vendendo seus lotes para imigrantes europeus, conforme se pode observar em vários locais.

Os colonos, por sua vez, queriam que as terras adquiridas estivessem limpas, sem intrusos, ou seja, sem os indígenas e os caboclos, que deveriam ser retirados ou até expulsos de suas terras. A concessão de imensas áreas para as companhias colonizadoras por meio de ação pública contribuiu significativamente na destruição do modo de vida dos índios e dos caboclos, os quais tinham como norma a posse coletiva da terra. As regras deliberadas pelo Estado foram incompatíveis com a racionalidade capitalista imposta pelas companhias colonizadoras. Dessa forma o processo de titulação das terras passou para a concretização da região. Indistintamente, essa concessão de terras atingiu as que eram ocupadas pelos caboclos, afetando sensivelmente seu modo de vida.

Neste capítulo tentou-se vislumbrar as ações e a constituição da Companhia Territorial Sul Brasil, como as estratégias, os métodos, as práticas, enfim, tudo o que envolvia a companhia. Esta, por sua vez, teve como princípio o assentamento de colonos rio-grandenses de ascendência ítalo-brasileira, teuto-brasileira e teuto-russa. Dentro dessa premissa procurou-se compreender como ocorreu o processo de colonização e sua área de representação na região Oeste catarinense a partir da política de atuação da companhia.

Buscou-se também traçar um perfil de algumas práticas desenvolvidas pelas companhias colonizadoras nessa região. Para tanto, percebeu-se que tais práticas também eram costumeiras pela Colonizadora Territorial Sul Brasil. A comercialização das terras tinha por base algumas metodologias preestabelecidas pela companhia.

No próximo capítulo, vão ser abordados aspectos sobre a questão da intrusão e desintrusão nas concessões de terras da Companhia Territorial Sul Brasil. Essa forma de ver os primeiros ocupantes das terras perdurou por um longo período, o que provocou encontros e desencontros de interesses.

IV

A INTRUSAGEM E DESINTRUSAGEM NAS TERRAS DA COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL

Este capítulo busca apresentar algumas considerações pertinentes à intrusão e desintrusão ocorridas nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil. A presença de determinados grupos de caboclos e de colonos na região, sem o título de posse, resultou em sérios conflitos, processos judiciais e despejos. A companhia no decorrer de sua atuação na região Oeste catarinense encontrou muitas dificuldades com a “limpeza da área”, pois havia um grande número de “intrusos” na sua frente de atuação. A proposta do capítulo é contextualizar como a companhia lidou com esse “problema” durante o período de 1960-1970.

4.1 O PROBLEMA QUE PERDUROU POR DÉCADAS

A colonização do oeste catarinense teve como indícios, em momentos distintos, a prática da violência e o enfrentamento de grupos sociais diferentes, desde a década de 1920, período em que a Companhia Territorial Sul Brasil atuou. Com a presença das colonizadoras, sinalizou-se uma intensificação de conflitos na região, a intrusão. O que se pretende aqui é recuperar alguns pontos relevantes que ajudam a identificar “problemas” que a companhia no decorrer da atuação no período de colonização enfrentou. A partir do momento em que a racionalidade capitalista passou a conquistar sua hegemonia na região Oeste catarinense, acontecem mudanças significativas em relação a concepção da terra. Essa passa a ser colocada num patamar de mercadoria, que se possa vender, trocar... Como abordado em capítulos anteriores, as terras ocupadas pelos caboclos e agricultores deixam de cumprir sua necessidade primeira de sobrevivência para se tornar uma mercadoria.

As pessoas ou grupos que estavam em desacordo com essa ideia, segundo o modo de ver de dominação, atrapalhavam os negócios de comercialização. A ocupação das terras então poderia trazer dificuldades a ambas as partes, de um lado, as colonizadoras, de outro, os que iriam adquirir a titulação da terra. Por essas razões, a necessidade de efetuar a “limpeza” da área. (RENK, 2006).

A prática de criar o gado solto também foi fator de discórdia entre as colonizadoras e os caboclos, pois trariam prejuízos financeiros às empresas que mercavam as terras. Para o colonizador, desenvolvia-se o modelo de pequena propriedade e o trabalho familiar, ao passo que o caboclo permanecia com sua cultura milenar, a cultura nômade cuja preocupação não era o acúmulo monetária ou de terras (RENK, 2006). Este grupo separava a área em duas, de um lado cultivava o roçado e de outro, a criação, como mostra Renk (2006, p. 120): “A lavoura ficava distante da casa, bem como, da criação de animais soltos”. Assim estruturada, não danificaria a área destinada à lavoura. A expropriação da área pode ser respaldada na ocupação indevida e sem a aquisição da terra e na criação de animais soltos. A busca de novas terras e novos ervais poderia ser interpretada como uma invasão da área. Os caboclos e os remanescentes indígenas foram expulsos na chamada “limpeza” da terra ou área, pois eram considerados improdutivos, sendo empurrados para áreas distantes nas matas. (RENK, 2006).

Como vimos no segundo capítulo, o fato de um grupo social se impor sobre os demais, entre colonizador e posseiros, pode apresentar aspectos da prática de poder. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e constituída historicamente. Assim, nos projetos das companhias colonizadoras, o “nacional”, o “caboclo”, passa a ser visto como intruso. Assim, “ao tornar-se ‘intruso’, o nacional caracterizava-se como desordeiro, o que não conduzia como preceitos positivistas preconizados pelo Estado [...]” (TEDESCO; CARON, 2013, p. 157).

A maioria dos considerados intrusos pela Companhia Territorial Sul Brasil eram de origem italiana, alemã, polonesa e principalmente de caboclo. O que faz, os de “origem”, serem considerados intrusos pela companhia? A companhia considerava intrusos todos aqueles que não possuíam titulação da posse da terra, assim, independentemente de sua origem étnica. Sem um levantamento prévio do número de intrusos, as autoridades e as companhias colonizadoras não tinham noção do número de “intrusos” ou de “ocupantes ilegais/legais” em suas concessões de terra. Segundo Seyferth (2014, p. 42), a ocupação de “intrusos” ou de “ocupantes ilegais/legais” poderia ser uma estratégia do governo ou das companhias colonizadoras, pois “[...] tinham a possibilidade de obter a terra legalmente, desde que se dispusessem a pagar integralmente, em prazo curto, o valor estipulado para o lote e sua medição definitiva. A

posse, podia constituir-se em um direito potencial à propriedade, confirmada na própria documentação”.

A concessão dos lotes de terra, em muitos casos passava pelo crivo do agente, encarregado da companhia. Conforme Seyferth (2014, p. 45),

de um modo geral, o caminho até a posse definitiva de um lote era longo e intermediado pelo agente local responsável pelos assentamentos, qualquer que fosse a condição legal dos colonos. A este funcionário cabia o parecer inicial sobre o pedido de concessão e arbitrar o preço do metro quadrado do lote pretendido. Informava, também, sobre as dívidas incidentes sobre o preço da terra quando se tratava de lote abandonado pelo primeiro ocupante.

A manifestação formal do agente encarregado, mostrador, podia ser decisivo para o posseiro adquirir seu lote. As identificações e os levantamentos efetuados pelas colonizadoras para identificar o “posseiro”, o “intruso”, demonstram que as regras do sistema concedem a legitimação da posse da terra ao pequeno produtor. Via de regra, essa ocupação poderia ser comprovada mediante o cultivo da terra e a constatação de benfeitorias. Assim, a roça e as benfeitorias, de acordo com Seyferth (2014, p.45), “[...] constituíram a condição da posse tanto para os que possuíam o título provisório expedido legalmente como para os que podiam ser classificados como “posseiros criminosos”.

Perceber que o projeto colonizador da região caracterizou-se pelo uso da violência física, exercida pelo aparato estatal e pelas colonizadoras, disseminou-se por toda uma estrutura social, econômica e cultural, tornando-se visível quando observadas minuciosamente as disputas pela legitimação da posse da terra. Segundo Marquetti (2008, p. 40), o processo de exclusão foi marcado pelo uso da violência, geradora

[...] de exclusão social, a colonização da região pelo elemento “branco”, em sua maioria oriundo do estado do Rio Grande do Sul, pareceu de fato estar diante do discurso usado por ele na sua justificação, nem sempre se mostrando com as cores com as quais insistiram em afirmar que havia sido pintada.

No primeiro capítulo contextualizamos a região Oeste catarinense envolvida por uma escala de problemas que poderia dificultar sua ação, somado a aspectos dos quais vitimou a população local. Antes da presença do colonizador, a região contou com a presença de comunidades indígenas, as quais vivenciaram a introdução do português e a

fase cabocla. Esses grupos, no entanto, foram condenados ao silêncio imposto pelos colonizadores, desde o descobrimento foram relegados ao esquecimento.

Outro aspecto de conflito entre os caboclos e as colonizadoras foi a desvalorização das terras ocupadas pelos intrusos no mercado imobiliário, pois a presença do caboclo intimidava a compra da terra pelo colonizador.

Com a presença da colonizadora na região começa a comercialização das melhores terras, ou seja, as mais acessíveis e melhor localizadas. Isso levou a que o intruso buscasse outra área, até o momento em que essa fosse disputada pelo mercado imobiliário. Sem recursos financeiros, a maioria deles se preocupava em produzir apenas para viver, contentavam-se ocupar determinadas áreas onde exclusivamente produziam para sua subsistência. Com a negativa da comercialização das terras, por parte dos luso-brasileiros, as colonizadoras respaldadas pelo poder público (Estado), promoveram a limpeza da área. Isso pode ser observado no trabalho de Renk (1995, p. 235):

Resumindo, a limpeza da área obedeceu a uma hierarquia de terras: primeiro as melhores áreas, isto quanto à localização e proximidade de recursos; em segundo, aquelas não muito acidentadas, e com madeiras, terceiro, as áreas mais acidentadas, isto é, aquelas que externamente eram qualificadas como "terras enguiçadas". O "enguiço", neste caso, por estarem ocupadas com intrusos.

Os caboclos e os colonos ocuparam áreas de terras no sistema de posses, na visão do Estado e das colonizadoras. Então passaram a ser vistos como intrusos, sendo uma ocupação ilegítima da terra, uma invasão de área devoluta ou sem título de posse. Para tanto, havia a necessidade de fazer a limpeza da área. Nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil, o número de posseiros era significativo, não havia o reconhecimento do direito de posse da terra.

O posseiro vendia sua casa e roça ao colonizador. Temeroso em seu regresso em suas terras, a Companhia Territorial Sul Brasil obrigava a assinar um termo que prometia deixar as terras da companhia. Assim, esses posseiros deixariam os lotes que estavam ocupando. Poucos posseiros tinham condições de comprar os lotes, em virtude de suas condições financeiras. Conforme Werlang (2002, p. 62), "na medida em que a colonização avançava, o número de posseiros aumentava. Na região de Saudades, Pinhalzinho e Modelo, havia muitos que aos poucos eram varridos".

A intrusão não era uma prática que ocorria apenas nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil, mas fazia parte do cotidiano de outras companhias colonizadoras que atuaram na região Oeste catarinense. Em geral, as companhias colonizadoras tinham por prática a realização de levantamentos em suas terras referente ao número de intrusos que havia em suas terras, mas a rotatividade era grande e esses intrusos poderiam estar em outros levantamentos elaborados pelas companhias, ou até fazer parte de um levantamento de outras companhias, mas isso necessitaria de uma pesquisa mais aprofundada.

Pelo documento da Colonizadora Bertaso, havia a prática de registrar e cadastrar os intrusos, isso pode ser percebido através do documento de 28 de dezembro de 1918, quando a colonizadora fez o registro de Joaquim Antunes de Souza, comprou 10 alqueires de terras, aproximadamente, na fazenda “Campina do Gregório”, pagando um valor de 300, 000 réis, conforme contrato firmado nesta data. “Importancia proveniente da compra de 10 alqueires de terras aproximadamente na Fazenda ‘Campina do Gregório’ no Est.º de Santa Catarina, conforme contrato elaborado nesta data [...]”³⁴

Essa mesma situação pode ser percebida em documento da Colonizadora Bertaso de 22 de dezembro de 1918, quando a colonizadora fez o registro Velocinio Machado de Oliveira, comprou 80 alqueires de terras, aproximadamente, na fazenda “Campina do Gregório”, pagando um valor de 2.400,000 réis, conforme contrato firmado nesta data. “Importancia proveniente da compra de 80 alqueires de terras aproximadamente na Fazenda ‘Campina do Gregório’ no Est.º de Santa Catarina, conforme contrato elaborado nesta data [...]”³⁵

A Companhia Territorial Sul Brasil procurava impedir o ingresso de novos posseiros em suas terras, pois já havia núcleos de caboclos e outros estavam em formação, assim os impedimentos ao acesso às terras da companhia eram necessárias. Essas áreas formavam-se, geralmente, em áreas não demarcadas. Segundo Werlang (2002, p. 67),

³⁴ Documento da Colonizadora Bertaso, de 22 de dezembro de 1918. Fonte: Acervo documental do CEOM.

³⁵ Documento da Colonizadora Bertaso, de 22 de dezembro de 1918. Fonte: Acervo documental do CEOM.

num levantamento feito pela companhia, em agosto de 1952, nas seções de Burro Branco, Lageado Grande, Mundo Novo, Cedro, Rabicó, Jundiá e Lageado, constatou-se apenas nesta região havia 402 famílias de posseiros, num total de 3.191 indivíduos, numa média de 7,93 elementos por família.

Era comum o “colonizador” comprar o direito da terra do caboclo, mas o colono precisava comprar a terra da companhia. Antes da chegada da colonizadora, havia terra em abundância e pertencia a quem tinha a posse, desconhecia o valor mercantil da terra, e aceitava trocar suas benfeitorias e plantações por uma quantia irrisória. Esse posseiro migrou, geralmente, para o norte.

Werlang (2002, p. 66), aponta que em 1946 a população de Pinhalzinho havia uma predominância de caboclo, vendia o rancho para os colonizadores e deslocavam-se para Modelo e Campo Erê.

Muitos desses levantamentos eram realizados pelo próprio caboclo. Essa era uma das estratégias adotadas pela Companhia Territorial Sul Brasil. Jorge Silva, era um desses caboclos que atuava junto desses posseiros, pois era um agente propagandista, ou seja, representante de venda de terras. Segundo a pesquisa de Werlang (2002), Jorge Silva afirma que, mesmo o posseiro conseguindo pagar parte ou toda a terra, ele a revendia tão logo tivesse terminado de derrubar o mato. A divisão em pequenos lotes foi um fator que contribuiu para a expulsão desse posseiro. O posseiro não tendo noção do valor comercial da terra, vendia seu sítio, sua posse por um valor de 10, 15 cruzeiros e dirigia-se para outro lugar. Isso resultava numa mobilidade constante.

Por que a mobilidade era constante nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil? Entre as possíveis hipóteses, podemos considerar, o receio de ser encontrado; era comum o caboclo e o colono vender a posse da terra, o direito, e buscar outro lugar, até o momento em que alguém reclamasse o direito de propriedade pela titulação e não a posse da terra.

Para Poli (1995, p. 75), “o estudo da evolução demográfica do Oeste Catarinense permite deduzir que, na medida em que o caboclo formava suas comunidades, as empresas colonizadoras encontravam o caminho aberto para penetrar na região e vender as terras já desbravadas”. Nem todos tiveram a mesma habilidade de Jorge Silva para efetuar a limpeza da área, outras regiões tiveram mais dificuldades, principalmente na região de Modelo. Poli (1995) constata a existência de núcleos de caboclos, quando identifica a população de Modelo em duas fases: a primeira de 1928 a 1947, uma

população constituída por caboclos; a segunda de 1948 a 1958, quando ocorre uma diminuição da participação do caboclo com a atuação das companhias colonizadoras. As terras da região de Modelo eram pertencentes a João Muxfeldt. Conforme o documento de 12 de outubro de 1949, percebe-se que havia interesse de João Muxfeldt e da Companhia Territorial Sul Brasil, pois estavam dispostos a cooperar mutuamente. Segundo o mesmo documento, refere-se à retirada com êxito dos intrusos da região de Modelo.³⁶

A Companhia Territorial Sul Brasil foi denunciada junto à Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, sob nº 5.285, de 7 de agosto de 1951, de brutalidade e expulsão dos posseiros em suas terras. A companhia negou as acusações e justificou a necessidade de desocupar os lotes, pois não poderiam entregar aos compradores devido à permanência dos intrusos na área (WERLANG, 2002). Alegou ainda que houvesse em suas terras o posseiro e o intruso. Segundo o entendimento da Companhia Territorial Sul Brasil,

[...] posseiro era aquele que, com o consentimento tácito ou expresso do proprietário, ou ao menos, sem oposição da parte deste, se investia de posse, que era, no caso, mansa e pacífica, portanto, tolerável. Já o intruso era aquele que invadia a terra, desmatando-a sem possuir, ou possuindo criminosamente, sem caráter de estabilidade ou legitimidade no uso de determinado espaço territorial. Enquanto o primeiro trabalhava, fazendo serviço de agricultura para o bem comum, o último, aventureiro, não fazia senão destruir as riquezas existentes, devastando inutilmente as terras e tirando-lhes as essências florestais mais valiosas (WERLANG, 2002, p. 73).

A Companhia Territorial Sul Brasil procurou caracterizar o caboclo que trabalhava para o colono como posseiro e os “verdadeiros” posseiros como intrusos. Os posseiros possuíam certo respaldo junto aos colonos, pois auxiliavam com a mão de obra, e os intrusos deveriam ser despejados. Geralmente, a limpeza da área ocorria antes da comercialização das terras. A destruição da floresta por parte do intruso, talvez não se confirme, pois este fazia em pequena escala, apenas para a sua sobrevivência. Segundo Werlang (2002, p. 74), a Companhia Territorial Sul Brasil “[...] devastou em torno de 7 milhões de metros quadrados com o intuito de acumular capital [...]”.

³⁶ Documento de 12 de outubro de 1949, entre a Companhia Territorial Sul Brasil e João Muxfeldt. Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

4.2 A COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL E O INSTITUTO DE REFORMA AGRÁRIA DE SANTA CATARINA (IRASC)

O Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina (IRASC) teve uma atuação significativa na região Oeste catarinense. Órgão que tinha como propósito:

Destinando-se a promover a colonização das terras devolutas e dos latifúndios improdutivos adquiridos pelo Estado; dar assistência técnica às empresas particulares de colonização; disciplinando lhes os respectivos métodos; corrigir os minifúndios antieconômicos; estudar a criação, localização e administração de negócios coloniais, inclusive de imigrantes, estudando uma programação que visa impedir a emigração de agricultores a outros estados, eis algumas das medidas de grande alcance e significação social do IRASC.³⁷

O IARSC, órgão estadual responsável por promover política de colonização das terras improdutivas catarinenses, dava suporte técnico às empresas colonizadoras para poderem atuar. Entidade autárquica, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, tem jurisdição em todo o território estadual, e com a criação do Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina, quer o governador Celso Ramos dar uma solução racional ao problema da terra e do homem do campo. Qual é a melhor solução? Esta solução beneficia quem?

O jornal *O Estado*, Florianópolis, 3 de junho de 1962, traz a seguinte manchete: “Governo através do IRASC desapropriará terras para posseiros – solução tem início”. A reportagem reporta-se ao problema da terra, da fixação do homem rural ao campo, que vem chamando a atenção dos “homens responsáveis do País”. O que era considerado “caso de polícia”, agora passa a ser considerado “reforma agrária”, “hoje”, considerada medida inadiável para uma solução do complexo problema aceito por todos e que possibilitaria a criação de melhores condições para as populações proletárias dadas à própria sorte. Conforme a reportagem o IRASC, busca trazer uma “solução”.

³⁷ Jornal *O Estado* - Florianópolis, domingo, 3 de junho de 1962. Fonte: Acervo documental do CEOM.



Ilustração 9: Jornal *O Estado* - Florianópolis, domingo, 3 de junho de 1962
 Fonte: Acervo documental do CEOM

Para amenizar os problemas de terra, o IRASC busca instalar seus trabalhos em Chapecó. No ato de instalação, Dr. Stotz, “disse dos novos rumos que o IRASC imprimira aos problemas agrários de nossa terra e dos resultados de ordem social e econômica que deles advirão”. A solução seria a instalação dos trabalhos em Chapecó, assim, “após a estruturação interna do serviço, de tomar conhecimento, em profundidade da matéria, a direção do IRASC já iniciou a sua tarefa, havendo há pouco instalado seus trabalhos em Chapecó [...]”.³⁸

Ainda conforme a reportagem, o IRASC já se depara com um “problema”, o despejo de posseiros, que ocorreu na comunidade de Coronel Freitas. Dezenas de famílias de posseiros acabaram de ser despejadas, “encontram-se ao relento, sem abrigo e sem alimentação. Terras que há muito tempo ocupavam, com benfeitorias, com casas, com plantações, lhes haviam sido tomadas. As casas destruídas, todo um trabalho e esforço de anos perdido”.³⁹

A Companhia Territorial Sul Brasil, através do documento de 24 de novembro de 1964, entra em contato com o Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina (IRASC), quando esta entidade demonstra interesse na compra de uma área de duzentos lotes de terra coloniais, pois o IRASC projeta estabelecer na região e nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil um núcleo agrícola, deslocando para os lotes famílias que se encontram ilegalmente em vários pontos das terras da companhia na região Oeste catarinense, constituídos de moradores que já forma objeto de um despejo judicial, sendo requerido por proprietários e silenciados há muito tempo. O documento não deixa claro qual a origem étnica dos moradores, mas apenas sinaliza a possibilidade de compra dos lotes e a possível criação do núcleo agrícola.

Por meio do documento, a Companhia Territorial Sul Brasil demonstra interesse em ser colaboradora com o projeto de núcleo agrícola proposto pelo IRASC. No documento, a Companhia Territorial Sul Brasil relata que o projeto que o IRASC se propõe a executar no que tange à colonização. A companhia já vem executando há muito tempo e que busca levar o “progresso e desenvolvimento”, a uma área “inculta e agreste”, que se transformou em vários municípios, com uma população na sua maioria

³⁸ Jornal *O Estado* - Florianópolis, domingo, 3 de junho de 1962. Fonte: Acervo documental do CEOM.

³⁹ Jornal *O Estado* - Florianópolis, domingo, 3 de junho de 1962. Fonte: Acervo documental do CEOM.

e pela companhia canalizada “trabalhadora, ordeira e produtiva”. Segundo a companhia, os municípios criados em seu território arrecadaram em tributos aos cofres públicos dos municípios e do estado, no período de cinco anos (até agosto de 1963), o valor de um milhão de cruzeiros. A companhia salienta, assim, a sua contribuição ao progresso do estado de Santa Catarina.

No documento, a companhia enfatiza que, através do despacho de 4 de julho de 1947, o governador Aderbal Ramos da Silva concedeu quitação integral e absoluta de todas as obrigações que esta companhia possuía com o estado catarinense. Percebe-se pelo documento que a companhia faz questão de demonstrar sua idoneidade perante o estado, demonstrando, assim, credibilidade.

O diretor-geral da Companhia Territorial Sul Brasil do período, José Leal Filho, manteve contato com o IRASC propondo um estudo da venda de terras da companhia. O IRASC demonstrou interesse por áreas aglutinadas, onde pudesse ser concentrado o núcleo agrícola proposto. A sugestão da companhia é indicar áreas que ainda dispunha para ser comercializadas. Tratam-se de glebas ainda não divididas, mas que já estão sendo estudados pela companhia para realizar a sua medição. As terras oferecidas pela Companhia Territorial Sul Brasil compreendem a seção Cafundó, no município de Campo Erê, somando um total de 38.462.885,00 m², (3.846 hectares), de terra, assim divididas:

- 1 - parte dividida da seção Cafundó, constituídas de 15 lotes de coloniais rurais de 5.121.785,00 m², (512,2 hectares);
- 2- Parte indivisa da seção Cafundó, com 1.960.697,00 m², (196,1 hectares);
- 3- Parte indivisa da gleba Burro Branco, com 5.091.306,00 m², (509,1 hectares);
- 4- Gleba Mundo Novo (total), com 21.014.095 m², (2.101 hectares);
- 5 - Gleba Roncador (parte), com 5.275.000,00 m², (527,5 hectares).

No mapa 8 da Companhia Territorial Sul Brasil, utilizamos novamente este mapa para destacar a seção Cafundó, a gleba Burro Brando, a gleba Mundo Novo, a gleba Roncador e a seção Sargento.



Mapa 8: Mapa geral de terras Ca CIS. Territorial Sul Brasil situadas nos municípios de Chapecó, Mondai, Palmitos e São Carlos, no Estado de Santa Catarina.

Fonte: Acervo Documental do CEOM.

Outra área destinada, compreendia trinta lotes coloniais rurais, situados no município de Modelo, Pinhalzinho e parte de Saudades, compreendendo um total de 8.516.850,00 m², (851,7 hectares) de terra. Desse total, a Companhia Territorial Sul Brasil dispunha de 46.979.735,00 m², (4.698 hectares) de terras.

A Companhia Territorial Sul Brasil fornecerá em seu escritório em Palmitos, para discriminação e demarcação das indivisas, em glebas, os elementos topográficos e cartográficos, como planilhas analíticas, cadernetas de campo relativas a cada área ou gleba. A companhia se prestou a orientar em campo quanto à posição de marcos e outros acidentes geográficos que porventura a área de terra possuísse.

No mesmo documento enviado ao IRASC, a companhia estabelecia um valor sobre a venda das terras discriminadas. Para áreas divididas e demarcadas, o valor estabelecido ficava em C\$15.830,00 por hectare, ou C\$383.086,00 por colônia de 242.000,00 m², (24,20 hectares). Para áreas indivisas, em glebas, o valor estabelecido

ficava em C\$12.660,00 por hectare, ou C\$306.372,00 por colônia de 242.000,00 m², (24,20 hectares).

A Companhia Territorial Sul Brasil sugere ao IRASC que junto ao governo do estado a dispensa da “Taxa de Transições de Serviços”, dos preços unitários por hectare, assim a companhia descontaria 5,5%, ficando, assim, reduzidos dos valores estabelecidos anteriormente. Para áreas divididas e demarcadas, o valor estabelecido ficaria em C\$15.000,00 por hectare, ou C\$363.000,00 por colônia de 242.000,00 m², (24,20 hectares). Para áreas indivisas, em glebas, o valor estabelecido ficaria em C\$12.000,00 por hectare.

Considerando as despesas decorrentes da remoção e colocação de moradores existentes nas terras, serão deduzidos 10% como colaboração ao IRASC. Assim, a conjuntura da proposta de compra de terras pelo IRASC junto à Companhia Territorial Sul Brasil fica dessa maneira. As áreas divididas e demarcadas num total de 13.68.635,00 m², (136,9 hectares), tendo um custo de C\$15.830,00 por hectare de terra, estabelecendo um total de C\$21.589.959,20.

Logo, nas áreas indivisas, em glebas, num total de 33.341.000,00 m², (3.334 hectares), tendo um custo de C\$12.660,00 por hectare de terra, estabelecendo um valor total de C\$42.209.832,00. Se considerar o desconto de 10%, com redução de C\$6.379,20 do total do custo, ficaria com global líquido de C\$57.419.812,60 sobre o valor proposto.

Admitindo-se a possível dispensa da “Taxa de Transições e Serviços”, o valor global sobre a compra das terras da Companhia Territorial Sul Brasil ficaria, assim, representado: as divididas e demarcadas, num total de 13.638.635,00 m², (1.364 hectares), a um custo de C\$15.000,00 por hectare, estabelecendo um total de C\$20.457.952,50. Para as áreas indivisas, em glebas, num total de 33.341.000,00 m², (3.334 hectares), a um custo de C\$12.000,00 por hectare, estabelecendo um total de C\$40.000.932,00. Se considerar o desconto de 10%, com redução de C\$6.054.888,50 do total do custo, ficaria com global líquido de C\$54.412.0996,00 sobre o valor proposto.

O documento relata o entendimento entre o diretor-geral da Companhia Territorial Sul Brasil José Leal Filho e o Secretário Geral do IRASC, ficaria estabelecido de que as terras da possível transação comercial seriam ocupadas por “elementos” já fixados em nosso território e “nunca por estranho ao meio”. O

documento ainda traz que o deslocamento dos “elementos” que eventualmente ocupam de forma ilegal nossas terras, vem sendo providenciado, embora lenta, mas, eficiente.⁴⁰

Não se tem conhecimento no momento da pesquisa realizada se a venda foi finalizada e concretizada ou se o projeto de núcleo agrícola proposto pelo IRASC se concretizou.

Uma das soluções encontradas pela Companhia Territorial Sul Brasil foi a destinação das seções de Saltinho, Lageado Grande e Burro Branco para acomodar os intrusos. Os lotes seriam comercializados em cinco prestações sem juro, com uma inicial, e redução de 800 para 500 cruzeiros o hectare (WERLANG, 2002, p. 75).

4.3 O INTRUSO NA COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL

A colonização tinha como proposta de promover a ocupação de “espaços vazios”, com o objetivo de formar núcleos coloniais que atendessem a premissa da racionalidade capitalista. Exemplo da atuação da Companhia Territorial Sul Brasil no Oeste catarinense. Assim, grupos que não possuíssem o “perfil” estabelecido por lei poderiam ser excluídos, ou seja, passariam na condição de intruso.

De acordo com a lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, art. 1º especifica: “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra [...]” (IOTTI, 2001, p. 112). Quando o Estado faz as concessões das “terras devolutas” às companhias colonizadoras, estas também rezam pela premissa de titulação das terras, ou seja, o posseiro que não tivesse o título de posse, constituía-se como intruso. Ainda conforme a lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, artigo 2º:

Os que se apossarem de terras devolutas ou alheias, e nelas derribarem matos, ou lhes puserem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de benfeitorias, e demais sofrerão a pena de dois a seis anos de prisão, e multa de cem mil réis, além da satisfação do dano causado [...] (IOTTI, 2001, p. 112).

⁴⁰ Documento de 24 de novembro de 1964, entre a Companhia Territorial Sul Brasil e Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina (IRASC). Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

Quem é o intruso? Para Zarth (2002, p. 55), “[...] algumas fontes denominam *intruso* ao camponês que ocupava terras públicas ou privadas sem consentimento prévio das autoridades ou de proprietários [...]”.

Por que alguns grupos são intrusos e o que fazem entrar na ótica da intrusão? “[...] intruso era o indivíduo que, independente de sua origem social ou étnica, não se enquadrava nos termos da lei de terras [...]” (SILVA, 2014, p. 2). A concepção da terra para o caboclo esteve relacionado ao seu *ethos*, pois acreditava que a posse da terra era divina, portanto, de que efetivamente tem a sua posse. A dificuldade financeira foi um fator determinante para pertencer à categoria de intrusos, independentemente de sua origem social ou étnica. Aliado à dificuldade financeira em não conseguir a titulação das suas posses, caracterizava a intrusão.

Por que o caboclo poderia ser duplamente estigmatizado em sua condição de intruso? Primeiro, pelo fator étnico, pois se criou um contexto negativo a respeito de sua etnia e, depois, pela sua condição de intruso.

Quem deixava de ser intruso? Deixava de ser intruso aquele grupo que conseguia comprar a terra, possuindo a titulação, o título de “proprietário da posse da terra”. Assim, não corria o risco de ser chamado de “intruso” e, conseqüentemente despejado. Somente a partir da aquisição da terra e transformado em proprietário teria seus direitos reconhecidos. Entretanto, para o caboclo, havia um agravante perante o colono. Este ainda passaria pelo crivo de sua etnicidade e de seu *ethos* para ter o reconhecimento da comunidade. Silva (2014, p. 12) faz um questionamento sobre o aumento de intrusos:

Um aspecto importante a ser registrado sobre a intrusão é o de que à medida que o tempo avançava e o movimento de colonização se desenvolvia, o número de intrusos aumentou, e os descendentes dos primeiros imigrantes chegados ao Rio Grande do Sul, devido ao incremento populacional e o aumento das pressões por terra em suas localidades de origem – as colônias velhas –, passam a constituir a maior parte dessa categoria.

Esse aumento de intrusos ocorreu em razão do aumento populacional, aliado à dificuldade de acesso a terra, perante o avanço da cerca da colonização e o valor cobrado pela terra no Rio Grande do Sul. Assim, Santa Catarina passou a receber um grande contingente de caboclos e colonos, que passaram pelo mesmo processo e entendimento de intrusão.

O documento da Companhia Territorial Sul Brasil, de 5 de maio de 1954, orienta sobre que atitude em juízo o proprietário de terras adquiridas da companhia que necessita despejar intrusos nelas existentes.⁴¹

Por esse documento, intruso, é aquele que ocupa terras alheias, contra a vontade do dono, ou o que é provisoriamente tolerado sobre o imóvel, pode ser constrangido judicialmente à desocupação, mediante utilização pelo proprietário, de um interdito possessório.⁴² Logo, a posse, segundo o documento da companhia, nesse caso, é sempre injusta, por ser violenta, clandestina, ou precária.

Conforme o documento, a posse violenta é a adquirida e mantida pelo intruso através de fatos acompanhados de violências materiais ou morais; e posse clandestina é a que sua natureza e modo de ser exercida se acha fora do conhecimento daquele de quem é usurpada. Os intrusos vinham sendo tolerados pela companhia e, posteriormente, pelos atuais comparadores, a posse era precária. Torna-se, assim, viciosa,⁴³ por mais antiga que for não gera direito à usucapião⁴⁴ por parte do ocupante, quer o extraordinário (art. 550, do Código Civil), quer o especial de dez anos aos agricultores (art. 156, da Constituição Federal, par. 3º e art. 150, da Constituição de Santa Catarina). Não induzem posse os atos de mera permissão ou tolerância (art. 497, do Código Civil). Para Machado (2012, p. 198), “[...] a posse consiste numa relação de pessoas e coisas, fundada na vontade do possuidor [...]. A propriedade é a relação entre

⁴¹ Documento da Companhia Territorial Sul Brasil, de 5 de maio de 1954. Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

⁴² Interdito proibitório é a ação de preceito cominatório utilizada para impedir agressões iminentes que ameaçam a posse de alguém. É uma ação de caráter preventivo, manejada quando há justo receio de que a coisa esteja na iminência de ser turbada ou esbulhada, apesar de não ter ocorrido ainda ato material nesses dois sentidos, havendo apenas uma ameaça implícita ou expressa. Disponível em: http://www.lfg.com.br/conteudos/perguntas_respostas/direito-civil/o-que-se-entende-por-interdito-proibitorio-denise-cristina-mantovani-cera. Acesso em: 6 jul. 2014.

⁴³ Posse viciosa - Posse injusta é aquela adquirida com violência, clandestina ou precária. A violência, a clandestinidade e a precariedade dizem respeito ao modo de aquisição da posse. Será injusta por violência quando presente o emprego de força ou grave ameaça. Será injusta por clandestinidade quando efetivada às ocultas sorrateiramente. Será injusta por precariedade quando houver inversão da causa possessionais, pela recusa daquele que recebeu a coisa em restituí-la. A posse é viciosa sempre em relação a alguém. Assim, aquele que esbulha um imóvel será possuidor injusto em relação à vítima. No entanto, instalado na coisa, esse esbulhador será protegido contra terceiro que tente uma nova invasão. Disponível em: http://aulas.verbojuridico3.com/OAB_Civil_2Fase_13/Juliano_Colombo_Acoes_14E-M.pdf. Acesso em 6 jul.2014.

⁴⁴ Usucapião, também admitida a forma usucapião (menos usual, contudo), denominado também prescrição aquisitiva ou prescrição positiva. O vocábulo usucapião provém do latim *usucapio, onis*, que, por sua vez, vem de *usucapere(usus + capere)*, ou seja, adquirir pelo uso, pela posse, ou tomar pelo uso; adquirir por longo uso; adquirir usucapião ou prescrição. QUIROGA, Maria Eduarda. *Usucapião*, p.488-489. MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

a pessoa e a coisa, que se assenta na vontade da lei, implicando um poder jurídico e criando uma relação de direito [...]”.

Ainda de acordo com o documento, a ação que conduz a desocupação é a de reintegração. Assim, caso o esbulho⁴⁵ date a menos de um ano, poderá ser requerido mandado e reintegração *initio litis*, conforme art. 371, do Código de Processo Civil. Provam-se, desde logo, os requisitos ali exigidos: 1º - a posse do proprietário, pelos respectivos títulos de propriedade; 2º - o esbulho e a data da ocorrência mediante documentos, declarações assinadas, certificados da polícia, de entidades públicas, que demonstrem quando se iniciou a ocupação viciosa, mediante testemunha ouvidas na justificativa prévia; 3º - a perda da posse como consequência dos fatos referidos. Com isso, o juiz mandará reintegrar ao proprietário mediante mandado.

Datando o esbulho de mais de ano e dia, a ação será também possessória, de reintegração, mas terá a forma ordinária, na conformidade do art. 523, do Código Civil, sendo processada de acordo com os art. 158 e seg., do Código de Processo Civil, assim ressalta o documento.

O documento traz ainda que esta é uma demanda mais demorada, na qual a desocupação só se dará após sentença final transitada em julgado, mas terá de ser usada, caso o esbulho seja antigo. É a chamada “ação de força velha”. Será necessário enquadrar o pedido dentro da reintegração *initio litis*, onde a desocupação é concedida no início da ação, em poucos dias. Isto será possível se conseguir caracterizar o esbulho em época não anterior a ano e dia da data do ingresso em juízo. Em conformidade com o documento, há uma possibilidade de se requerer a reintegração liminar, da seguinte forma: considerar o tempo todo da ocupação (dois ou mais anos) como mera tolerância da companhia, situação que não induz posse aos intrusos (art. 497, do Código Civil), e caracterizar o esbulho a partir do sai, que deve ser recente, em que o proprietário atual (comprador) der ordem, mesmo verbal, de desocupação. Essa ordem necessita ser

⁴⁵ Esbulho, é a retirada forçada do bem de seu legítimo possuidor, que pode se dar violenta ou clandestinamente. Neste caso, o possuidor esbulhado tem o direito de ter a posse de seu bem restituída, utilizando-se, para tanto, de sua própria força, desde que os atos de defesa não transcendam o indispensável à restituição. O possuidor também poderá valer-se da ação de reintegração de posse para ter seu bem restituído. Turbação, é a conduta que impede ou atenta contra o exercício da posse por seu legítimo possuidor, podendo ser positiva, quando o agente de fato invade o imóvel e o ocupa, não importando se de forma parcial ou total, ou negativa, quando o agente impede que o real possuidor se utilize de seu bem, como, por exemplo, fazendo construções no local. Fonte: *Dicionário jurídico*. Disponível em: www.direitonet.com.br. Acesso em: 6 jul. 2014.

testemunhada e, se possível, escrita, e com o ciente do intruso, ou ainda presenciada pela autoridade policial pública.

Ainda assim estaria caracterizado o esbulho recente, pois, se a permanência dos intrusos venha a ser tolerada ou consentida pela companhia, não haverá perda da posse definitiva. Isso só no dia em que o ocupante recusa a obedecer a primeira ordem de desocupação. Assim, caracteriza-se o esbulho, que justifica a reintegração “*initio litis*”, dentro de ano e dia. No esbulho ocorre a desobediência à ordem de desocupação e tenha ocorrido ao tempo em que as terras ainda pertenciam à companhia, a ação será de imissão de posse e não reintegração. (Código de Processo Civil, art. 381, inc. I). Toda a análise e ação dependem das diversas situações de fato criadas pela intrusão, cujos detalhes são os mais variados possíveis.

Pelo documento da Companhia Territorial Sul Brasil datado de 6 de julho de 1966, relata como estava composta a invasão de terra na gleba Mundo Novo e adjacências do município de Campo Erê. De acordo com o documento, as constantes invasões de terras e as derrubadas de mato nas glebas Mundo Novo estavam sendo contidas por Zalmiro Medeiros de Ávila, encarregado nessa área. No entanto, o documento traz a preocupação do encarregado, pois se sente impotente para coibir as invasões. Os invasores e os demais intrusados rejeitaram os embargos que foram oferecidos para cessar suas ilegais e altamente danosas atividades. O encarregado Zalmiro Medeiros de Ávila relata sobre indivíduos que estão fazendo roças, derrubando mato, além dos vendedores de sítios (os chamados direitos) e derrubadores de pinheiros. Segundo o documento da Companhia Territorial Sul Brasil, de 24 de junho de 1966, a relação dos vendedores de sítio ficou assim constituída: Percebe-se, pelo documento, que os sítios comercializados possuíam uma variedade de valores muito grandes, isso pode ter como hipótese a localização do sítio ou até a demissão do sítio e as possíveis benfeitorias que nele se encontravam. O valor pago pelo sítio não era só baseado em um valor monetário, mas também constituía-se em uma troca, como “um cavalo encilhado” ou na concessão de “direito para fazer 8 alqueire de roça de mato e capoeira”.

Relação dos vendedores de sítio em 1966			
Vendeu	Comprou	Valor	Local
Sebastião Antunes Freitas	Oscar Dias da Silva	Cr\$ 80.000	Cabeceira do Lageado Grande
Sebastião Antunes Freitas	Campos Flor Prudente	Cr\$120.000	Cabeceira do Lageado Grande
Orides Pereira de Queirós	Antônio Rodrigues	Cr\$ 150.000	Lageado Roncador
Hariberto Leopoldo	João Maria de Jesus	Cr\$ 1.600.00	Mundo Novo
Olimpio Pires	Arnaldo de Oliveira	Cr\$ 200.000-	Mundo Novo
João Ribeiro (Baitaca)	Osório Morais	—————	Lageado Bueno
Altamiro da Silva	Adolfo Ferreira	Cr\$ 250.000	Lageado Maracanã
Florindo Lauriano de Oliveira	Manuel Rio Branco	O direito para fazer 8 alqueires de roças de mato e capoeira.	Mundo Novo
Pedro Laurindo de Oliveira	Delírio Mendes da Rosa	Cr\$ 70.000	Mundo Novo
Pedro Laurindo de Oliveira	Fleisberto Machado de Almeida	Cr\$ 50.000	Mundo Novo
Nicomedes dos Santos	João Ribeiro (Baitaca)	Cr\$ 20.000	Mundo Novo
Nicomedes dos Santos	Olimpio Pires	Um cavalo encilhado	Mundo Novo
Nicomedes dos Santos	Ivo Reis	Cr\$ 700.000	Mundo Novo
Jayme Alves Carneiro	Nicomedes dos Santos	Cr\$ 40.000	Mundo Novo
Juvenal da Silva	Nicodemos dos Santos	Cr\$ 200.000	Lageado Maracanã
Pedro José Maria e Otávio J. Maria	Placidino Vaz	Cr\$ 2.100.000	Lageado dos Bugres

Tabela 1: Elaborada pelo autor, com base em documento da Companhia Territorial Sul Brasil de 24 de junho de 1966.

Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

A comercialização dos sítios era uma prática costumeira entre os intrusos. Essa comercialização não levava em consideração a etnia do intruso, mas, sim, uma negociação entre quem compra e quem vende o direito de posse, ou sítio.

Esse levantamento, realizado pela Companhia Territorial Sul Brasil em 1966, demonstra que a venda de sítios era uma prática comum nas terras da companhia e talvez isso possa se reportar para outras partes da região Oeste catarinense que a Companhia Territorial Sul Brasil não tinha atuação.

Carrara (2005, p. 436) acredita que “[...], o termo sítio, de maneira geral, foi aplicado desde o princípio do período colonial às propriedades rurais compostas essencialmente por casas, benfeitorias e terras [...]”.

O encarregado Zalmiro Medeiros de Ávila destaca três nomes que seriam alvo imediato de medidas coercitivas, pois são os principais “agitadores reincidentes”, sendo eles Placidino Vaz, Manoel A. Martins e Olimpio Pires. Os mesmos são proprietários de terras na vizinha fazenda Primavera, capazes, portanto, de responderem pelos danos e prejuízos causados. Outro nome relacionado é Nicomedes dos Santos, que, segundo Zalmiro Medeiros de Ávila, seria uma pessoa teimosa e perigosa, pois já foi retirado por várias vezes de outras áreas de terra da companhia. Segundo o encarregado Zalmiro Medeiros de Ávila, Nicomedes dos Santos já havia sido retirado várias vezes das terras da companhia. Isso demonstra que era peculiar a rotatividade de pessoas dentro das terras da companhia. Era comum a prática de comercializar o sítio não só entre os caboclos, mas também entre o caboclo e o colono.

Zalmiro Medeiros de Ávila sugere como “remédio adequado” para Nicomedes dos Santos uma medida judicial urgente contra as pessoas relacionadas, a fim de impedir que proceda a queima das roças feitas. Segundo Zalmiro Medeiros de Ávila, com os restantes, a solução seria fácil, pela repercussão da medida judicial. Zalmiro Medeiros de Ávila procurou o juiz da Comarca de São Lourenço do Oeste-SC, a fim de expor os fatos. O juiz declarou, que tão logo fossem ajuizadas, por meio de advogado, as providências judiciais tomadas, assim, mandaria citar imediatamente todos os indicados para posterior processo, responsabilizando-os pelos danos causados, fazendo cessar, desde logo, as devastações em que estão empenhados.

Conforme o documento, apresentar providências dessa ordem seria conveniente para a própria justiça, sempre as voltas de casos semelhantes, os quais ficando sem solução por falta de providências judiciais, de parte dos interessados, animariam e estimulavam os contraventores. Essas medidas repercutiriam no meio dos intrusos e servia como exemplo de corretivo.

Em 7 de julho de 1967, o então advogado Paschoal Apóstolo, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Santa Catarina, sob o nº 2065, com escritório à Avenida Sul Brasil s/n – Maravilha, envia à Companhia Territorial Sul Brasil uma comunicação de interesse em estar representando a companhia no que diz respeito a

invasão de terras de companhia, no município de Campo Erê. O advogado manifesta ter em seu poder elementos necessários para propositura de ação judicial contra Placidino Vaz, Manoel A. Martins, João Antunes de Lima, Olimpio Pires, Simão Vieira e Nicomedes dos Santos e outros. Paschoal Apóstolo propõe a advogar a causa em todas as instâncias, mediante honorários fixos de 300,00 (trezentos cruzeiros novos), excluindo despesas com o processo, transporte e estadia em São Lourenço do Oeste - SC.

Em 24 de junho de 1963, a Companhia Territorial Sul Brasil apresentou queixa contra Nicomedes dos Santos, pois estava de forma abusiva e reincidentemente se intrusando nas terras da companhia, construindo moradia na seção Saltinho, Campo Erê. A companhia entrou com uma solicitação de abertura de inquérito policial, uma vez que considera Nicomedes dos Santos causador de prejuízos em suas terras.

A COMPANHIA TERRITORIAL SUL BASIL, pelo seu Diretor Gerente, abaixo assinado, vem, perante a autoridade de V.S., apresentar queixa contra NICOMEDES DOS SANTOS, que, abusiva e reincidentemente, intruzou-se construindo moradia em terras de propriedade da queixosa, situadas na Seção Saltinho, nesse Município. Tendo em vista o exposto, para resguardo de seus direitos de propriedade, ressarcimento se prejuízos e, afinal, para que e fato não venha repetir-se, constituindo grave precedente, solicita de V. S. para, em base no mesmo ser movida a competente ação judicial contra o mencionado NICOMEDES DOS SANTOS [...].⁴⁶

Era comum, pelos documentos da Companhia Territorial Sul Brasil, a comunicação entre a companhia e o sistema judiciário. Diversos documentos da Companhia Territorial Sul Brasil tratam sobre o pedido de auxílio da Justiça para resolver problemas de intrusão em suas terras. Em um desses documentos, o encarregado Zalmiro Medeiros de Ávila comunica ao diretor-geral da companhia, no período José Leal Filho, que solicitou junto ao delegado de polícia de Campo Erê auxílio de dois policiais para evitar um possível choque com os intrusos. Zalmiro Medeiros de Ávila e os dois policiais fariam a comunicação do despejo aos ocupantes das terras da companhia. Os dois policiais ficariam responsáveis de realizar um cadastro dos intrusos que se encontravam nas terras, para, assim, facilitar a companhia outras medidas futuras. Zalmiro Medeiros de Ávila alerta sobre um “ditador”, Tota Rocha, que

⁴⁶ Documento da Companhia Territorial Sul Brasil, de 24 de julho de 1963. Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

poderia ser um possível advogado “desses maus elementos”, ou seja, os intrusos. O encarregado Zalmiro Medeiros de Ávila e o delegado de Campo Erê deixam claro suas intenções perante aos intrusos e o que esperam do diretor-geral da Companhia Territorial Sul Brasil, pois sem uma atitude de apoio a ambos, ficariam desmoralizados perante os intrusos.⁴⁷

Vários são os documentos que tratam sobre o “problema da intrusão” nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil. Conforme documentação da companhia de 5 de abril de 1952, na seção Cedro, o intruso Damasceno José Rodrigues estaria “colocando”, trazendo, intrusos para a seção Cedro. Essas terras na seção Cedro pertenceriam, segundo o documento, a Zanella e Vivian. Damasceno José Rodrigues é um velho conhecido da companhia, pois já havia sido despejado da região de Rabicó. Isso pode ser um indício de que era comum na área de terra da companhia o deslocamento de pessoas ou grupos que já tinham sido despejados em outros momentos.

Recebemos comunicação de que Damasceno José Rodrigues está colocando intrusos na Seção Cédro, também em terras de propriedade dos srs. Zanella e Vivian. Conhecemos referido Damasceno a quem já havíamos deslocado da zona do Rabicho. Vamos nos dirigir ao sr. Firmino Conto, inspetor de polícia, naquela zona, procurando saber da procedência da informação, pois a ele havíamos deixado recomendações a respeito da intrusão que ali estava se verificando [...].⁴⁸

Em outro documento, de 14 de abril de 1952, na seção Técnica, em Cunha Porã, a Companhia Territorial Sul Brasil recebe correspondência do escritório central de Passarinho/Palmitos, no qual solicita com urgência de pessoas “capacitadas e idôneas”, com o objetivo de controlarem o “problema da intrusão” nas terras da companhia e, assim, manter “severa vigilância” sobre essas. Na seção Técnica estaria havendo derrubada criminosa de matos, a queimada de pinheiros e a entrada de novos intrusos.

Sobre o mesmo assunto, acabamos de receber nova correspondência do nosso E. Central, pela qual verificamos que o mesmo encarece a urgência na indicação de uma ou duas pessoas capacitadas e idôneas, para serem localizadas em locais apropriados e convenientes, afim-de controlarem melhor o problema da intrusão em nossas terras, mantendo severa

⁴⁷ Documento da Companhia Territorial Sul Brasil, o documento não possui identificada a data
Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

⁴⁸ Documento da Companhia Territorial Sul Brasil, de 5 de abril de 1952. Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

vigilancia para, desse modo, coibir os abusos que se verificam (derrubada criminosa de matos e queima de pinheiros) e impedir, quanto possível, a entrada de novos intrusos. V. As. Deverá nos transmitir as condições e pretensões de salários da pessoa ou pessoas que forem indicadas para tal missão, afim-de que possamos retransmiti-las ao nosso E. Central, em P. Alegre [...].⁴⁹

A Companhia Territorial Sul Brasil possuía conhecimento do “problema da intrusão” existentes em suas terras, pois necessitava controlar melhor a entrada desse grupo e, assim, coibir os “abusos” da “derrubada criminosa de matos e queima de pinheiros”. Solicita junto ao escritório central de Porto Alegre, vigias para que possam auxiliar e controlar a entrada de intrusos.

Ainda com relação à entrada de intrusos em suas terras, a Companhia Territorial Sul Brasil, em documento de 14 de 1952, Carta nº 52/64, traz a preocupação quanto à vigilância de suas terras. O vigilante deveria atuar no término da seção Barra Suja/Maravilha, assim, com essa localização, seria mais tranquilo a vigilância das terras da seção Sargento, Roncador e Cafundó, onde o número de intrusos era considerado.

[...] vigilancia. Ha tempo encarecemos a V.S., a necessidade de sediar um vigilante na Seção Barra Suja em os numeros 90 e 92 do 2º Poligono, local onde termina a atual estrada Maravilha-Barra Suja, pois de ai, torna-se facil a vigilancia das terras da Seção Sargento, Gléba Roncador, Gléba Cafundó e Poligino dividido desta ultima zona.⁵⁰

A Companhia Territorial Sul Brasil buscou facilitar a compra do lote de terras. Assim, a companhia tinha por prática de pressionar, se necessário, a assinatura de declaração de assumir o compromisso de desocupação de uma determinada gleba de terra. Esse é o caso de Manuel Antunes, que assumiu o compromisso em 28 de maio de 1962 de deixar no prazo de seis meses a posse que ocupava na seção Herval e assumindo o compromisso da compra de uma área de terra na seção Barra Suja, entre as colônias vagas ao preço de C\$ 8.500,00 o hectare. O pagamento da terra seria um terço do valor na ocasião da compra e dois terços restantes num prazo de três anos.

⁴⁹ Documento da Companhia Territorial Sul Brasil, de 14 de abril de 1952. Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

⁵⁰ Documento da Companhia Territorial Sul Brasil, de 14 de outubro de 1952. Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

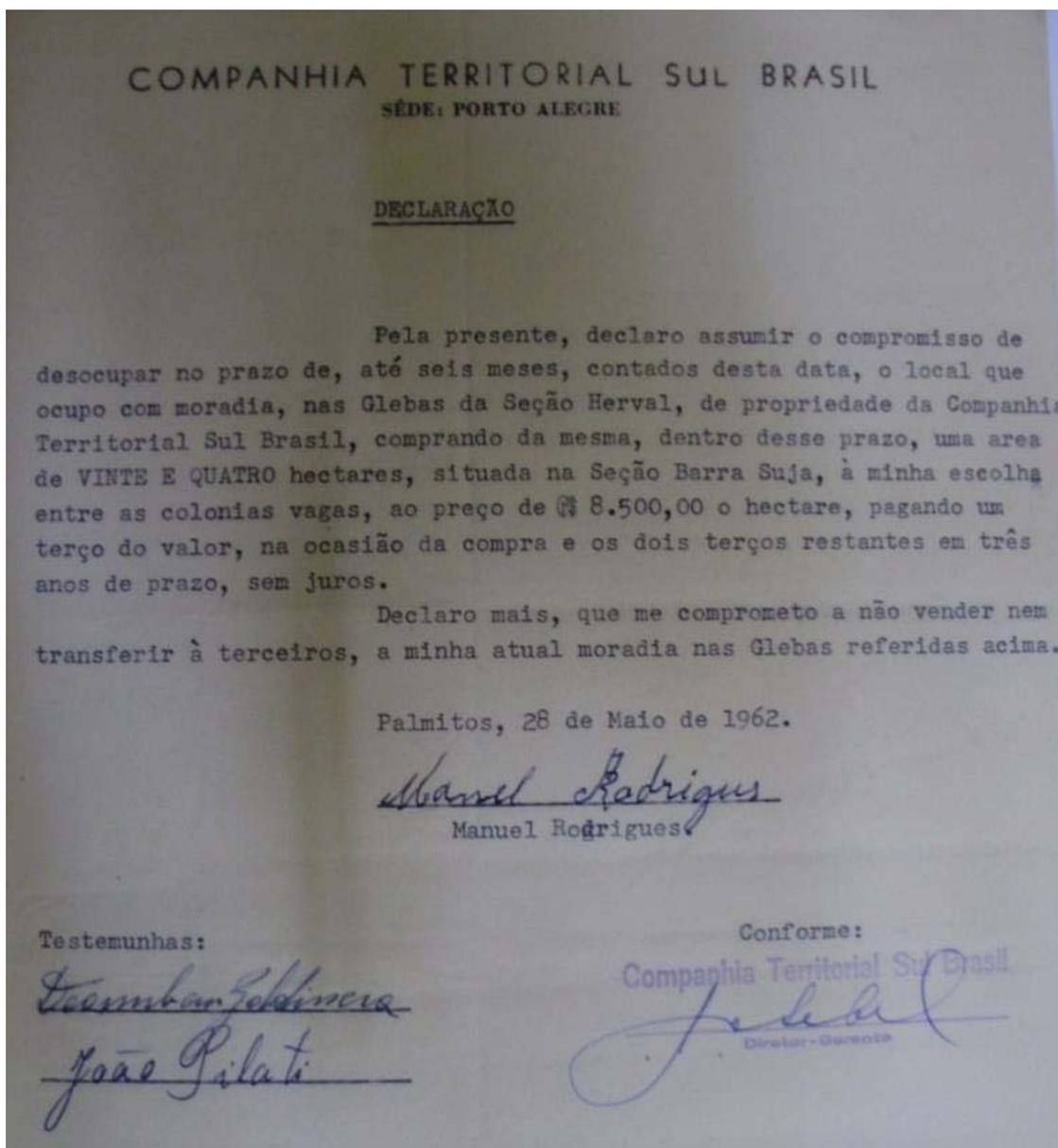


Ilustração 10: Documento da Companhia Territorial Sul Brasil, de 28 de maio de 1962

Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

No mesmo dia da assinatura da declaração de compromisso de Manoel Rodrigues, Fiorindo Jacomini também assina uma declaração de compromisso de desocupar num período de seis meses a posse que ocupa na seção Herval, assumindo o compromisso de adquirir uma área de terra na seção Barra Suja, uma área de dez hectares cada uma ao preço de C\$ 8.500,00 o hectare, com as mesmas condições de pagamento. Isso mostra que a Companhia Territorial Sul Brasil tinha como prática comum fazer os possíveis intrusos da companhia assinarem uma declaração de

desocupação da área de que era posseiro, independentemente da sua etnia e sua condição socioeconômica.

Pela presente, declaro assumir o compromisso de desocupar no prazo de, até seis meses, contados desta data, o local que ocupo com moradia, nas Glebas da Seção Herval, de propriedade da Companhia Territorial Sul Brasil, comprando da mesma, dentro desse prazo, uma area de DEZ hectares, situada nas colônias n^{os} 75,77 e 79 da Seção Barra-Suja, ao preço de C\$ 8.500,00 o hectare, pagando um terço do valor, na ocasião da compra e dois terços restantes em três anos de prazo, sem juros. Declaro mia, que me comprometo a não vender nem transferir à terceiros, a minha atual moradia nas Glebas referidas a cima.⁵¹

Pelos indícios apontados, constata-se que a companhia tinha por hábito contatar o “intruso”, estipulando um prazo para a sua retirada.

Para resolver os problemas de intrusão em suas terras, a Companhia Territorial Sul Brasil contava com o aparato do Estado. Em 12 de janeiro de 1976, o diretor da companhia João Pedro Dreyer Silveira de Ávila solicita, junto ao delegado de polícia de Maravilha-SC, providência junto ao intruso Ataíde dos Santos, pois o mesmo não permite que Antônio dos Santos tome posse das terras que adquiriu da companhia terras na colônia 78 quatro hectares na seção de Barra Suja.

Atendendo solicitação da parte interessada, informamos que os sr. Antonio dos Santos, adquiriu da Companhia 4 há de terra na parte central da colonia 78 da Seção Barra Suja. Informa o comprador que existe um intruso cujo o nome é Ataíde dos Santos que também reside naquele lote e não permite que o comprador cultive a terra adquirida. Em vista do acima do acima exposto solicitamos que sejam tomadas as providências cabíveis para que o comprador possa tomar conta da sua terra. Desde já colomo-nos ao inteiro dispôr V. sa. Para qualquer esclarecimento que fôr julgado necessário.⁵²

Entre as políticas que a Companhia Territorial Sul Brasil adotava para resolver os conflitos de intrusão, era convidar o intruso a se tornar proprietário da terra que ocupava. Acrelino Carvalho, diretor-presidente da Companhia Territorial Sul Brasil, no período de 4 de junho de 1975, solicita os “bons trabalhos” de Zalmiro Medeiros de Ávila, mostrador da companhia na região, a investigar Orácio de Paula, que estaria de forma ilegal no imóvel da companhia. Ao entrar em contato com Orácio de Paula, o que

⁵¹ Documento da Companhia Territorial Sul Brasil, de 28 de maio de 1962. Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

⁵² Documento da Companhia Territorial Sul Brasil, de 12 de janeiro de 1976. Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

mostrador da companhia Zalmiro Medeiros de Ávila deve deixar claro ao intruso ou desocupa o imóvel ou a companhia terá que tomar “medidas drásticas” sobre a intrusão.

Pela presente vimos comunicar-lhe que fomos informados que o cidadão acima referido (*Orácio de Paula*), encontra-se/ocupando ilegalmente imóveis de propriedade desta Companhia. Na qualidade de Diretor-Presidente da mesma vimos solicitar seus bons ofícios no sentido de entrar em contato com o mesmo a fim que desocupe imediatamente tais imóveis, evitando assim que tenhamos/ que tomar medidas drásticas sobre o assunto [...].⁵³ (Grifo nosso).

Pelo documento da companhia de 14 de maio de 1976, Antonio Carvalho da Silva que, segundo a companhia, ocupava a área de número quatro de forma ilegal na seção Roncador, em Campo Erê, no ano de 1976. Antonio Carvalho da Silva recebeu uma comunicação para estar regularizando a sua situação com a empresa, pois estaria ocupando uma área de forma ilegal, ou o intruso compraria a área que ocupa, ou seria despejado pela companhia.

Pela presente informamos a V. Sa. de que tendo em vista estamos procedendo a medição e venda das colônias da Seção Roncador, de nossa propriedade, e como a de nº4 (quatro) está sendo ocupada ilegalmente por V. Va., vimos pelo presente convidá-lo para tornar-se proprietário, ou caso não seja este o seu desejo, proceda a desocupação do referido imóvel. Para acertos necessários deverá ser procurado um dos nossos representantes que encontram-se naquela área.⁵⁴

Uma das práticas adotadas pela Companhia Territorial Sul Brasil era alertar os intrusos para a desocupação do imóvel, estipulando um prazo de trinta dias. Se isso não ocorresse, a companhia tomava outras providências “energéticas”. Esse é o caso de Arnildo de Tal que recebeu a comunicação em 4 de agosto de 1972. O documento traz a seguinte informação:

Pelo presente, vimos convidá-lo a retirar-se das terras desta Companhia, que V. Sa. ocupa ilegalmente, dentro do prazo de 30 dias impreterivelmente. Comunicamos-lhe, outrossim, que caso V. Sa. não/providencie no cumprimento do presente, seremos forçados a tomar providências enérgicas

⁵³ Documento da Companhia Territorial Sul Brasil, de 4 de junho de 1975. Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

⁵⁴ Documento da Companhia Territorial Sul Brasil, de 14 de junho de 1976. Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

para evitar a continuidade do que vem ocorrendo no imóvel, por vós ocupado.⁵⁵

Conforme documento da Companhia Territorial Sul Brasil, datado de 4 de agosto de 1972, a companhia solicita o comparecimento ao seu escritório em Palmitos-SC, de Doilio Rosa, para regularizar sua situação junto à companhia. Segundo o documento, Doilio Rosa deve se retirar do imóvel num prazo de trinta dias, ou assinar um contrato de compra e venda da terra. O documento faz a seguinte consideração: “Pela presente vimos convidá-lo a desocupar, dentro do prazo de trinta dias, ou comparecer neste Escritório para/um contato, o imóvel de propriedade desta Companhia, que V. Sa. Vem ocupando ilegalmente [...]”⁵⁶

Por meio desses documentos da Companhia Territorial Sul Brasil, percebe-se que essa era uma prática corriqueira utilizada pela companhia. A solicitação de comparecimento ao escritório da companhia, a possível assinatura de contrato de compra e venda da terra, num prazo de trinta dias a sua retirada do imóvel, ou, se o problema persiste, o encaminhamento de um despejo via judicial. Essas eram algumas formas utilizadas pela companhia para resolver os problemas de intrusão em suas terras.

Por que, em geral, a maioria dos intrusos era de caboclos? Os caboclos se deslocaram de outros pontos do território nacional para a região Oeste catarinense. Muitos foram expulsos de outras regiões a partir da atuação dessas companhias colonizadoras.

Pelo levantamento realizado pela Companhia Territorial Sul Brasil, em 5 de janeiro de 1953, na gleba Cafundó - Mundo Novo, havia 51 intrusos. Eis a nominata: Jesus Medeiros, Juvenal José Maria, Irmãos Tesch, Sebastião Gonçalves, Sebastião Pires dos Santos, João Maria Correia dos Santos, Antonio Pinto, Oraide Carneiro, João Maria de Freitas, Antonio Freitas, João Vieira, Calistro de Melo, José Alves, Maria Ferreira, Dorival Galvão, Vitorio Andrade, Júlio Buava, Jardelino de Tal, João Maria Lageano, Leonildo Machado, Avelino Júlio dos Santos, Antonio Rafael de Tal, Durval Cerilo, Laurindo Oliveira dos Santos, Belmiro Soares, José Garipunda, Antonio

⁵⁵ Documento da Companhia Territorial Sul Brasil, de 4 de agosto de 1972. Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

⁵⁶ Documento da Companhia Territorial Sul Brasil, de 4 de agosto de 1972. Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

Machado, Pedro Chióda, José Freitas, Hipólito Gonçalves, Simão Vieira, Antonio Fernandes, Henrique Vieira, André Vieira, Pedro Sirim, Luiz Cerilo, Pedro Nunes Mendonça, Aparício Antonio da Costa, Sebastião Xaves da Rosa, Izidoro Correa dos Santos, Elpídio Zeferino da Costa, Alfredo Valério, João Rodrigues, Fioravante Valério, João Lemes, Manuel Madalena, João Antonio, Eugênio José Teixeira Antonio Xaves da Rosa.⁵⁷

Isso demonstra que a população, quando ocupava esse espaço, estava atrelada ao regime de posse da terra sem ter noção da racionalidade capitalista, que estava por se estabilizar na região Oeste catarinense. Conforme o cadastro dos intrusos existentes na gleba Cafundó - Mundo Novo, em 5 de janeiro de 1953, depara-se com um número significativo de caboclos intrusados nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil.

Em levantamento realizado pela Companhia Territorial Sul Brasil, em 24 de junho de 1967, constatou-se que os trinta ocupantes relacionados, todos são de origem camponesa cabocla, seções Cafundó e Roncador.

Na sequência, a relação dos intrusos que possuem roça de mato na seção Mundo Novo e Cafundó: Placidino Vaz, Manuel A. Martins, João Antunes de Lima, Olimpio Pires, Pedro Rosa, Antonio Rodrigues, Antonio Fernandes, Simão Vieira, Clementina Morais, Ivo dos Reis, Floriano da Silva, Clemente de Matos, Feraiano Alves de Medeiros, Pedro Alves de Medeiros, Israel Auto.

Apresenta-se a nominata dos intrusos que derrubaram pinheiros na seção Mundo Novo e Cafundó: Osório Morais, Pedro Laurindo de Oliveira, Sebastião Paulos, Antonio Alves Fagundes, João Siqueira, Ângelo Siqueira, João Maria Fagundes, Manuel Gordo, Miguel Francisco, Antonio Vieira, Juventino Muniz, Clementino Morais, Laurentino Batista, Hariberto Leopoldo e Antonio da Silva.⁵⁸

Nos documentos da Companhia encontrou-se alguns nomes que se repetiam, como Simão Vieira. Aparece em dois levantamentos realizados pela companhia, um em 5 de janeiro de 1953, outro em 7 de julho de 1967. Nesses levantamentos não se conseguiu visualizar grande quantidade de intrusos em seções diferentes ou de períodos

⁵⁷ Documento de 5 de janeiro de 1953. Levantamento realizado pela Companhia Territorial Sul Brasil. Cadastro de intrusos existentes na gleba Cafundó - Mundo Novo. Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

⁵⁸ Documento da Companhia Territorial Sul Brasil, de 24 de junho de 1967. Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

diferentes. Acredita-se que o principal fator para esta análise foi a rotatividade nas terras da companhia muito grande. A mobilidade desses grupos poderia ser aprofundada no futuro.

Diversos documentos da Companhia Territorial Sul Brasil têm feito um levantamento dos caboclos em suas terras. O levantamento realizado pelo encarregado Zalmiro Medeiros de Ávila, em 14 de setembro de 1974, relaciona os ocupantes das terras da companhia nas seções Mundo Novos e Roncador, podendo se observar que a grande maioria dos ocupantes era de caboclo. Isso nos faz deduzir que essa prerrogativa não é exclusividade das seções Mundo Novo e Roncador, mas, sim, de toda a área de terra da companhia na região Oeste catarinense. Relação dos ocupantes das terras da Companhia Territorial Sul Brasil, levantamento realizado em 14 de setembro de 1974: Amador Antunes da Silva, Alvina de Castro, Luciana de Castro, Francisco da Silva, Adão Rodrigues, Matilde de Souza, João Sampaio dos Santos, Pedro Dias, Maria Benita Alves Fagundes, José Alves Fagundes, Tereza Muraro, Albino Muraro, Luiz Péres, José Sampaio dos Santos, José Antunes de Lima, Nair Lemes, Madalena Lemes, João de Oliveira, Manoel Maria de Mello, Antonio Alves dos Santos, Ildefonso Alves dos Santos, Pedro José de Matos, Antonio Zeferino da Silva, Sebastião da Silva, Adolfo Ferreira, Pedro Cirino, José Alves dos Santos, Leozir da Silva, Brasil Pedro Rodrigues, Maria João Antunes, Pedro Francisco da Silva, Claudio Fagundes, Antonio Vieira, Antonio da Silva Cavalheiro, Mario da Silva Cavalheiro, Isack da Silva Cavalheiro, Abrão da Silva Cavalheiro, João Rosa, Miguel Rosa, Pedro Rosa, Doratina Lemes da Rosa, Arcelindo Lemes da Rosa, Antonio Fernandes Vieira, Darey Ferreira, Amador Vieira, José Krovoski, José Inácio, Rosalino Gonçalves Ramos, Nildo Vedei dos Santos, Ceório Cerpa, Gabriel de Souza, Mariana da Rosa, Valdir de Assis, Jesus Mariano Alvarenga.⁵⁹

Pedro Rosa está relacionado no levantamento de 24 de junho de 1967 e também no de 14 de setembro de 1974. Por que conseguiu ficar esse período de sete anos entre um levantamento e outro nas terras da companhia? Talvez as terras que ocupava fossem sem valor comercial para a companhia, ou servia para a companhia para ser a “frente da frente”.

⁵⁹ Documento da Companhia Territorial Sul Brasil, de 14 de setembro de 1974. Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

O processo de se apoderar da terra foi excludente e criou as circunstâncias para a formação de um grupo de agricultores privado da propriedade da terra. O caboclo foi utilizado para trabalhar nas diversas atividades, como cortar erva-mate, cortar árvores, arrastar, construir balsas, serrar, abrir estradas, trabalhar na agricultura, demarcar lotes, entre outras, ao passo que os imigrantes de descendência europeia foram deslocados para outras funções. Para Zarth (2002, p. 54-55),

[...], o posseiro era um camponês que ocupava pequenas áreas e era vítima constante de expulsão à medida que avançava a fronteira agrícola. O posseiro não possuía documentos da terra que ocupava e, por isso, sofria uma série de dificuldades de toda a ordem. Quando a posse não sofria contestações, ele tinha problemas de falta de recursos financeiros para legitimá-la.

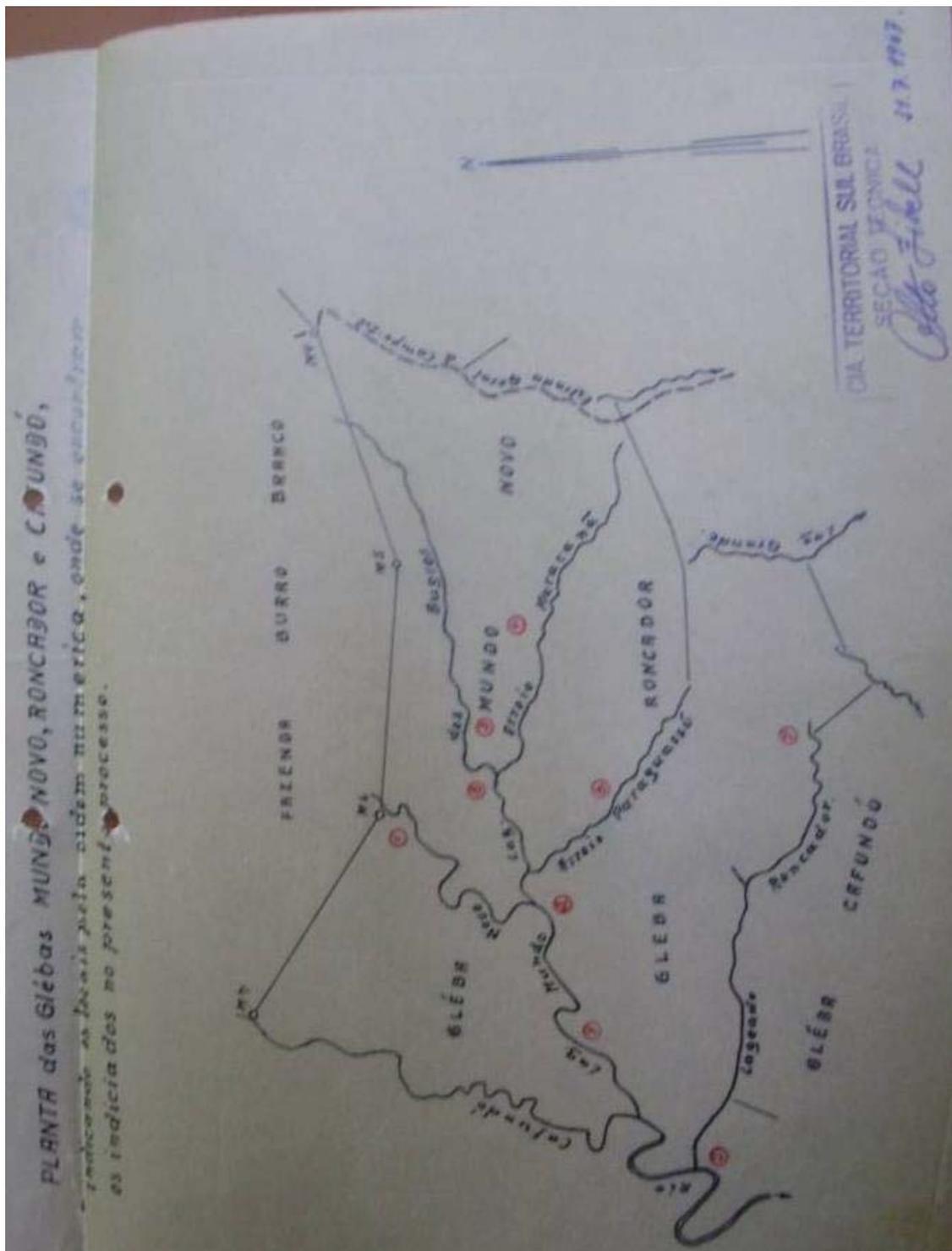
Diante da racionalidade capitalista sobre a terra, o caboclo, na condição de posseiro, comercializava seus direitos de posse da terra para o imigrante. Os caboclos se adiantavam na fronteira agrícola, mas em condições precárias, peculiar das frentes de expansão. Diante da lógica mercantil não possuía o título de propriedade, assim, dificilmente conseguia ser proprietário de uma área de terra e manter seu roçado. A Companhia Territorial Sul Brasil e as outras companhias colonizadoras que atuaram na região Oeste catarinense apregoavam a ideia de que,

[...] havia um tipo nativo na região que deveria ser expulso, pois não trabalhava, vivendo como verdadeiro parasita do que a natureza fornecia. Os colonos-camponeses, [...] viam o caboclo como sujeito atrasado ou degenerado, pois a lógica mercantil pressupõe como única forma de viver, a direcionada à acumulação de bens (WOLOSZYN, 2014, p. 6).

O caboclo via o trabalho como meio de garantir a sobrevivência. Portanto, produziam o que precisavam para se manter e para obter o que não podiam produzir. Para tanto, a presença e os costumes dos caboclos, que ocupavam, através de posse, a terra, por muito tempo foram menosprezados.

4.4 PERFORMANCE SOCIOECONÔMICA E CULTURAL DAS SEÇÕES CAFUNDÓ, RONCADOR, ARAÇÁ E SARGENTO EM 1974

A Companhia Territorial Sul Brasil buscava ter o controle das suas terras. Para tanto, realizava incursões, por intermédio de seus encarregados e mostradores de terras, a fim de verificara situação de intrusão nas suas áreas de domínio. Nesses levantamentos, a companhia incumbiu Zalmiro Medeiros de Ávila a vistoriar intrusão em suas terras. Foi incursionado nas seções de Cafundó, 24 de dezembro de 1974; Roncador, 24, 26, 27 e 29/12/1974; Araçá, não foi possível identificar o dia e o mês, 1974; Sargento, 17/06/1974. Através do mapa 9, de 31/07/1967, observa-se a disposição das seções Mundo Novo, Roncador e Cafundó.



Mapa 9: Planta das glebas Mundo Novo, Roncador e Cafundó, de 31/07/1967.
 Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

A colonização do Oeste catarinense apresentava como característica peculiar o modelo de minifúndio de estrutura agrária. A produção agrícola era diversificada, plantavam-se produtos básicos, como milho, feijão, mandioca, soja, fumo, trigo e arroz,

e criavam-se animais. O levantamento realizado pelo encarregado Zalmiro Medeiros de Ávila traz uma estimativa que revela um número elevado de intrusos que tinha como cultivo predominante o milho e o feijão. A terra era fértil e a produção, portanto, era muito boa em pedaços pequenos de terra. Isso demonstra a importância desses cultivos para a sobrevivência dos intrusos.

As condições econômicas não permitiam ter condições significativas para o agricultor/intruso comprar um pedaço de terra. Outros fatores contribuíram para a sua estagnação, como a distância dos centros maiores, a dificuldade de acesso, o baixo valor pago pelos produtos agrícolas. Assim dificultava ao agricultor/intruso acumular capital, não sendo uma prática entre o principal grupo étnico estabelecido na região oeste no período.

A alimentação era considerada grosseira, modesta, mas boa, pura, natural, sem mistura de veneno. Os caboclos tinham em sua alimentação uma forma de identificação étnica, outrora censurada pelo colonizador, ressurge então como um status étnico (RENK; SAVOLDI, 2010).

Renk (1995, p. 241) destaca a importância do milho na dieta do caboclo: “[...] no eixo do passado, há a presença do milho quebrado ou batido no pilão, a chamada quirera ou canjica, comida com carne, principalmente de porco.” Com milho eram elaborados os principais pratos da comida típica, utilizado em forma de canjica, quirera e farinha.

O grão da canjica tinha de ser especialmente escolhido, não podia ser muito mole, era socado no pilão ou no monjolo. Era também acrescentado cinza para se obter o clareamento da canjica. A farinha de beiju (biju) ou farinha cavaquinho sempre esteve presente no dia a dia do caboclo e era produzida no pilão. Quem estivesse mais bem estruturado utilizava o monjolo. O pilão ou o monjolo sempre esteve ao lado dos caboclos e dos colonos, facilitando a produção de alimentos. Quando não havia na redondeza o moinho para descascar os cereais faziam uso do pilão.

No que se refere aos alimentos com base em cereais – arroz, feijão –, bem como sua preparação e conservação, todos eram embalados em sacas ou então guardadas nas chamadas “tuias”. No caso do milho, este geralmente era guardado no galpão, ou em paióis, em espigas e, posteriormente, debulhado.

No primeiro capítulo, reportamos que o modo de vida do caboclo estava relacionado ao seu espaço de ocupação e às fronteiras constituídas. Através dos

pequenos roçados que fazia, cultivando principalmente o milho e o feijão, permitia ao caboclo fomentar os recursos existentes, buscando um equilíbrio com a natureza. Entre os alimentos processados na cozinha, destaca-se a forte presença do “virado de feijão”, caracterizado pela mistura do feijão com farinha de milho ou farinha de mandioca. Marcon (2003, p. 190) aponta que

os hábitos alimentares estavam intimamente vinculados aos produtos cultivados e também aos recursos existentes na natureza. Na região onde predominavam matas, grande parte da alimentação provinha da própria natureza, complementando os produtos básicos cultivados nos roçados: o milho, o feijão e a mandioca. Além disso, havia na região as frutas nativas, a caça e a pesca.

Salienta-se que a comida tradicional ou grosseira era feita com receitas com base daquilo que o caboclo se limitava a criar e produzir, composta de sabores e saberes da culinária dos próprios caboclos. Conforme o gráfico, o cultivo do milho e do feijão foi crucial nas seções Cafundó, Roncador, Araçá e Sargento em 1974.

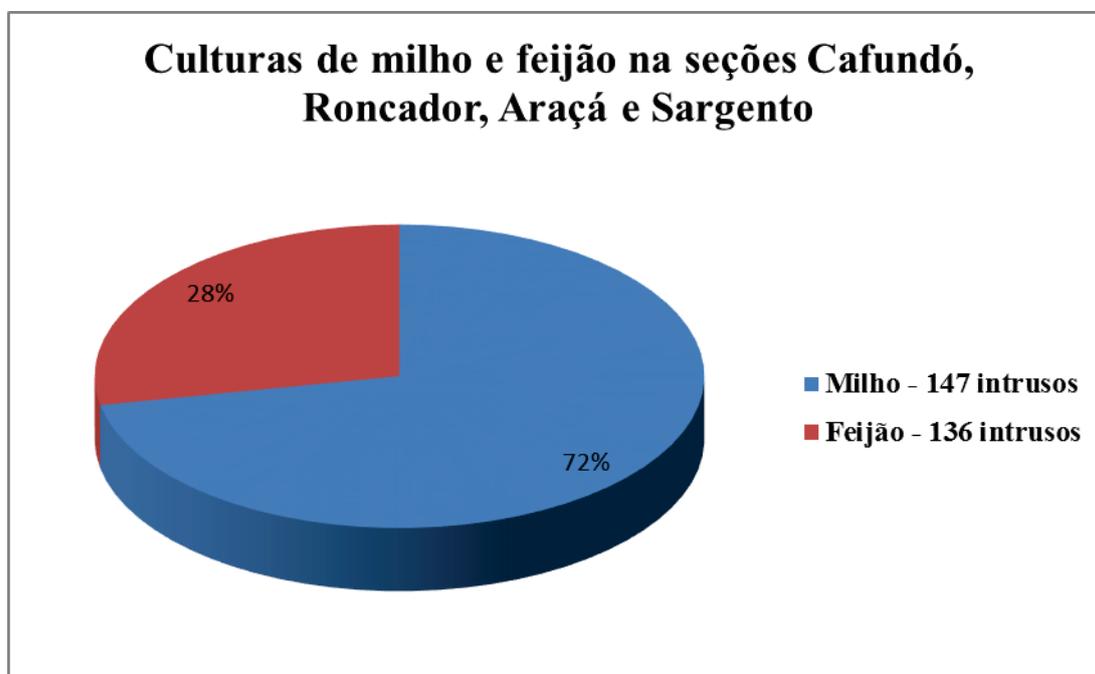


Gráfico 1: Produzido pelo autor com base no levantamento realizado em 1974 pelo encarregado da Companhia Territorial Sul Brasil, Zalmiro Medeiros de Ávila.
Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

Segundo levantamento realizado em 1974 pelo encarregado da Companhia Territorial Sul Brasil Zalmiro Medeiros de Ávila, além da forte cultura do milho e do

feijão, também, numa escala menor, produzia-se fumo, mandioca, soja, arroz e trigo. Conforme o gráfico tem-se a seguinte configuração.

O gráfico apresenta uma síntese dos dados referentes às características do cultivo introduzido pelos intrusos, demonstra que outras culturas também possuíam um espaço significativo na produção dos intrusos, é o caso da soja, que pelos dados, 58% dos intrusos tinham por hábito o seu cultivo.

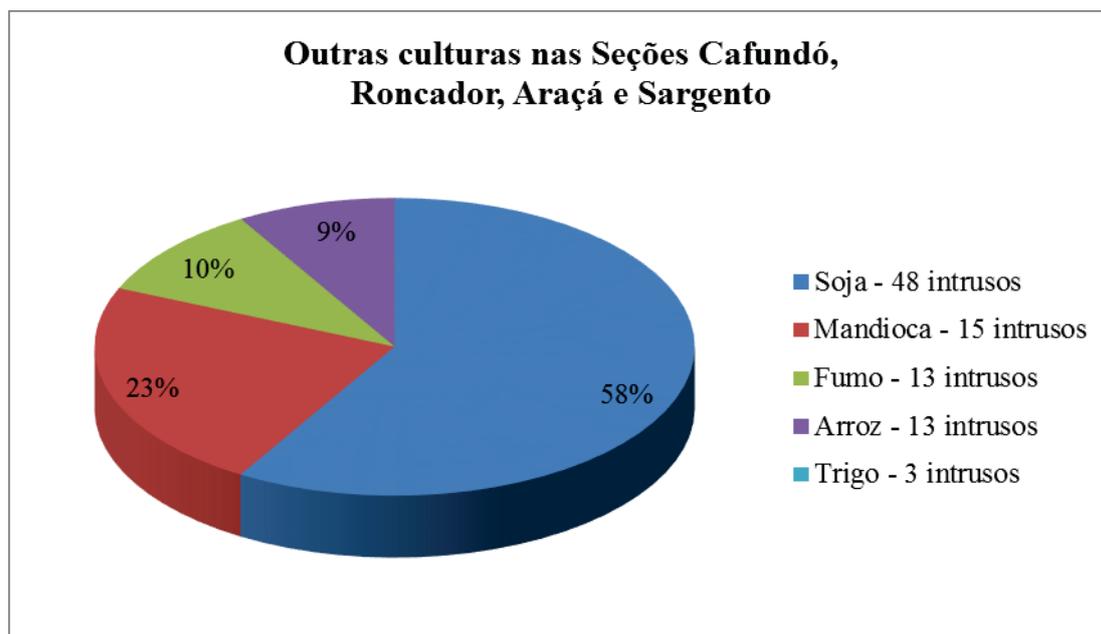


Gráfico 2: Produzido pelo autor, com base no levantamento realizado em 1974 pelo encarregado da Companhia Territorial Sul Brasil Zalmiro Medeiros de Ávila.
Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

Um meio de produção não foi mencionado pelo levantamento de 1974, a produção da erva-mate. Nesse período, a erva-mate não era explorada significativamente, provavelmente não havia uma produção sistematizada na região. E as áreas ocupadas pelos intrusos seriam irrisórias pela produção estimada. Os caboclos que ocuparam uma vasta área na região Oeste catarinense viviam semi-isolados, dedicavam-se, acima de tudo, às atividades produtivas de subsistência. Comercializavam o excedente de sua produção, ou trocavam por algum produto de sua necessidade. Além de se dedicarem à agricultura, cultivando produtos como o milho, feijão, mandioca, abóbora, entre outros, os caboclos se destacavam também no corte da erva-mate (WOLOSZYN, 2014, p. 3-4). Podemos acrescentar neste processo de produção agrícola o colono, pois passou pelas necessidades semelhantes às do caboclo.

A produção de milho, feijão, fumo, mandioca, arroz, trigo e soja não era significativa na região Oeste, por duas razões: uma, pelo tamanho pequeno da área ocupada pelos “intrusos”, a maioria ficava numa área pequena; outra, pelas condições socioeconômicas vivenciadas. Essas dificuldades, aliadas a aperto, sacrifício, carência. A produção de grãos e a criação de animais desenvolvidas por este grupo era insuficiente. Esta produção era para o sustento da família, ou para a aquisição de determinados produtos, como, sal, roupas, velas, querosene, entre outros. Enfim, as privações por eles sentidas fizeram com que encontrassem imensa dificuldade em adquirir, comprar um lote, um pedaço de terra titulado. Tendo em vista também a mobilidade dos “intrusos” que era constante nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil.

A agricultura foi elemento de agregação e de disposição do espaço de vida e de sociabilidade do imigrante na região Oeste catarinense (TEDESCO; CARON, 2013). O objetivo da sua produção nas seções é de valor de uso e não se caracteriza por valores de troca, não só os caboclos, mas também os descendentes da 2ª e 3ª geração dos imigrantes alemães, italianos e poloneses.

Nesse período não realizavam uma agricultura com o objetivo puramente econômico, mas, sim, buscando a manutenção de seu modo de vida. Mesmo os imigrantes alemães, italianos e poloneses que estavam nesse período na região Oeste catarinense, passaram pelas mesmas dificuldades dos caboclos, pois para a Companhia Territorial Sul Brasil era considerado intruso.

Na região Oeste catarinense, a produção agrícola era desenvolvida pelo trabalho familiar, ou seja, todos os membros da família participavam do processo de produção. Através do trabalho coletivo, as famílias organizavam sua produção e o consumo do que plantavam. Era no interior da família que se reproduzia o modo de vida e a força de trabalho.

Segundo o levantamento produzido pela companhia, havia um grande número de caboclos na região, como abordamos no primeiro capítulo. Esse caboclo realizava suas tarefas agrícolas através do uso da ajuda mútua, o puxirão. A participação no puxirão era espontânea, e realizada com o objetivo de executar uma tarefa de um ciclo agrícola. Segundo Poli (2002, p. 124),

O aprofundamento do processo de modernização da agricultura, a introdução mais intensiva de máquinas no processo de produção [...] e a necessidade cada vez maior de contato com o mercado, e da necessidade cada vez maior de geração de excedentes, levou o camponês a fechar-se mais em torno de seus interesses individuais, concentrando toda a sua energia na produção e na busca de acumulação. A solidariedade, muitas vezes, deu, então, lugar à concorrência.

A modernização agrícola prejudicou a permanência da solidariedade entre os camponeses. Essa modernização agrícola sinalizou um ponto negativo em relação a diminuição ou extinção da prática do puxirão. A modernização agrícola teve seu início na década de 1970 na região Oeste catarinense. Assim tivemos o início da crise da economia tradicional camponesa. Conforme Poli (2002, p. 126),

[...] a modernização agrícola destruiu as condições para a existência da solidariedade gratuita entre os camponeses e eles sentiram a perda, manifestada com um misto de nostalgia, de revolta e de resignação. A existência desse sentimento, de insatisfação e de perda, parece ter sido importante para a predisposição dos camponeses em alinhar-se a discursos críticos em relação à nova situação vivida, provocada pela modernização agrícola [...].

Os dados da tabela mostram que nas seções Cafundó, Roncador, Araçá e Sargento 149 intrusos possuíam casas, isso demonstra que a casa era significativa para o intruso, pois, segundo o levantamento produzido pela Companhia Territorial Sul Brasil, todos os intrusos, independentemente de sua etnia e seção possuíam suas casas. Isto demonstra que a casa por simples que fosse era um espaço de socialização da família. Outro fator pertinente da tabela se refere às plantações, pois todos os intrusos do levantamento possuíam algum tipo de cultivo em sua posse, o que demonstra a sua preocupação com sua subsistência, mesmo sendo em pequena escala teriam possibilidade em adquirir seus mantimentos.

Seções				
	Cafundó	Roncador	Araçá	Sargento
Casas	68 intrusos	48 intrusos	28 intrusos	5 intrusos
Plantação	68 intrusos	48 intrusos	28 intrusos	5 intrusos
Criação de animais	53 intrusos	35 intrusos	27 intrusos	4 intrusos
Não Criavam animais	15 intrusos	13 intrusos	1 intrusos	1 intrusos

Tabela 2: Elaborada pelo autor, com base no levantamento realizado em 1974 pelo encarregado da Companhia Territorial Sul Brasil, Zalmiro Medeiros de Ávila.

Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

A maioria dos intrusos das seções pesquisadas possuía animais de criação. Esta criação podia variar entre cavalos, porcos, galinha e gado, mas não era significativa. Os intrusos que não criavam animais, era em detrimento do pouco tempo de permanência nas seções, ou seja, a sua mobilidade nas terras da companhia, o que talvez trouxesse dificuldade para ter um número considerado de animais.

Segundo Renk e Savoldi (2010, p. 3): “Na culinária cabocla sempre merece destaque o uso da banha suína, por ser de melhor qualidade e auxiliar o paladar [...]. O uso do torresmo e da banha de porco é sempre lembrado e, muitas vezes, utilizado, por ‘dar gosto à comida’ [...]”. Para facilitar a conservação da carne, os caboclos tinham por costume colocar a carne já frita na banha de porco. Outro meio de conservar a carne era a produção de salame.

Os caboclos utilizavam a carne de gado para a produção de salame e também para a produção do charque, pois muitos deles tinham suas origens no Rio Grande do Sul. Quanto ao excedente da carne bovina, era distribuído entre os vizinhos e estes quando abatiam o gado retribuía ou era aproveitado na produção de salame.

A variável dos intrusos que não criavam animais no período do levantamento pode ser entendida, pois os intrusos estavam há pouco tempo nas seções ou na região Oeste catarinense quando foi realizado o levantamento pela companhia.

Se fôssemos fazer um levantamento da temporalidade da ocupação da região Oeste catarinense nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil no período de 1974,

ano do levantamento, levando em consideração as seções Cafundó, Roncador Araçá e Sargento, vamos perceber que a incursão de intrusos nas terras da companhia ainda estava muito presente, pois até cinco anos de ocupação nas seções Cafundó, Roncador, Araçá e Sargento, tivemos 115 intrusos entre as etnias cabocla, alemã, italiana, e polonesa.

A temporalidade realmente era considerada um problema para a Companhia Territorial Sul Brasil? Não era o tempo de ocupação que estava em jogo. Para a companhia, um intruso estando um, cinco, dez ou mais anos não era relevante, mas o fato de os caboclos e dos colonos não possuírem a titulação de posse da terra poderia, sim, ser um problema, quando esta fosse questionada.

A temporalidade nessas seções da Companhia Territorial Sul Brasil demonstra que havia uma rotatividade muito grande, acredita-se que essa conjuntura possa ser considerada para a grande totalidade das terras da companhia.

Temporalidade	Seções			
	Cafundó	Roncador	Araçá	Sargento
Até 6 meses	19 intrusos	12 intrusos	2 intrusos	1 intruso
11 meses	_____	1 intruso	_____	_____
1 ano	11 intrusos	6 intrusos	3 intrusos	1 intruso
2 anos	8 intrusos	9 intrusos	4 intrusos	1 intruso
3 anos	6 intrusos	5 intrusos	3 intrusos	_____
4 anos	6 intrusos	5 intrusos	1 intruso	_____
5 anos	4 intrusos	3 intrusos	4 intrusos	_____
6 anos	4 intrusos	3 intrusos	1 intruso	_____
7 anos	3 intrusos	2 intrusos	1 intruso	_____
8 anos	2 intrusos	_____	1 intruso	1 intruso

9 anos	3 intrusos	_____	2 intrusos	_____
10 anos	1 intruso	1 intruso	1 intruso	_____
11 anos	1 intruso	_____	_____	_____
13 anos	_____	_____	_____	1 intruso
18 anos	_____	_____	1 intruso	_____
20 anos	_____	1 intruso	1 intruso	_____
36 anos	_____	_____	1 intruso	_____

Tabela 3: Elaborada pelo autor, com base no levantamento realizado em 1974 pelo encarregado da Companhia Territorial Sul Brasil Zalmiro Medeiros de Ávila.

Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

Essa rotatividade de intrusos nas terras da companhia poderia ter como pressuposto os despejos, a dificuldade em se adaptar ao local, conflitos com outros “intrusos”, a dificuldade na acessibilidade e o hábito cultural do caboclo, que não se fixava a um determinado lugar. A posse da terra era a perspectiva de suprir suas necessidades básicas. O oeste de Santa Catarina foi a última região a ser colonizada. Um dos fatores que impulsionou o deslocamento populacional para a região foi a atuação das companhias colonizadoras no Rio Grande do Sul, que proporcionou a vinda de grande leva de caboclos à região oeste catarinense, fazendo com que os caboclos perdessem o direito da posse da terra. Os caboclos vieram à região muito antes dos migrantes de origem alemã, italiana e polonesa, principalmente da segunda e terceira geração.

A escassez e o alto valor comercial da terra foi outro fator de migração desses grupos, que almejavam ter a possibilidade de tomar posse de uma propriedade de terra.

Se analisarmos a configuração das etnias nas seções Cafundó, Roncador, Araçá e Sargento, no período de 1974, conforme levantamento realizado pela Companhia Territorial Sul Brasil, percebemos que 58% dos intrusos nesse período eram caboclos. Isso demonstra que não só nessas seções os caboclos eram predominantes, mas também nas demais seções da Companhia Territorial Sul Brasil, constituído no maior grupo étnico.

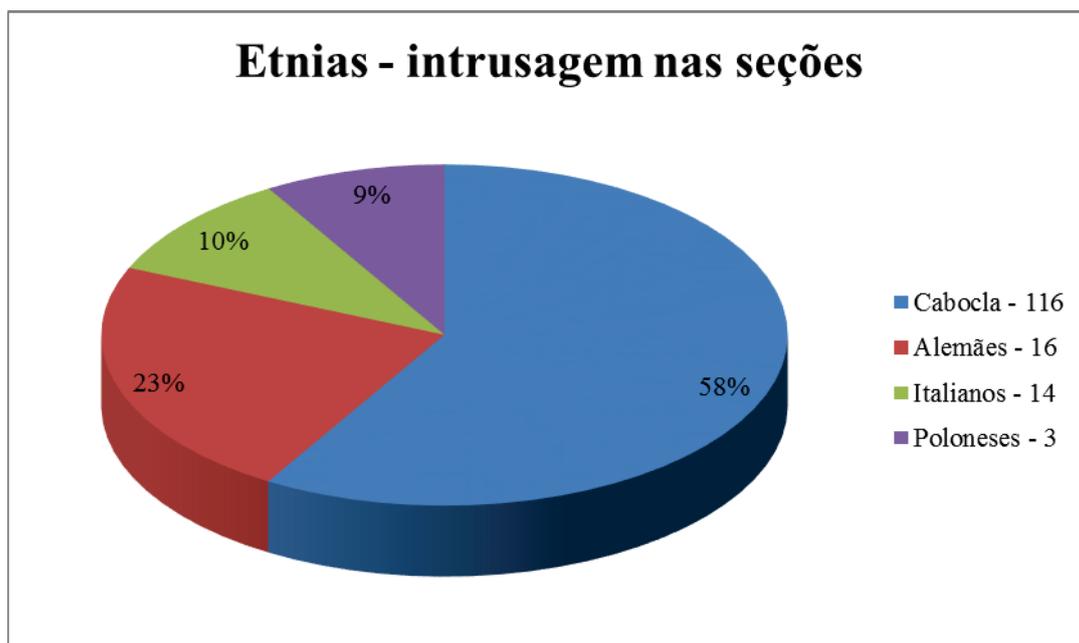


Gráfico 3: Produzido pelo autor, com base no levantamento realizado em 1974 pelo encarregado da Companhia Territorial Sul Brasil Zalmiro Medeiros de Ávila.

Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

Percebe-se também que não era só o caboclo que era “intruso”, mas havia o colono, alemães, italianos e poloneses, que estimam um cifra de 42% dos intrusos nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil nas seções de Cafundó, Roncador, Araçá e Sargento.

Isso demonstra que a ocupação dos colonos era significativa na década de 1970, ou seja, são 149 famílias intrusas nessas seções. O “problema de intrusagem” ainda estava presente no rol das inquietações da companhia.

Nas seções que fora realizado o levantamento pela Companhia Territorial Sul Brasil em 1974, havia apenas 11 intrusos que possuíam cadastro no INCRA. A não inscrição no INCRA pode ter como hipótese a ausência de atuação do órgão na região Oeste catarinense e até a falta de interesse ou de conhecimento para fazer um possível cadastro. A partir do levantamento é possível perceber que o número de 138 intrusos é bastante expressivo, isso levando em consideração que independe aqui da etnia do intruso (caboclo, alemã, italiana ou polonesa).

Percebe-se pelos dados que os intrusos possuíam interesse na compra das terras que estavam de posse. Nessa investigação, 133 possuíam interesse na compra, e que se consolidaria em 1975. A maioria deles pagaria pelas terras com a safra de 1975.

Um pequeno número de intrusos não possuía interesse na compra da terra, acredita-se que estariam apenas de passagem pela região, a partir da chegada das companhias colonizadoras e ao intimarem-nos em adquirir a terra onde estariam de posse, retiravam-se para outro local.

Seções				
	Cafundó	Roncador	Araçá	Sargento
Possuiu cadastro no INCRA	6 intrusos	3 intrusos	1 intruso	1 intruso
Não possuiu cadastro no INCRA	62 intrusos	45 intrusos	27 intrusos	4 intrusos
Interesse na compra da terra	58 intrusos	42 intrusos	28 intrusos	5 intrusos
Não tinha interesse na compra da terra	8 intrusos	2 intrusos	_____	_____

Tabela 4: Elaborada pelo autor, com base no levantamento realizado em 1974 pelo encarregado da Companhia Territorial Sul Brasil Zalmiro Medeiros de Ávila.

Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

No primeiro capítulo trabalhou-se a visão que o caboclo tinha da terra, uma maneira diferente, segundo eles posse da terra era provisória e o objetivo era suprir suas necessidades.

O acesso da terra ou a perda dessa, por parte do caboclo, resultou na sua ilegitimação. A quantidade de hectares que os intrusos possuíam no período do levantamento se relaciona à sua estruturação. Poli (2002, p. 134-135) ressalta que

[...] uma vez estabelecido num pedaço de terra no qual estruturava, a seu modo uma nova unidade camponesa de produção, na qual cada planta, cada construção, cada pedaço tinha um significado próprio, e a partir a qual estabelecia relações com seu grupo vizinhos, relativamente fixo, e participava de uma comunidade onde era reconhecido e valorizado como pessoa, única e ‘pessoal’ [...], o camponês resistia à ideia de abandoná-la, vendê-la ou trocá-la por outra propriedade qualquer.

O pedaço de terra para o intruso significava uma estruturação de seu modo de vida nesse período que foi feito o levantamento (1974). Por menor que fosse, para ele tinha um significado peculiar. Ele iria resistir sempre ao abandonar a sua posse de terra.

A quantidade de hectares que os intrusos possuíam em 1974, nas seções Cafundó, Roncador, Araçá e Sargento, não era significativa, pois ficava, em média, 8 hectares.

Num pequeno “espaço de terra”, “posse de terra”, o intruso buscava tirar o seu sustento. Quando foi elaborado o quadro, tiveram-se por base os dados do levantamento de 1974. Acreditou-se que seria interessante ter uma noção da quantidade de hectares que cada “intruso” possuía nas seções, isso daria uma prévia da ocupação espacial deles. Isso possibilitou ter um entendimento da variedade do plantio, da criação dos animais, ou até mesmo a sua condição social em conseguir conduzir e controlar a sua posse.

Os hectares ocupados pelos intrusos nessas seções eram significativos? Na seção Cafundó, a área ocupada pelos eles representava 216 hectares. Computaram-se 29 deles não tinham registro de quantos hectares possuíam.

Na seção Roncador, a área ocupada pelos intrusos representava 232 hectares, destes dois não tinham registro de quantos hectares possuíam. A seção Sargento possuía uma área de 67.239.980,00 m², (6.724 hectares). Os intrusos dessa seção ocupavam 42 hectares.

A seção Araçá possuía uma área de 1.710.000,00 m², (171,0 hectares). Os intrusos dessa seção ocupavam 55 hectares, sendo três que não tinham registro de quantos hectares possuíam.

A área ocupada por esses elementos nas seções, pelo tamanho da área de cada uma, não significativa muito, pois a área, quase sempre, era de menor valor comercial, era um espaço de difícil acesso e bastante dobrado.

Hectares por seção	Seções			
	Cafundó	Roncador	Araçá	Sargento
1 hectare	1 intruso	_____	11 intrusos	_____
2 hectares	5 intrusos	10 intrusos	6 intrusos	_____
3 hectares	3 intrusos	6 intrusos	4 intrusos	1 intruso
4 hectares	7 intrusos	5 intrusos	1 intruso	1 intruso
5 hectares	13 intrusos	14 intrusos	2 intrusos	_____
6 hectares	_____	4 intrusos	1 intruso	1 intruso

7 hectares	1 intruso	2 intrusos	_____	_____
8 hectares	5 intrusos	3 intrusos	_____	1 intruso
9 hectares	1 intruso	1 intrusos	_____	_____
10 hectares	2 intrusos	1 intruso	_____	1 intruso
11 hectares	_____	_____	_____	1 intruso
12 hectares	_____	_____	_____	_____
13 hectares	1 intruso	_____	_____	_____
14 hectares	14 intrusos	_____	_____	_____
23 hectares	_____	1 intruso	_____	_____
Não há registro no levantamento	29 intrusos	2 intrusos	3 intrusos	_____

Tabela 5: Elaborada pelo autor, com base no levantamento realizado em 1974 pelo encarregado da Companhia Territorial Sul Brasil Zalmiro Medeiros de Ávila.

Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

A propriedade da terra desempenhou uma condição fundamental para a construção de uma unificação de produção, à medida que se reproduzia na família as condições que o intruso viabilizava. O que os caboclos desejavam da propriedade de terra, para Poli (2002, p. 134), “[...] era a produção das condições de sobrevivência e reprodução da família e não a renda da terra, o lucro ou a acumulação de capital [...]”. O intruso almejava ser um proprietário, pois a propriedade poderia lhe trazer emancipação, demonstrando ter um valor na condição de ter posse.

O acesso à propriedade possibilitaria o seu desenvolvimento e criaria um horizonte de fixação a um determinado local, com o intuito de construir seu modo de vida e estreitar vínculos com os grupos sociais já estabelecidos. A quantidade de hectares que os intrusos nas seções Cafundó, Roncador, Araçá e Sargento objetivavam, estava muito relacionado à sua situação e condição em cada seção que era considerado intruso. Pelo levantamento realizado em 1974 pelo encarregado Zalmiro Medeiros de Ávila, havia interesse na compra do lote de terra, alguns com um hectare, outros até vinte hectares, mas na sua quase totalidade pagariam por esses lotes com a safra de 1975. Isso demonstra que eles não possuíam uma condição socioeconômica privilegiada, mas de privações.

Dos intrusos de Cafundó, Roncador, Araçá e Sargento, quarenta tinham interesse de comprar até seis hectares. Não havia estimativa de adquirir uma grande área, mas apenas alguns que pudessem dar o sustento a sua família, e deixar a condição de intruso, que lhe traria um pouco de “tranquilidade”.

A maior dificuldade dos intrusos nas seções em adquirir uma área de terra e possuir uma titulação era em razão da sua condição econômica. Tanto o caboclo ou o colono, o principal fator tido como obstáculo era a sua “condição de pobreza”.

Hectares de interesse de Compra	Seções			
	Cafundó	Roncador	Araçá	Sargento
1 hectare	_____	1 intruso	3 intrusos	_____
2 hectares	1 intruso	1 intruso	6 intrusos	_____
3 hectares	3 intrusos	1 intruso	7 intrusos	1 intruso
4 hectares	1 intruso	_____	5 intrusos	1 intruso
5 hectares	3 intrusos	4 intrusos	4 intrusos	_____
6 hectares	1 intruso	2 intrusos	1 intruso	1 intruso
7 hectares	_____	_____	_____	_____
8 hectares	_____	3 intrusos	_____	_____
9 hectares	1 intruso	_____	_____	_____
10 hectares	2 intrusos	1 intruso	_____	1 intruso
11 hectares	_____	_____	_____	_____
12 hectares	_____	1 intruso	_____	_____
13 hectares	1 intruso	_____	_____	_____
14 hectares	2 intrusos	_____	_____	_____
20 hectares	1 intruso	_____	_____	_____
Não há registro no levantamento	52 intrusos	34 intrusos	1 intruso	1 intruso

Tabela 6: Elaborada pelo autor, com base no levantamento realizado em 1974 pelo encarregado da Companhia Territorial Sul Brasil Zalmiro Medeiros de Ávila.

Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

O encarregado Zalmiro Medeiros de Ávila, em 30 de dezembro de 1974, ao término do trabalho que resultou no levantamento e cadastramento dos intrusos das terras da Companhia Territorial Sul Brasil, chega à seguinte conclusão: “Que existem muitos que têm possibilidades para comprar, só não tendo feito, porque á firme crença de que o INCRA é quem vai fazer venda da terra”. Haveria nesse período boatos que o prefeito de Campo Erê adverte para não comprar os lotes de terras da companhia, pois se assim fizeram não vão obter a escritura desses lotes. O prefeito alega que a companhia está com débitos (impostos) com a prefeitura. Percebe-se que há um conflito entre a prefeitura de Campo Erê e a Companhia Territorial Sul Brasil.

Outro fator pertinente sobre as conclusões do encarregado foi a necessidade, em caráter de urgência, que a companhia convocasse uma reunião com os intrusos, estando presente um funcionário do INCRA e da Companhia Territorial Sul Brasil para prestarem esclarecimento. Zalmiro Medeiros de Ávila recomenda que se faça o contrato de compra e venda dos lotes de terras com os possíveis interessados. Outra recomendação está relacionada a “fazer assinar”, ou seja, forçar a assinatura de “compromisso em desocupar” os lotes que estão intrusados. Pelo levantamento e as conclusões que o encarregado chegou, 60% dos intrusos não teriam condições de adquirir a compra desses lotes da companhia. Essa cifra demonstra a dificuldade para eles, o que seria quase inevitável pelas práticas adotadas da companhia, o despejo.

A venda da terra ao “colono” poderia ser dificultada pelo fato de que estaria completamente “devassada” e muito “inçada” com ervas daninhas. Zalmiro Medeiros de Ávila recomenda, por ocasião da venda dos lotes aos ocupantes, a presença de um agrimensor, mediando e demarcando a parte dos lotes que cada intruso ocupa, chamados de sítios. A última recomendação do encarregado Zalmiro Medeiros de Ávila sobre o levantamento de 1974, e considerando ponto essencial para a realização de um possível negócio, é a doação de um terreno solicitado pelo vigário da paróquia de Campo Erê, para a construção de uma igreja no local, demonstrando, assim, a “legítima propriedade da companhia e boa vontade no caso”. No decorrer da pesquisa encontramos dois “intrusos”, da seção Araçá, onde vamos relatar suas histórias.

A família Rintzel veio de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul para Santa Catarina no ano de 1956. O motivo da saída era muito “perisera não tinha como trabalhar lá”, ou seja, uma terra com bastante pedras e dobrada. O pai de Adolfo Rintzel

ficou sabendo das terras da região Oeste catarinense através de conhecidos que já estavam estabelecidos na região. Primeiramente a família ficou agregada em outras terras na comunidade de Lageado Couro e Pedra Furada, depois deslocaram-se para a terra da companhia na seção Araçá. Adolfo comenta que essa região no período que a família chegou “era puro mato, terra devastada tinha pouco, aquela época”. Lembra que a família passou muitas privações pela dificuldade de locomoção para se deslocar para a cidade com carroça de burro ou a cavalo. Adolfo ficou um ano morando com a família até ocupar uma área na seção Araçá.

Adolfo Rintzel ocupava a colônia de número 210, na seção Araçá, na parte norte, com seis hectares de terra. No período do levantamento possuía dois moradores com uma casa e chiqueiro em estado regular. Cultivava milho e soja, possuía um burro, dois suínos e galinhas. No período do levantamento em 1974, ocupava a área por um período de um ano, chegando nessa colônia em 1973. Não possuía cadastro no INCRA, mas havia interesse em comprar dez hectares de terra com a safra de 1975.

Nesse sítio ocupado por Adolfo produziam milho, feijão, soja numa área de seis hectares, o excedente da produção era transportado de carroça, a cavalo e comercializado na cidade por produtos que a família necessitava. No sítio possuía uma criação de porcos, galinhas, bois, vacas de leite, “só pro gasto”. Adolfo relata que as pessoas que viviam no mesmo período na seção Araçá passaram pelas mesmas provações, alguns com mais dificuldades, outros com menos. Adolfo morou no início em uma casa de taquara, casa de chão batido, era comum entre outros moradores da seção. Comprou o sítio, o direito da posse de João Mata pagando um valor de 15 cruzeiros, isso se constituía numa prática comum entre as pessoas que ocupavam esses locais. Adolfo e os moradores da seção no período do levantamento (1974) tinham noção de que eram “intrusos”, que ocupavam terras da companhia, enquanto a companhia não requeria a posse da terra, “davam graças a Deus que estavam colocados ali”, “estavam ali por precisavam sobreviver”. Segundo Adolfo, o hectare de terra valia em média cem cruzeiros, mas a compra da terra não era efetivada por não possuíam capitais para comprá-la. Este talvez tivesse sido o principal motivo de não efetuarem a compra de um lote de terra. Quando a terra foi efetivamente comprada, os “intrusos” retiraram-se do local, mas cobraram sobre seus “direitos de posse”. Quando Adolfo saiu dessa posse, trabalhou como agregado e posteriormente adquiriu um lote de terra,

saindo da condição de “intruso”, relembra com satisfação o fato de conseguir efetivar a compra e poder “morar sossegado, pelo menos lá ninguém me incomodava”.

COLÔNIA Nº 210 SEÇÃO: Araçá PARTE: Norte HA: 6
 MORADOR: Adolfo Rintzel e Arnildo Rintzel
 QUALIFICAÇÃO: 2 moradores
 Nº DE DEPENDENTES: 5
 CONSTRUIU BENFEITORIAS:
 casa galpão chiqueiro outras
 TIPO DE CONSTRUÇÃO:
 boa regular ruim
 PLANTAÇÃO
 SIM NÃO
 QUAL O TIPO DE CULTURA: milho e soja
 POSSUI CRIAÇÃO:
 SIM NÃO
 TIPOS E QUANTIDADE: 1 burro, 2 suínos e galinhas
 PRODUÇÃO ESTIMATIVA: milho
 TEMPO DE OCUPAÇÃO Dias Meses: Anos
 CADASTRADO NO INCRA: SIM NÃO
 ESTÁ INTERESSADO NA COMPRA SIM NÃO
 QUANTOS HA: 10 QUANDO: ano que vem
 POSSUI MADEIRA: Sim Não
 QUAIS: CEDRO LOURO PINHO OUTROS TIPOS
 QUANTIDADES:
 CONSIDERAÇÕES GERAIS: x Adolfo Rintzel

Ilustração 11: Levantamento realizado em 1974 pelo encarregado da Companhia Territorial Sul Brasil, Zalmiro Medeiros de Ávila na seção Araçá.

Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

Outra história a ser relatada é de Gregório Nunes Machado, que nasceu em Pinhalzinho-SC em 1940. Os pais de Gregório são de Soledade-RS e pelas dificuldades que passavam, vieram para o oeste catarinense, passando por Pinhalzinho, Modelo, Bom Jesus do Oeste, Maravilha, enfim, a família Machado morou em várias cidades próximas uma da outra. Quando Gregório constituiu família, morou em Maravilha, trabalhando numa serraria. Antes de chegar à seção Araçá, Gregório morou em vários sítios, como em Água Para Maravilha. Antes de sair, vendeu o direito pela posse de terra. A venda do sítio poderia ser por dinheiro ou até oferecido no negócio um cavalo.

Gregório Nunes Machado chegou em 1965, ocupando a colônia de número 210, na seção Araçá, na parte oeste, com um hectare de terra. No período do levantamento possuía oito dependentes, com uma casa em estado regular. Cultivava milho, feijão e soja e uma vaca de criação. No período do levantamento, 1974, ocupava a área por um período de nove anos, chegando nessa colônia em 1965. Não possuía cadastro no INCRA, mas havia interesse em comprar dois hectares de terra com a safra de 1975. Gregório relembra, com um hectare de posse não era suficiente para sustentar a família, onde “fazia uns canterinho de pranta e não dava pro gasto”, quem fazia a roça era a mulher, quando dava uma “folga”, ajudava nos afazeres do sítio. Plantava, mandioca, feijão, milho, mas para o sustento da família, pois não havia terra para uma produção maior. Para sustentar a família, Gregório tinha que fazer “bico”, trabalhava como diarista. O trabalho desempenhado era “roçar mato, derrubar mato, capoeira, serviço que aparecia”. Lembra que havia muitos que faziam esse tipo de atividade, assim, tinha que negociar o valor com quem empreitava o serviço, ou outra pessoa fazia por um preço menor, ficando sem o serviço.

As pessoas que moraram no período de Gregório na seção Araçá, passavam pelas mesmas dificuldades, “aperto”. Nos momentos que estavam trabalhando, por exemplo, em dias de chuva, os moradores se reuniam e lamentavam por não estar “perdendo o dia de trabalho, para ganhar um troquinho, pra comprar comida pras crianças”. A compra dos mantimentos era efetuada na cidade, mas havia dificuldade no acesso, que era realizado nos “trilho, pique, carrero”.

Gregório relata que a companhia tinha ciência de que estava como intruso no local, mas, segundo ele, a companhia não fazia proposta de compra, pois era sabedora do estado de dificuldade que passavam na seção Araçá. Havia vontade, interesse em

adquirir um pedaço de terra, mas dificuldade financeira era o grande empecilho para a efetivação de um possível negócio.

COLONIA Nº 210 SECCÃO: Araçá PARTE: Veste HA: 1

MORADOR: Gregório Nunes Machado

QUALIFICAÇÃO:

Nº DE DEPENDENTES: 8

CONSTRUIU BENFEITORIAS:

casa galpão chiqueiro outras

TIPO DE CONSTRUÇÃO:

boa regular ruim

PLANTAÇÃO

SIM NÃO

QUAL O TIPO DE CULTURA: milho, feijão, soja

POSSUI CRIAÇÃO:

SIM NÃO

TIPOS E QUANTIDADE: 1 vaca

PRODUÇÃO ESTIMATIVA: Plantação

TEMPO DE OCUPAÇÃO

Dias Meses Anos

CADASTRADO NO INCRA:

SIM NÃO

ESTÁ INTERESSADO NA COMPRA

SIM NÃO

QUANTOS HA: 2 QUANDO: após de 1925

POSSUI MADEIRA:

Sim Não

QUAIS:

CEDRO LOURO PINHO OUTROS TIPOS

QUANTIDADES:

CONSIDERAÇÕES GERAIS: Gregório e P. Machado

Ilustração 12: Levantamento realizado em 1974 pelo encarregado da Companhia Territorial Sul Brasil, Zalmiro Medeiros de Ávila, na seção Araçá.

Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

4.5 A DESINTRUSAGEM NAS TERRAS DA COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL

A Companhia Territorial Sul Brasil possuía o hábito de realizar em seus registros despesas referentes à “desintrusão”. Desintrusão era o termo utilizado nos registros da companhia para a realização de levantamentos e de limpeza dos possíveis intrusos que poderiam estar ocupando suas terras. A companhia mantinha um rígido controle de suas despesas em livros, onde continham informações bem detalhadas.

Com o termo utilizado pela companhia “Despesas de desintrusão”, foram pagos no mês de dezembro de 1956 a Avelino Mariano de Freitas a quantia de CR\$1.000,00, conforme o recibo 56/321. Também no mesmo mês de dezembro de 1956, Vitorino Sales Fagundes recebeu o valor de C\$ 600,00, conforme o recibo 56/323, pelos serviços de desintrusão prestados à companhia.⁶⁰

A prática das “despesas de desintrusão” era comum na Companhia Territorial Sul Brasil. Em outro documento da companhia, Zalmiro Medeiros de Ávila recebeu por serviços prestados durante o mês de maio de 1960, conforme recibo 60/150, o valor de C\$ 1.500,00. Outro encarregado da companhia Avelino Mariano de Freitas recebeu o valor, conforme o recibo 60/151, de C\$ 1.000,00. Vitorino Sales Fagundes recebeu o valor de C\$ 600,00, conforme o recibo 60/152, pelos serviços prestados sobre a desintrusão nas terras da companhia.⁶¹

O advogado Pachoal Apóstolo foi um dos principais advogados que representava a Companhia Territorial Sul Brasil. Em documento datado de 11 de dezembro de 1968, o advogado recebeu da companhia o valor de NCR\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros novos), conforme contrato firmado em 22 e outubro de 1968. Os honorários referem-se ao valor pago pela companhia para a ação de despejo de intrusos – Clemente de Souza,

⁶⁰Documento da Companhia Territorial Sul Brasil, dezembro de 1956. Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

⁶¹Documento da Companhia Territorial Sul Brasil, maio de 1960. Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

Horácio de Paula e Sebastião Ramos, que ocupavam as terras da companhia localizadas na gleba Mundo Novo, no município de Campo Erê, na zona de reflorestamento.⁶²

O advogado da Companhia Territorial Sul Brasil Paschoal Apóstolo, em documento enviado à companhia em 7 de dezembro de 1968, questiona a postura da companhia em relação aos honorários que deveria receber mediante os serviços prestados em ação de reintegração de posse movida na Comarca de São Lourenço do Oeste-SC. O advogado Paschoal Apóstolo menciona em documento fls. 2, que

[...] trouxe para a Companhia um resultado econômico incalculável, de vez que liberou uma área considerável de sua propriedade, da nefasta presença de intrusos, que residem há tempo, evitando até que os mesmos intentassem aquilo que lhes assistia por direito constitucional, qual seja o do instituto do usucapião. Acresce ainda que esta medida foi intentada com o resultado positivo numa época de transição política do país, onde, o Governo central se orienta no sentido de obstar os latifundiários, e proteger a posse daqueles que se fixarem na terra, da qual tirem o seu sustento e a tornara produtiva, tudo isso se espelhando na política de reforma Agrária. Ainda mais foram arrostados interesses regionais de políticos situacionistas, que encontrariam, se assim o desejassem, guarida perante o Poder Central, para a proteção dos referidos despejados, pois que, todos eleitores, de uma forma ou de outra, cor a atitude judicial imposta contra êles, ficou a mesma lei política da situação, prejudicada. Ainda mais, deve-se acrescentar que, na continuação do despejo dos que foram parte integrante da lide a manu militari⁶³, foram despejados mais de VINTE FAMILIAS, cuja relação, se encontra em minhas mãos, e que são: [...].⁶⁴

O advogado Paschoal Apóstolo, faz ainda um relato dos seus serviços prestados à companhia, pois suas ações em defesa desta trouxeram significativas divisas, conseguindo expropriar uma área considerada de uma “nefasta presença de intrusos”. Menciona o advogado que o “governo central” procura proteger a posse da terra dos que se fixarem nela, salientando o interesse de políticos da região que se desejassem teria conexão ao governo central para solicitar proteção aos despejados.

Relação dos intrusos despejados: Antonio Ramos, João Maria Alves Fagundes, Jovino Antunes Nascimento, Pedro Olivio Dias, Pedro Pereira de Souza, Euclides Costa, Calante Zanela, Clemente de Souza, Albino Zéca, João Maria Mariano, Marcolino Ferreira, Abrão Fortes dos Santos, Francisco Pereira Vaz, José Pedro

⁶² Documento de 11 de dezembro de 1968, entre a Companhia Territorial Sul Brasil e Paschoal Apóstolo. Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

⁶³ Lide a manu militari, refere-se à execução de ordem da autoridade, com o emprego da força armada.

⁶⁴ Documento da Companhia Territorial Sul Brasil, de 7 de dezembro de 1968. Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

Moreira, Dorival de Lima, João Francisco da Rosa, José Maria Bueno de Camargo, Napoleão Moraes, Gildo Raberro, Osório Moraes, Fidêncio de Lima.⁶⁵

O advogado faz menção que seus serviços profissionais trouxeram à companhia um “resultado econômico incalculável”, uma vez que conseguiu liberar uma grande área de terra da “nefasta presença de intrusos” que residiam há muito tempo. O advogado menciona também que os intrusos não possuíam o entendimento do que “lhes assistia” por direito constitucional, ou seja, do “instituto do usucapião”. Acrescenta ainda que essa medida foi “intentada com resultado positivo”, num período de transição política do país, onde o governo orienta dificultar os latifúndios e, sim, proteger a “posse daqueles que se fixam na terra, da qual tira seu sustento”, e tornando-a produtiva, colocando, assim, na política da reforma agrária. O advogado ainda ressalta que formam “arrostados interesses regionais de políticos situacionistas”, que encontrariam apoio se assim o desejassem, e guarida perante o poder central, para a proteção dos referidos despejados, pois que, todos eleitores, de uma forma ou de outra, cor a títulos judiciais imposta contra eles, ficou a mesma lei política da situação prejudicada. Acrescenta o advogado que na constituição do despejo dos que foram parte integrante da lide a *manu militari*, foram despejados mais de vinte famílias.

O advogado da Companhia Territorial Sul Brasil, Paschoal Apostolo, em documento de 14 de maio de 1969, comunica à companhia de que o intruso José Marques Barbosa, que segundo o advogado estava praticando esbulho nas terras da companhia, foi sentenciado à expedição de mandado liminar de posse.

Levo ao conhecimento do distinto amigo que a ação de reintegração de posse em que é autora a CIA. TER. SUL BRASIL e réu o Sr. José Marques Barbosa, referente o esbulho que este pratica nas terras da Companhia, ha audiência de justificação prévia, por sentença, determinou o Exmo. Sr. Dr. A expedição do mandado liminar de posse. O Sr. Oficial de Justiça já esteve, dias atrás, na secção Anta Gorda, Município de Pinhalzinho, provendo a Autora na posse de suas terras, havendo o réu sido despejado [...].⁶⁶

Através desse documento de 4 de outubro de 1968, a Companhia Territorial Sul Brasil tinha por hábito fazer os considerados intrusos assinar um termo de compromisso

⁶⁵ Documento da Companhia Territorial Sul Brasil, de 7 de dezembro de 1968. Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

⁶⁶ Documento da Companhia Territorial Sul Brasil, de 14 de maio de 1969. Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

de retirada de suas terras. Segundo o termo de compromisso, o intruso teria um prazo de quarenta dias para se retirar das terras. Assim reza o termo e compromisso:

Pelo presente termo eu abaixo assinado declaro que assumo o formal compromisso de em dezocupar as Terras de propriedade da Companhia Ter. Sul Brasil no prazo de 40 dias a constar desta data, retirando minhas benfeitorias existentes [...], e colher as minhas plantas já feitas; assinado e presente de minha livre e espontânea vontade, sem coação afirma do que com fé e assino; Mundo Novo 4 de outubro de 1968.⁶⁷

A desintração nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil estava muito presente, pelo que se pode observar pelos vários documentos apresentados. A companhia teve muito “trabalho” quanto a permanência e a retirada dos intrusos de suas terras. A contratação de pessoas de sua confiança para efetuar os levantamentos dos intrusos nas várias seções que comparta suas terras e também a contratação de advogados para requerer os “direitos da companhia” foi muito significativa.

A Companhia Territorial Sul Brasil teve muitos “problemas” com a questão da desintração em suas terras. Quais foram as seções que mais sofre com os despejos? Essa situação foi decorrente em toda a extensão das terras da companhia, mas o local de maior ênfase foi a gleba Mundo Novo, um dos principais cenários de conflito. As seções que tiveram dificuldade em lidar com essa situação, mas aí requer um estudo mais aprofundado, podemos considerar as seções de Cafundó, Roncador, Saltinho, Barra Suja, Lageado, Anta Gorda, Jundiá, Cedro, entre outras.

Trabalhamos alguns documentos da companhia onde é categórica e enfatiza a existência de “intrusos” em suas terras, solicita providências quanto à retirada desse grupo. Esses documentos mencionam elementos, como desintração; os intrusos assinavam um termo de compromisso de retirada; providências urgentes em contratar vigias para guarnecer suas terras; a ação de reintegração de posse; despejo de intrusos, enfim são elementos que fizeram com que a companhia tivesse obstáculos, transtornos, incômodos, resistência referente à desintração em suas terras.

⁶⁷ Documento da Companhia Territorial Sul Brasil, de 4 de outubro de 1968. Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

4.6 O CASO DA ÁREA BIGOLIN

O despejo da área Bigolin, também conhecida como da região da Machado, ocorreu num contexto de constituição e institucionalização das relações de poder na cidade de Pinhalzinho e Modelo-SC, onde entram em conflito interesses, valores e diferentes práticas sociais. As cidades se edificam enquanto referência de valores e instituições emergentes. O mapa 10 traz em destaque o círculo onde representa a área dos Bigolin.

Esse caso é mais um de muitos outros que ocorreram nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil. Esse foi marcado com práticas de intimidações, utilizando-se do imaginário dos caboclos.

Enquanto representantes da classe dominante da cidade como das madeireiras, das empresas colonizadoras, dos comerciantes e indústrias procuram apresentar uma cidade próspera e progressiva, convive com uma realidade da existência de grupos sociais à margem da própria cidade, gerando tensão e conflito. Nesse sentido, o despejo surge como um processo necessário para que os grupos dominantes pudessem “limpar” os elementos indesejáveis que viesse a comprometer a imagem da cidade progressista e disciplinada.

O direito pela posse útil da terra é posto em xeque à medida que surgem novos sujeitos que questionam a legitimidade da posse da terra com base em documentos escritos das terras da região da Machado. Essa disputa traz à tona questões como o direito pela posse útil da terra, o papel da justiça enquanto mediadores do conflito, as colonizadoras como processo de intrusão, as práticas de resistência dos caboclos e a retirada das famílias para outra região (MARCON, 2003, p. 88).

A memória reconstrói o passado com base nas experiências significativas. O referido despejo está muito presente na memória dos caboclos entrevistados. Mesmo ocorrendo há mais de 47 anos, o fato ainda traz desconforto quando se menciona.

O despejo pode ser pensado como uma expressão de disputa pelo direito à posse da terra e também pelas transformações que a cidade de Pinhalzinho processava. Os caboclos acompanharam o processo da colonização que se dá entre as décadas de 1920 e 1930. Esse processo se intensificou, especialmente após a elevação à categoria de município.

Conforme a colonização cada vez mais se embrenhava pelo sertão do oeste catarinense, os caboclos tornavam-se os deserdados de sua terra. A ocupação passava a ser cada vez mais sistemática, tornando escassas as terras virgens.

Para as companhias colonizadoras, a terra de qualidade deveria ser vendida para gente boa, (migrantes descendentes de alemães, italianos, poloneses, teuto-russos, entre outros); pessoas indesejáveis poderiam comprometer o investimento. O direito de propriedade prevaleceu ao de ocupação. Este último foi ignorado como direito, sendo

visto como infração. A ocupação de terras, no sistema de posse, era vista pelo Estado e pelas colonizadoras como ilegítima.

Mas, dentro desse grupo de caboclo, houve também aqueles que adquiriram o direito da propriedade, os chamados sítio, com o intuito de, posteriormente, ser dada a escritura pública. Essas terras, caracterizadas de sítios, eram consideradas do governo, portanto, devolutas. Entre os posseiros havia um comércio pelo direito de posse da propriedade:

[...] é que não tinha escritura pública, comprava-se o direito da propriedade e que segundo se comentava na época era uma terra do governo e que posteriormente seria dado à escritura pública algum documento de posse definitiva da terra. Então muita gente veio prá aquela região ali da Machado, [...] com essa possibilidade de mais tarde receber um documento de posse definitiva, uma escritura pública e compravam os sítios [...] pagava sim prá aquele que tinha a posse, na verdade o posseiro que morava ali vendia o direito da posse (SANTOS, 2010).

Percebemos, no entanto, que havia uma comercialização interna entre os próprios posseiros pelo direito a terra. O direito à posse da propriedade não se valia de um documento público, mas na palavra, era o fio do bigode que assegurava a compra da terra. Santos (2010) expõe: “[...] e aí mesmo que não tendo um documento público, ficava com aquele documento ou até mesmo não existindo documento, era o fio do bigode, como se dizia, na confiança de estar comprando e realmente ficava dono da propriedade [...]”.

Arlindo Scatolin (2014) chegou à área dos Bigolin em 1960, onde permaneceu por quatro anos, convivendo com os caboclos intrusados. Quando chegou, pagou CR\$ 100,00 cruzeiros para desocupar a terra. Dizia que era dono das terras porque tinha comprado o direito a essa, ou seja, o sítio de outro caboclo, mas, segundo Scatolin, não possuía documento, a escritura da referida terra.

Percebe-se que os caboclos da área dos Bigolin tinham a prática de comprar o sítio de outros caboclos, o que demonstra que havia uma rotatividade muito grande entre os caboclos dessa região.

Entretanto, essas terras estavam consignadas à Companhia Territorial Sul Brasil, a qual teve o direito de colonizar essa região, determinando a posse e a legalização das terras com a apresentação ou obtenção de documento escrito. Desse modo, as colonizadoras apresentavam propostas aos caboclos para adquirir seu lote de terra. No

entanto, eles não dispunham do espírito capitalista, e a forma de sobrevivência deixava clara a sua pouca ambição quanto à acumulação de economias (RENK, 1995).

Sem recursos financeiros, a maioria deles se preocupava em produzir apenas para viver, contentavam-se em ocupar determinadas áreas exclusivamente produzindo para sua subsistência. Com a negativa da comercialização das terras por parte dos caboclos, as colonizadoras, respaldadas pelo poder público (Estado), promoviam a limpeza da área.

Os caboclos ocuparam essas áreas de terras no sistema de posse, na visão do Estado. Pelas colonizadoras, passaram a ser vistos como intrusos, sendo uma ocupação ilegítima da terra, uma invasão de área devoluta ou que tivesse título. Para tanto, havia a necessidade de fazer a limpeza da área.

Os meios de comunicação na década de 1940 na região Oeste catarinense relatavam as ameaças de despejos que o caboclo sofria por parte das empresas colonizadoras. Conforme ocorria o avanço da colonização na região Oeste catarinense, o número de posseiros aumentava na região de Saudades, Pinhalzinho e Modelo. Assim, “[...] estes brasileiros foram os primitivos povoadores, por si ou por seus pais, dos sertões de Chapecó. Depois veio a colonização e eles foram encostando sobre a fronteira, até chegarem ao extremo e lá estão sob a ameaça de despejo que de um momento para o outro pode ser requerido. É população pobre, analfabeta e sem escola” (Voz do Chapecó apud RENK, 2006, p. 132).

Segundo Eckert, (2002, p. 50), havia um agrupamento de caboclos localizados nas proximidades da Linha Machado, que em 1931 ocupavam parte das terras da Companhia Territorial Sul Brasil. Os migrantes alemães identificaram o povoado como “Sede Nacional”, isso porque os integrantes desse povoado guardavam todos os feriados nacionais e dias santos.

A dificuldade em organizar uma infraestrutura nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil levou a que a companhia comercializasse extensas áreas de terra, como as glebas “Bigolin” e “Pandolfo”. Nessas glebas não foi respeitado o direito dos posseiros. Uma das formas de intimidar os posseiros era o uso da força militar.

A área dos Bigolin foi adquirida junto à Companhia Territorial Sul Brasil em 1948. Em 11 de julho de 1952 ocorreu a “Excursão as terras dos Srs. Bigolin”, assim remete o documento. Percebe-se que a companhia buscava acompanhar os “problemas”

de intrusão em suas terras e das glebas comercializadas. “O nosso Escritório Central deseja saber quando V. Sa. irá empreender a excursão programada as terras dos Sr. Bigolin [...]”.⁶⁸

Em documento da Companhia Territorial Sul Brasil de 13 de agosto de 1952, reporta-se a desintrusão na zona Bigolin, que está em pleno desenvolvimento, onde esperam término em 15 de outubro, conforme foi determinado. “[...] A parte de desintrusão da zona Bigolin está em pleno desenvolvimento e deverá estar encerrada até 15 de Outubro p. futuro, tudo de conformidade com recíprocas combinações [...]”.⁶⁹

Segundo o documento de 1º de setembro de 1952, a Companhia Territorial Sul Brasil contrata pessoas para efetuarem um levantamento de intrusos existentes em algumas zonas, que são objeto de desintrusão que a companhia está procedendo. Na segunda seção Anta Gorda, na zona Bigolin, os intrusos foram cadastrados por João de Souza Machado, com um custo de CR\$ 500,00. Percebe-se que a pessoa que foi contratada para fazer o levantamento dos intrusos é de etnia camponesa cabocla e possui o mesmo nome que dá à comunidade que ocorreu o despejo “Machado”. Também na segunda seção Anta Gorda, na zona Bigolin, os intrusos foram cadastrados por Franklin Vargas, com um custo de CR\$ 300,00. Na seção Cedro abrangendo a zona Bigolin, o contatado pela companhia foi Nicomedes Alves da Silva, com um custo de CR\$ 500,00.

Cadastro de intrusos. Remetemos um cadastro dos intrusos existentes nas seguintes zonas, objeto de desintrusão que estamos procedendo: Ila. Seção Anta Gorda (zona Bigolin) cadastrados por João de Souza Machado. Custo deste cadastro. Cr\$ 500,00. Ila. Seção Anta Gorda (Zona Bigolin) cadastrados por Franklin Vargas. Seção Cédro abrangendo a zona Bigolin. Cadastrados pó Nicomedes Alves da Silva [...].⁷⁰

Conforme o documento de 10 de abril de 1952, direcionado ao diretor José Leal Filho, reporta-se ao “ASSUNTO BIGOLIN”, onde o escritório central da Companhia Territorial Sul Brasil autoriza o diretor José Leal Filho a “contratar um ou dois elementos de confiança para atender essa determinação da companhia”. Na carta nº

⁶⁸ Documento da Companhia Territorial Sul Brasil, de 11 de julho de 1952. Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

⁶⁹ Documento da Companhia Territorial Sul Brasil, de 13 de agosto de 1952. Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

⁷⁰ Documento da Companhia Territorial Sul Brasil, de 1º de setembro de 1952. Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

52/13 de 31 de março de 1952, o diretor José Leal Filho aborda o problema de intrusão nas terras dos Bigolin e agora dos Zanella e Vivan.

A propósito de sua carta nº 52/53, mencionada à margem, no tópico “ASSUNTO BIGOLIN”, recebemos do nosso Escritório Central, o seguinte telegrama que vamos transcrever para conhecimento de V.Sa.: - “Referência assunto carta nº13 fôlhas duas e três, Engenheiro Leal aceitamos sugestão nela contida, autorizamos mesmo procurarem indicar maxima brevidade um ou dois elementos capazes exercer vigilância vg sendo localizados regiões convenientes pt, Estamos confirmando por carta pt Avise Leal Diretor [...]”. Fica assim V.Sa. autorizado a contratar um ou dois elementos de confiança para atender essa determinação da Cia. e que se originou de uma oportuna sugestão apresentada por V.Sa. em que sua já aludida carta, na qual abordou longamente o problema da intrusão em as terras dos Srs. Bigolin [...].⁷¹

Pelo documento da Companhia Territorial Sul Brasil de 1º de novembro de 1963, endereçado ao Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina (IRASC), como já foi mencionado anteriormente, o IRASC pleiteia a aquisição de duzentas colônias de terra para formar um núcleo agrícola e alojar as famílias que se encontram intrusadas em vários pontos do território da companhia, inclusive as famílias da “gleba Bigolin”, que, segundo o documento, é objeto de um despejo judicial requerido por seus proprietários e sentenciado há muito tempo.

Efetivamente o “IRASC”, conforme vimos informado, pleiteia da Cia., a cessão por compra, de uma área de terras equivalente a 200 lotes coloniais rurais, onde projeta estabelecer um Nucleo Agrícola, deslocando, para ele famílias que se encontram intrusadas em vários pontos de nosso território, inclusive, constituindo a maioria, de moradores na chamada Gléba Bigolin, objeto de um despejo judicial requerido pelos seus proprietários e sentenciado ha tempos.⁷²

O nome dado à região da Machado, interior do município de Pinhalzinho, é em função da família Machado, que exerceu certa liderança na região, sendo “Pedro Machado um dos fundadores”. Segundo Santos (2010), entre os caboclos, além dos Machados, havia também Oliveira, Pimentel, Domingos, várias famílias que residiam na região da Machado. Ainda sobre a presença do caboclo na localidade, João Muxfeldt

⁷¹ Documento da Companhia Territorial Sul Brasil, de 10 de abril de 1952. Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

⁷² Documento da Companhia Territorial Sul Brasil, de 1º de novembro de 1963. Fonte: Arquivo Museu Histórico Pe. Fernando Nagel, Maravilha (SC).

(1991) lembra alguns caboclos residentes nessa região: “[...] Lucidório Ferreira, João Teixeira, tinha os Machado, o Porfírio Alves.”

A maioria da população da Comunidade da Machado, interior do município de Pinhalzinho, era de origem camponesa cabocla, os quais raramente conseguiram obter a titulação de uma área de terra, apenas mantinham-se com suas atividades habituais. Os que não conseguiram a titulação das terras foram despejados, como nos relata Linhares (2003): “[...] felizmente tô aqui não fui despejado porque comprei a terra. Antes do despejo [...], primeiro eu comprei o direito aqui né e depois dali quatro anos eu comprei a terra e dali seis anos foi o despejo.”

A insistência dos intrusos em permanecerem nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil, ou de famílias, na área dos Bigolin, que adquiriram imensas áreas de terra na área pesquisada, foi motivo de despejo. Nesse ato, contou com a participação do proprietário que requereu o despejo, das colonizadoras, do poder público, tanto administrativa como judicialmente. Scatolin (2014), esclarece que veio um cabo e dois policiais, “[...] esses três policial, [...] veio 15, 20 dia, ele fico tinha uma bodega e aí ele ficou na sombra, encruzo três fuzil ali e eles jogando baralho e passava um caboclo por lá aí ele mostrava a caixa de fósforo, que olha aqui esse vai tirar vocês de lá, como que ele queimava o rancho [...]”. Nota-se que, pelo depoimento, a “caixa de fósforos” aliada à força policial formavam uma soma que resultou numa advertência aos intrusos, que ainda demonstravam resistência em permanecer na área. Outra forma utilizada para intimidar os caboclos era respaldada no imaginário dos caboclos,

Os policial estava de pensão na casa do meu cunhado [...] e na frente da casa dele, ele tinha uma canelera, então as policia de perto de noite que tava tudo quieto ta, que a gente ouvia de longe, então ele dava tiro de fuzil naquela canelara [...] de certo eles se assustavam em ver os tiro lá encima, ele morava num lugar alto e eles moravam tudo numa baxada [...] aquilo lá deu uma correria pra eles, vendia vaca, tinha algum porquinho (SCATOLIN, 2014).

Percebe-se, pelo depoimento, que havia uma intimidação para que os intrusos se retirassem das terras que ocupavam. Os policiais atirando contra a caneleira, agiram sobre o imaginário dos intrusos. A intimidação que se produziu atuou como uma força reguladora da vida coletiva daquele grupo.

José Bigolin adquiriu duzentas colônias de terra junto à Companhia Territorial Sul Brasil, e depois foi fragmentando a terra, comercializando. José Bigolin manteve

contatos em Florianópolis, e por duas vezes conseguiu obter o despejo dos caboclos. No entanto, com o falecimento de José Bigolin, foi seu irmão, Antônio Bigolin, que retomou o processo do despejo.

Conforme a reportagem do jornal *Folha d'Oeste* de Chapecó, sábado 24 de junho de 1967, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina aprovou a proposição do deputado Genir Destri sobre o despejo judicial que está em curso contra posseiros de uma área localizada nos municípios de Pinhalzinho e Modelo, decidindo protelar por um período de dez anos a execução do despejo na referida região, assim os posseiros poderiam continuar “trabalhando e produzindo”. A proposta do deputado enfatiza que durante a pausa do processo o governo deveria, através do IBRA e do IRASC, agir no sentido de dar solução a esse violento caso social, que envolve mais de trezentas famílias pobres da região Oeste catarinense.⁷³

Esse despejo causou um impacto muito grande na região, pois foram trezentas famílias que tiveram que abandonar seus sítios, suas posses. Nessa área não permaneceu nenhuma daquelas trezentas famílias no período do conflito.

Percebe-se que a justiça demonstrava-se temerosa em tratar do assunto de despejo, muitas vezes pela repercussão que o caso poderia ter. Segundo o depoimento de Werlang (1991), o juiz demonstrou que estava muito aflito em realizar o despejo, e relata que “enquanto eu estiver aqui, eu não assino”.

O juiz disse que mandaram fazer o despejo. Ele me disse: “Eu não assino”. Na época, eu era suplente de subdelegado. Aí eu disse pro juiz: Eu sou suplente do Schmitz e toda caboclada são meus amigos. Não tem nenhum que fala alguma coisa contra mim. Eu sei que o Schmitz não vai, então querem mandar eu. Aí o juiz falou: “enquanto eu tô aqui, eu não assino. Eu vou embora daqui e se vem outro que assina aí o Senhor tem que ir junto, aí o Senhor diz que não pode e deixa que a polícia vai”. Quando ele saiu, o outro que veio assinou logo. Aí já tinha aqui o sargento, o Teixeira (Leoveral). Daí veio a polícia e com o sargento foi junto. Os caboclos saíram todos [...].

Estima-se que havia, aproximadamente, trezentas famílias residindo na região d Machado. “[...] Daí deu um despejo, isso foi em sessenta e sete (1967), nesse bico, nessa Linha Machado, Poço Seco nessa região foi tirada as famíias [...] meu Deus do céu! Coisa mais triste, perderam tudo que tinham” (SILVA, 2009). Constante (2003)

⁷³ Jornal *Folha d'Oeste* - Chapecó, sábado, 24 de junho de 1967. Fonte: Acervo documental do CEOM.

também faz menção ao número de intrusos da Machado, “[...] na Linha Machado era só caboclo, tinha umas 300 famílias intrusados aí nas terras dos Bigolin [...], até que passou a Comarca de Maravilha e o Juiz deu a sentença ali pra despejar”. Muxfeld (1991) menciona que o despejo foi realizado pelo juiz de Maravilha - SC. No período ocorreu uma série de despejos, que os juízes não o fizeram, mas o juiz de Maravilha foi pessoalmente realizá-lo. O juiz relatou que o Supremo Tribunal de Justiça o tinha chamado de louco.

Silva (2004), em depoimento, relata que o despejo ocorreu na gestão de Bruno Weber. A área do referido despejo pertencia aos Bigolin, onde pretendiam comercializar essas terras. Ainda segundo o depoimento os Bigolin fizeram a proposta de comprar por parte dos caboclos, mas não houve acerto. Os Bigolin recorreram ao despejo junto ao juiz. Linhares (2003) relata o despejo com tristeza, “não gosto de me alembra daquilo, isso foi um extraviu muito triste [...] porque foi no inverno essa mudança e a maioria em cima da caçamba [...]”. O juiz reuniu os caboclos no chamado Poço Seco (hoje Linha Boa Vista), determinando um prazo de trinta dias para o despejo.

Conforme depoimento de Santos (2010), os caboclos estavam sem rumo, pois perderam seu principal líder “Pedro Machado”, o grupo foi enfraquecendo sem seu principal líder, que se tornou proprietário com “escritura pública”. Assim, não demonstraram resistência em “brigar pela propriedade”, “aceitaram pacificamente a saída da propriedade”. Com o enfraquecimento do movimento e sem apoio externo do grupo, “aceitaram que levassem a mudança [...] sem uma luta armada [...]” (SANTOS, 2010).

Conforme vários depoimentos de pessoas, como Santos (1990), Linhares (2003), Silva (2004), que vivenciaram o despejo da Machado, os intrusos foram levados por caminhões, caçambas da prefeitura de Pinhalzinho, como também dos Bigolin. As famílias despejadas foram levadas em locais onde estavam seus familiares, nos municípios vizinhos de Pinhalzinho ou para outros estados. Assim, esses caboclos foram conduzidos para municípios como Modelo, Maravilha, Campo Erê ou foram conduzidos para o Paraná e o Rio Grande do Sul. A Prefeitura se encarregou de levar grande parte da mudança com uma caçamba, ficando quase um ano puxando mudanças, (SILVA, 2003). As mudanças eram conduzidas pelas picadas. “Nós via passar as mudanças pelas picadas. Mulheres com crianças no braço, dava dó de ver aquilo”

(SANTOS, 1990). Percebe-se que a retirada dos intrusos ocorreu de forma lenta e gradativa, conforme os intrusos relatavam o local de destino, ocorria a sua retirada.

Santos (2010) relata que os caboclos tiveram que abandonar a posse da propriedade, levavam os animais que possuíam junto com a mudança. A plantação que estava no período de colheita foi dada a oportunidade de fazer, mas as moradias, mais simples ficaram, o que não pode ser desmanchado e carregado pelo caminhão ficou no local.

Arlindo Scatolin (2014) relembra que seu tio veio de Bento Gonçalves com uma caminhonete, e se os caboclos que viessem dar seus nomes e o seu destino, levaria os caboclos sem cobrar frete, “[...] um morava na linha Bocó, outro na linha Rabicho, outro no Poço Seco [...], tal dia vem a caminhoneta pegar a mudança [...] aquele tio de Bento Gonçalves ficou 31 dia [...] deu a área limpa puxo tudo, e não teve um que falo uma palavra [...]” (SCATOLIN, 2014).

Em 21 de maio de 1968, na 4ª Reunião Ordinária, a Câmara de Vereadores de Pinhalzinho, do expediente recebe um ofício do IBRA de Joaçaba solicitando providências para serem cultivadas as terras férteis desse município, desocupadas pelo despejo de intrusos. “[...] Do expediente constava da redação de com ofício a C.R. - IBRA de Joaçaba solicitando providências no sentido de serem cultivadas as terras férteis deste município desocupadas pelo despejo de intrusos [...]”.⁷⁴

Para garantir seus negócios, as companhias colonizadoras utilizaram-se da força policial. A intimidação aos intrusos poderia ocorrer através de um simples aviso, ameaças verbais, físicas, psicológica, moral, enfim, várias foram as variáveis de intimidação utilizada pelas companhias e os compradores das terras intrusadas.

O processo de exclusão foi o que mais se observou em relação aos posseiros residentes nas terras da Cia. Sul Brasil. Poucos tinham condições econômicas de adquirir um lote, por menor que fosse (WERLANG, 2006, p. 76). Assim, “a tática utilizada para expulsar os posseiros consistia em ameaça de morte, de processar judicialmente, queimar os ranchos, matar ou apanhar animais domésticos, etc.” (MARCON, 2003, p. 120).

⁷⁴ Livro de atas nº 1 – início 31/01/1963 e término 02/04/1974. Ata da segunda seção Legislativa – segundo período – quarta reunião extraordinária, 20 de maio de 1968.

Fonte: Câmara de Vereadores de Pinhalzinho - SC.

Aos caboclos não foi dada a oportunidade de efetuar a colheita dos produtos que não estavam no período de maturação. O mesmo aconteceu com as benfeitorias, como as casas mais simples, ou até chiqueiros, que não puderam ser desmanchados e levados nas mudanças, o que demonstra a preocupação das esferas públicas para que a situação fosse resolvida o quanto antes.

A luta dos caboclos em permanecer na terra está associada ao seu *ethos*, suas expressões de valores culturais, suas significações e seus vínculos culturais e com a natureza. Os princípios que norteiam os grupos que preponderou se consolidou, mesmo utilizando meios contraditórios. Nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil, esse processo se intensificou, com conflitos intensos, tornando essa área conhecida na região oeste catarinense por ser “perigosa”, de “terra enguiçada”. A escrita prevaleceu com todo o âmbito positivista, impondo-se ao costume, o que dificultou o acesso e a permanência na terra.

Finalmente, foram feitas algumas considerações sobre a questão da intrusão e desintrusão nas concessões de terras da Companhia Territorial Sul Brasil, que durante um longo período enfrentou situações de intrusão, provocando debates, contestações, controvérsias, conflitos e desencontros de interesses. A colonização planejada pelo Estado e executada pela companhia, tinha como propósito a ocupação dos “espaços vazios”, formando núcleos coloniais na região Oeste catarinense. Portanto, o grupo que não atendia a uma proposição da racionalidade capitalista poderia ser considerado intruso, passando por privações, dificuldades de locomoção, mobilidade nas terras da companhia, receio de sofrer uma penalização judicial e até ser acometido por um despejo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se neste trabalho analisar a construção da propriedade privada, onde foi contextualizado o caboclo em seu território e como ele entendia o uso comum da terra. Analisou-se também o *ethos* do caboclo camponês, estava inserido num mundo *sui generis* e peculiar, pois o trabalho com a terra remete à lavoura e à criação, assim, a terra favorecia as práticas coletivas de solidariedade e unidade. O meio de se processar a coletivização das terras era através de seu uso comum. Essa prática acentuava princípios de comunidade, traços de solidariedade, espiritualidade, familiaridade, compadresco, enfim, elementos que evidenciavam o pertencimento de grupo.

A ação coletiva, tendo como parâmetro a identificação étnica, buscava defender o território de sua ocupação, como forma de multiplicar o modo de vida que o identificava. A mobilidade num espaço tendia para a disputa e o conflito, tendo como elemento identificador a terra. Assim, o território passou a ser controlado e legitimado por grupos ou instituições. A destruição do espaço estabelecido por esse grupo, pela atuação das companhias colonizadoras, passou a ter uma visão racional do capitalismo, eliminando a relação do caboclo com seu *ethos*.

A ligação que tinham em relação à posse útil da terra transformou-se em mercadoria, tornando-se, assim, propriedade privada. As forças políticas amparadas pelo poder estatal ignoraram os direitos costumeiros, atribuindo um novo significado à terra, pois a mesma tornou-se uma mercadoria, deixando de ser um meio de sobrevivência.

Por meio da Lei de Terras, o governo promoveu a colonização de Santa Catarina. Colonizar foi uma forma de legitimar as terras da região Oeste catarinense, desse modo foi implantada uma política de concessão de grandes áreas às companhias colonizadoras.

Inseridos nessa premissa, ocorreu uma nova emigração de colono se das companhias colonizadoras para oeste catarinense. Nessa perspectiva, debateu-se o cenário de disputas e a construção identitária da região, assim como as ações políticas desenvolvidas pelo governo catarinense pela normatização dos territórios agrários.

O papel desempenhado pelo Estado nessa normatização dos territórios agrários foi significativo para o acesso da terra. Essas medidas fomentaram o projeto de

racionalidade capitalista que o Estado estava propenso a executar, juntamente com as companhias colonizadoras que receberam o direito concessório de execução de programa elaborado pelo concessor.

A concessão das terras para as companhias colonizadoras arregimentou a legalização e o combate à intrusão. As companhias se apossaram de grandes áreas de terras públicas e organizaram a colonização da região. Promoveram a divulgação, medição, regulamentação das terras no Oeste catarinense, fechando e fracionando a venda a quem tivesse condições de adquirir uma área.

No entanto, a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil nessa região, assim como outras companhias do gênero, atendeu às expectativas do governo catarinense, pois contribuiu para a política de desenvolvimento da colonização. Os projetos de colonização possibilitaram a realização de um grande mercado de terras, que oportunizou a acumulação de capitais para os seus acionistas.

A racionalidade capitalista norteou a atuação não só da Companhia Territorial Sul Brasil na região Oeste catarinense, mas foi também decorrente das outras companhias que atuaram paralelas. A presença dessas companhias foi marcada por uma regularidade e tempos distintos. O tempo que processou em um compasso de “calmaria”, “tranquilidade” passou para um tempo de práticas violentas, confronto, processados com a presença das colonizadoras.

Este trabalho focou a atuação política da Companhia Territorial Sul Brasil, dando ênfase ao contexto de intrusão e desintrusão realizado pela companhia no Oeste catarinense no período entre 1960 a 1970. A concentração de caboclos e colonos nas terras da companhia sem a titulação de propriedade acarretou sérios conflitos no que tange à posse. Ponderou-se algumas observações significativas da intrusão e seus componentes conflituosos, que resultaram na expropriação das terras dos que não tinham titulação de posse. Correram muitos processos judiciais, valendo-se de recursos atribuídos e utilizados pelas companhias, o despejo.

Em vários momentos nesse texto, insistiu-se apontar para o caboclo e o colono de estarem no rol da intrusão mediante a falta de comprovação da titulação das terras, as quais ocupavam. Em outras palavras, a falta de um documento caracteriza-o como intruso. Procurou-se, no decorrer do trabalho, levantar alguns questionamentos referentes à intrusão, à posse da terra, à agricultura de subsistência, à mobilização

interna nas terras da companhia, aos conflitos, aos processos, à desocupação do espaço, enfim, todas essas questões estão interligadas fazendo parte do cenário do caboclo e do colono.

Buscou-se esclarecer, em termos históricos, as políticas de colonização promovidas em Santa Catarina pelas empresas colonizadoras, que provocaram sérios embates, conflitos e angústias, no cenário abrangente do caboclo e do colono.

Nesta pesquisa evidenciou-se muito mais o ponto de partida do que o ponto de chegada. A incitação perdura, embora que evidenciada pela experiência construída. Ao longo da pesquisa, mesclou-se as posições de angústias, de incertezas e também de encaminhamentos com momentos de otimismo. Como elemento de recursos, ocorreu-se as leituras, compreensões, interpretações e dialéticas teórico, ou seja, ao debate de ideias, desafios, construções de hipóteses, busca de explicações. Todas essas etapas objetivaram captar e analisar as potencialidades, limitações, pressupostos, ou as implicações no trabalho.

A pesquisa com as fontes documentais foi crucial, no sentido de produzir novas dimensões do projeto inicial, levando em consideração as leituras e as fontes que emergiram no decorrer desta. Essa reviravolta ajudou a compreender alguns aspectos sobre a intrusão e desintrusão na região Oeste catarinense.

Contudo, demonstrou-se no decorrer da pesquisa que a permanência dos caboclos e dos colonos sem titulação da terra fosse inviável, pois estariam legalmente como intrusos e, assim, rotulados a ser expulsos pela Colonizadora Territorial Sul Brasil das terras de seu domínio, levando em conta o tempo de permanência, a resistência, as estratégias utilizadas, as suas relações, a ocorrência de processos judiciais e despejos.

Enfim, neste trabalho acredita-se ter contribuído com alguns apontamentos a respeito do tema de intrusão na região Oeste catarinense nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil. No entanto, o trabalho não se esgota com essa pesquisa, mas, sim, transporta a ampliar novos horizontes como continuidade do estudo da “área Bigolin”. No caso dessa área, não foi possível explorar detalhadamente, pois interpuseram-se dificuldades em encontrar documentos que assegurassem a sua legitimidade, bem como identificar quais foram os possíveis intrusos nesse episódio que resultou no despejo, não permanecendo nenhum intruso. Existem informações distorcidas do fato, o que se

configura um mosaico a ser lapidado. Entretanto, acredita-se na possibilidade de aprofundar a temática, tendo possibilidade de revelar mais detalhes. Foram trezentas famílias despejadas, número considerável para o período. Assim, abrem-se caminhos e possibilidades para pesquisar possíveis locais onde esses intrusos se dirigiam e se fixaram exatamente. Visualizou-se que episódios semelhantes ocorreram em outras localidades, como o na “área Bigolin”.

A intrusão não foi exclusividade da Companhia Territorial Sul Brasil, mas outras companhias do gênero também, o que requer mais estudos aprofundados sobre a intrusão, buscar identificar quais eram as estratégias dos caboclos e dos colonos sem permanecer na terra, para onde se dirigiam os despejados, e como isso se dava, e como se constituía os novos vínculos de relações. Portanto, há uma série de elementos que possam ser trabalhados e inseridos no contexto da colonização e da intrusão na região Oeste catarinense.

OBRAS CONSULTADAS

ALBA, Rosa Salete (Org.). *Estudos de geografia agrária do oeste catarinense*. Chapecó: Argos, 2008.

BELLANI, Eli Maria. Balsas e balseiros no rio Uruguai 1930-1950. *Cadernos do Ceom* – Para uma História do Oeste Catarinense: 10 anos de Ceom, Chapecó, n. 1-8, p. 111-140, 1995.

BOITEUX, José Arthur. Oeste Catharinense: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira. Florianópolis. In: CEOM (Org.). *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina*. Chapecó: Argos, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CARBONARI, Maria Rosa. De cómo explicar la región sin perderse en el intento. Repasando y repensando la Historia Regional. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 13, n. 1, p. 19-34, 2009.

CARINI, Joel João. *Reterritorializações de agricultores migrantes compulsórios: racionalidades, representações e cidadania*. Tese (Doutorado)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CEOM. *A viagem de 1929*. Oeste de Santa Catarina. A viagem de 1929. Oeste Catarinense. Chapecó: Argos, 2005. (Documentos e leitura).

_____. *Inventário da cultura imaterial cabocla no Oeste de Santa Catarina*. Chapecó - SC: Argos, 2008.

_____. *A Voz de Chapecó*. Artigos de Antonio Selistre de Campos – 1939 a 1952. Chapecó: Argos, 2004.

CHANG, Man Yu. *Sistema faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná*. Londrina: IAPAR, 1988.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. *A dinâmica territorialização-desterritorialização-reterritorialização em áreas de reforma agrária na campanha gaúcha*. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/download/22080/12054>. Acesso em: jan. 2014.

CHITOLINA, Valdirene. *A empresa colonizadora Irmãos Lunardi e a fazenda Rodeio Bonito no oeste catarinense (1920-1954)*. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/855>. Acesso em: jan. 2014.

CHRISTILLINO, Cristiano. Companhia Colonizadora. In: MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COSTA, Rogério Haesbaert da. *RS latifúndio de identidade regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

DORIGON, Clóvis; RENK, Arlene. *Juventude rural, produtos coloniais e produtividade*. Chapecó: Argos, 2013.

ECKERT, Ivo. *Bonito Pinhal Pinhalzinho*. A saga dos pioneiros. Florianópolis: Floriprint, 2002.

FERREIRA DA COSTA, Arthur. O oeste catarinense: visões e sugestões de um excursionista. In: CEOM (Org.). *A viagem de 1929: oeste de Santa Catarina*. Chapecó: Argos, 2005.

FLORES, Maria Bernardete Ramos; SERPA, Élio C. A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao oeste de Santa Catarina. In: CEOM (Org.). *A viagem de 1929: oeste de Santa Catarina*. Chapecó: Argos, 2005.

FREGA, Ana. Pertenencias e identidades em uma zona de frontera. La región de Maldonado entre la revolución y la invasión lusitana (1816-1820). In: HEINZ, Flavio e Herrlein Jr. Ronaldo. *Histórias regionais do Cone Sul*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003, p. 121-146.

GRITTI, Isabel Rosa. *As companhias colonizadoras e a intrusão de terras no norte do rio grande do sul: o caso da fazenda quatro irmãos 1948 -1950*. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364927229_ARQUIVO_ASCOMP_ANHIASCOLONIZADORAS.pdf. Acesso em: mar. 2014.

HAESBAERT, Rogério. *Da desterritorialização à multiterritorialidade*. Disponível em: http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf. Acesso em: 3 mar. 2014.

HEINSFELD, Adelar. *A questão de Palmas entre Brasil e Argentina: e o início da colonização alemã no baixo vale do Rio do Peixe/SC*. Joaçaba: Unoesc, 1996,

_____. *Sob a inspiração de Clio: uma introdução ao estudo da história*. Passo Fundo: PPGH/UPF, 2012.

HEREDIA, Edmundo. La región em La globalización y la historia de las relaciones internacionales latinoamericanas. In: JORNADAS DE LAS RELACIONES INTERNACIONALES, III. *Anais...* Buenos Aires, 1996. p.291.

IOTTI, Luiza Horn (Org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

MACHADO, Ironita P. *Entre justiça e lucro: RS 1890-1930*. Passo Fundo: Editora UPF, 2012.

- MARCON, Telmo. *Memória, história e cultura*. Chapecó: Argos, 2003.
- MARQUETTI, Délcio. *Bandidos, forasteiros e intrusos: história do crime no Oeste Catarinense na primeira metade do século XX*. Chapecó: Argos, 2008.
- MARTINI, Maria Luiza. Tatu, caboclo, gaúcho a pé. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). *História do Rio Grande do Sul - Império*, Passo Fundo: Méritos, v. 2, p. 155-185, 2006.
- MARTINS, Pedro; SEZERINO, Glauber A. *Processo migratório e mudanças na estética musical cabocla*. Disponível em: <[http://www.ceart.udesc.br/revista\(.../artigo_pedro_glauber.htm\)](http://www.ceart.udesc.br/revista(.../artigo_pedro_glauber.htm)>. Acesso em: 20 maio 2010.
- MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; JUNIOR, Denir de Oliveira Sosa. *Desterritorialização e (Re)Territorialização dos trabalhadores rurais sem-terra na campanha gaúcha*. Disponível em: www.redesurais.org.br/.../DESTERRITORIALIZAÇÃO%20E%20RETE... Acesso em: 29 dez. 2013.
- MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- NEUMANN, Rosane Márcia. *Colonização e exclusão: lavradores nacionais e colonos no complexo colonial da colonizadora Meyer (planalto rio-grandense, 1897-1932)*. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/download/8108/6002>. Acesso em: 15 out. 2014.
- NODARI, Eunice Sueli. *Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras. Dossiê Migrações. Esboços*. Chapecó: UFSC, 2002. n. 10.
- PIAZZA, Walter F. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: UFSC; Lunardelli, 1983.
- POLI, Jaci. Caboclo: Pioneirismo e marginalização. *Cadernos do Ceom – Para uma História do Oeste Catarinense: 10 anos de Ceom*, Chapecó, n. 1-8, p.71-110, 1995.
- POLI, Odilon Luiz. Cultura e modo de vida camponês no oeste catarinense. As bases para a organização e reação frente à crise dos anos 70. *Cadernos do Ceom*, Chapecó, n. 16, 2002.
- _____. Camponeses no oeste catarinense. *Cadernos do Ceom*, Chapecó, n.14, 2001.
- RADIN, José Carlos. Colonos na Fronteira Sul. In: ZARTH, Paulo A. (Org.). *História do campesinato na fronteira sul*. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2012.
- _____. *Representações da colonização*. Chapecó: Argos, 2009.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Disponível em: http://www.univale.br/cursos/tipos/pos-graduacao/strictu_sensu/mestrado_em_gestao_integrada_do_territorio/downloads/por_uma_geografia_do_poder-claude_raffestin.pdf. Acesso em: 1º mar.2014.

RENK, Arlene. *Migrações: de ontem e hoje*. Chapecó: Grifos, 1990.

_____. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. *Cadernos do Ceom*– Para uma História do Oeste Catarinense: 10 anos de Ceom, Chapecó, n. 1-8, p. 221-358, 1995.

_____. O conhecimento do território: a Bandeira Konder. In: CEOM (Org.). *A viagem de 1929: oeste de Santa Catarina*. Chapecó: Argos, 2005.

_____. *A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense*. 2. ed. rev. Chapecó: Argos, 2006.

RENK, Arlene; SAVOLDI, Adiles. *Comida e gênero num contexto de etnicização*. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST6/Renk-Savoldi_06.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2010.

SANTOS, Milton. *Técnica espaço tempo – Globalização e meio técnico*. Disponível em: <http://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/livros/tecnica-espaco-tempo-milton-santos.pdf>. Acesso em: 1º mar. 2014.

SILVA, Marcio Antônio Both da. *A construção do intruso: o processo de apropriação da terra na região Serrana do Rio Grande do Sul (1889-1925)*. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/download/2216/1712>. Acesso em: 15 out. 2014.

SILVA, Marcio Antônio Both da. *Babel do novo mundo: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul(1889-1925)*. Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói, UFF, 2011.

SEYFERTH, Giralda. *Concessão de terras, dívida colonial e mobilidade*. Disponível em: <http://r1.ufrjr.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/94/90>. Acesso em: jul. 2014.

TAVARES, L. A. *Campesinato e os faxinais do Paraná: terras de uso comum*. 2008. 751 f. Tese (Doutorado). Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04052009-164145/>. Acesso em: jan. 2014.

TEDESCO, João Carlos. *Terra, trabalho e família: ethos e racionalidade produtiva no cotidiano camponês*. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 1998.

_____. *Passado e presente em interfaces*. Introdução a uma análise sócio-histórica da memória. Porto Alegre: Suliani Letras & Vida, 2011.

_____. *Conflitos agrários no norte gaúcho: indígenas, negros e colonos*. Os usos das memórias e as memórias dos usos, 2013. Disponível em: http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363609965_ARQUIVO_artigoanpuh.pdf. Acesso em: jan. 2014.

TEDESCO, João Carlos; CARON, Márcia dos Santos. A preparação com os “de dentro” e a reconstituição do etos de camponês: relações inter-étnicas na colônia Erechim, norte do RS – 1908-1915. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Márcia (Org.). *Colonos, colônias & colonizadores*. Aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil. Porto Alegre: Letra & Vida, 2013.v. III.

TEDESCO, João Carlos; HEINSFELD, Adelar (Org.). *Colonos, colônias & colonizadores*. Aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil. Erechim: Habilis, 2009.

THOMÉ, Nilson. O Contestado no processo de colonização do oeste catarinense: causa ou consequência? In: TEDESCO, João Carlos; HEINSFELD, Adelar (Org.). *Colonos, colônias & colonizadores*. Aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil. Erechim: Habilis, 2009.v. II.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VICENZI, Renilda. *Mitos e história na colonização do oeste catarinense*. Chapecó: Argos, 2008.

WERLANG, Alceu Antonio. *A colonização do oeste catarinense*. Chapecó: Argos, 2002.

WERLANG, Alceu Antonio. *Disputas e ocupação do espaço catarinense: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil*. Chapecó: Argos, 2006.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klass. *O trabalho da terra*. A lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Edunb, 1997.

WOLOSZYN, Noeli. *Em busca da terra: colonização e exploração de madeiras no Oeste Catarinense*. Disponível em: [http://www.pesquisa.uncnet.br/\(.../busca_terra_colonizacao_exploracao_madeiras_oeste_catarinense\)](http://www.pesquisa.uncnet.br/(.../busca_terra_colonizacao_exploracao_madeiras_oeste_catarinense)). Acesso em: 15 abr. 2011.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno*. O Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Unijuí, 2002.

ENTREVISTADOS

COSNTANTE, Licinho. Entrevista concedida a Ires Frozza. Acervo de História Oral do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho/SC, 2003.

CRUZ, Antônio F. da. Entrevista concedida a Fernanda Ben, Luiz Fernando Ferrari e Márcio Luiz Rodrigues. Acervo de História Oral do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho/SC, 2009.

LINHARES, Camilo V. de. Entrevista concedida a Ires Frozza. Acervo de História Oral do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho/SC, 2003.

MUXFELDT, João. Entrevista concedida a Ires Frozza. Acervo de História Oral do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho/SC, 1991.

SANTOS, José Irineu E. dos. Entrevista concedida a Fernanda Ben e a Márcio Luiz Rodrigues. Acervo de História Oral do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho/SC, 2010.

SANTOS, Miguel A. dos. Entrevista concedida a Ires Frozza. Acervo de História Oral do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho/SC, 1990.

SCATOLIN, Arlindo. Entrevista concedida a Luiz Fernando Ferrari. Acervo pessoal do autor, 2014.

SILVA, Carvalho B. da. Entrevista concedida a Ires Frozza. Acervo de História Oral do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho/SC, 2004.

SILVA, Zeferino da. Entrevista concedida a Luiz Fernando Ferrari e Márcio Luiz Rodrigues. Acervo de História Oral do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho/SC, 2009.

WERLANG, Pedro Fridolino. Entrevista concedida a Ires Frozza Teive. Acervo de História Oral do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho/SC, 1991.